



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA  
PROFESSOR ORIENTADOR: Dr. Solano Nascimento  
ÁREA: Jornalismo social

## **Denúncia social: omissão nas páginas da *Época e Veja***

Tatiara dos Santos Lima  
2053328/9

Brasília, maio de 2008

Tatiara dos Santos Lima

**Denúncia social: omissão nas páginas da  
*Época e Veja***

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof . Dr. Solano Nascimento

Brasília, maio de 2008

Tatiara dos Santos Lima

## **Denúncia social: omissão nas páginas da *Época e Veja***

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

### **Banca examinadora**

---

Prof. Solano Nascimento  
Orientador

---

Prof. Luiz Cláudio Ferreira  
Examinador

---

Prof. Sérgio Euclides  
Examinador

Brasília, maio de 2008

## Agradecimentos

Agradeço ao meu Deus, em primeiro lugar,  
pois sem Ele nada seria possível;

Este trabalho é para Rozália e Carmende,  
meus pais, exemplos de caráter, princípios e força;  
A eles, o meu muito obrigada pelo apoio incondicional.

Ao meu amor, Fábio, companheiro e incentivador,  
que me dá forças para enfrentar os desafios da vida.

Aos meus amigos, que aceitaram a distância  
para que eu concluísse este trabalho.

Ao professor Solano Nascimento,  
pelas importantes sugestões e orientações.

Ao professor Sérgio Euclides,  
pelo apoio no momento em que mais precisei.

A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil  
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia em metades  
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era totalmente mais bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

(Verdade - Carlos Drummond de Andrade)

## RESUMO

A intenção deste trabalho foi descobrir se o jornalismo tem cumprido a função de defender os anseios da população. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o papel social dos jornalistas e a importância do jornalismo social, expressão ainda pouco usada pela mídia brasileira. Além disso, foi feita uma análise das revistas *Época* e *Veja* ao longo de seis meses, do dia 1º de julho a 31 de dezembro de 2007, para uma análise qualitativa e quantitativa da publicação de reportagens com denúncias sociais. A conclusão obtida foi que a imprensa tem dispensado pouco espaço ao jornalismo social e priorizado as matérias com denúncias que abordam irregularidades praticadas por autoridades.

**Palavras-chave:** Denúncia. Jornalismo social. *Época*. *Veja*

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Reportagens com denúncias fiscalizadoras do Poder	33
QUADRO 2 – Reportagens com denúncias sociais	38
QUADRO 3 – Reportagens com denúncias policiais	39
QUADRO 4 – Comparativo das reportagens por categoria	41
QUADRO 5 – Comparativo das reportagens por revista	41

# SUMÁRIO

1	Introdução .....	9
2	Revisão Bibliográfica .....	11
2.1	Função social do jornalista .....	11
2.2	Jornalismo social .....	12
2.3	Denúncia.....	15
2.3.1	Seleção das notícias .....	15
2.3.2	Valores-notícia .....	17
3	Metodologia.....	19
4	Análise do dados.....	23
4.1	Reportagens com denúncias fiscalizadoras do Poder .....	23
4.1.1	Divisão das denúncias fiscalizadoras do Poder .....	32
4.2	Reportagens com denúncias sociais .....	33
4.2.1	Divisão das denúncias sociais .....	38
4.3	Reportagens com denúncias policiais.....	38
4.3.1	Divisão das denúncias policiais.....	39
4.4	Comparação entre categorias de reportagens com denúncias.....	40
5	Considerações finais .....	42
	Referências .....	44
	Anexos .....	46



# 1 Introdução

O objetivo principal deste trabalho é identificar a ênfase dada a reportagens com denúncias veiculadas nas revistas *Época* e *Veja* e evidenciar como as duas maiores revistas semanais do Brasil abordam questões sociais nas suas publicações. O Brasil está entre os países com menor índice de desenvolvimento humano e social e entre as nações mais desiguais do mundo e, mesmo ciente de todas essas deficiências, a imprensa, na maioria das vezes, não apresenta os temas sociais entre as suas prioridades.

A mídia é uma das instituições que mais influenciam a sociedade: ela é fundamental na construção da chamada agenda política. Através de uma reportagem com denúncia, a vida de milhares de pessoas pode ser melhorada. Analisar a postura da imprensa é fundamental para a formação de jornalistas, pois é relevante identificar a conduta dos veículos de comunicação.

No primeiro capítulo, este estudo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o papel social dos jornalistas e aborda a importância do jornalismo social, expressão ainda pouco usada pela mídia brasileira. Esse tipo de jornalismo mostra que é necessário mais do que noticiar, é preciso exibir os problemas sociais. O jornalismo social não tem uma abordagem freqüente nos meios de comunicação, ainda tem pouco destaque e não é a prioridade da imprensa.

Ainda nesse capítulo, será mostrado que a denúncia é fundamental no modelo ocidental de jornalismo, aquele modelo no qual a imprensa é livre para apontar irregularidades, principalmente as praticadas por autoridades. Além disso, será apresentado o porquê de a imprensa valorizar e dar um grande espaço para a publicação de matérias com denúncias.

O segundo capítulo apresenta a análise feita a partir das matérias com denúncias publicadas na revistas *Época* e *Veja*. A análise foi feita em todos os exemplares publicados ao longo de seis meses, do dia 1º de julho a 31 dezembro de 2007. Como são revistas semanais, o período analisado abrange 26 exemplares da *Época* e 26 da *Veja*.

Para a quantificação das reportagens com denúncias, foi utilizada uma classificação. Essa classificação está baseada nas categorias definidas pela jornalista Ana Beatriz Magno (2006) na sua dissertação sobre as reportagens ganhadoras do Prêmio Esso. As categorias temáticas usadas nesta pesquisa foram: 1. sociais; 2. fiscalizadoras do poder e 3. policiais.

Por isso, o último capítulo se dedica a detalhar a pesquisa mostrando uma comparação entre as categorias utilizadas. Há uma análise quantitativa e qualitativa das reportagens abrangidas pelo *corpus* da pesquisa, com a separação e avaliação das matérias que se enquadram em cada uma das três categorias.

## 2 Revisão Bibliográfica

Para realizar uma análise sobre o trabalho das duas maiores revistas semanais do Brasil, é necessário entender a função do jornalista, seu papel e sua ligação com os anseios da população, temas esses controversos no trabalho de estudiosos. Também é essencial verificar a importância do jornalismo social, expressão que ainda está em construção e saber o porquê de a imprensa valorizar e dar um grande espaço para a publicação de matérias com denúncias.

### 2.1 Função social do jornalista

Apesar de ser a 11ª economia do mundo, em 2002 o Brasil ocupou a 73ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede as condições de vida em 173 países (ANDI, 2003, p.14).

Além disso, é um país com elevados índices de analfabetismo, onde grande parte da população não tem acesso à cultura e à educação e onde a mídia, muitas vezes, não divulga questões sociais entre suas prioridades.

Considera-se que uma das tarefas principais do jornalista seja disponibilizar para a sociedade informações de interesse público, apuradas de forma ética. Essa é uma grande responsabilidade, na medida em que o jornalista é um agente importante no processo de construção do conhecimento do público sobre a realidade social, política, econômica e cultural.

Através do recorte que o jornalista faz dos fatos, abre-se uma nova perspectiva para a interpretação dos leitores. Por isso, o jornalista, ao cobrir uma pauta não deve perder de vista as implicações sociais que dizem respeito ao tema, o foco deve ser o ser humano.

O jornalista é um ator social. Portanto, precisa constantemente refletir sobre sua própria responsabilidade diante das questões que o cercam e ter em mente o quanto seu trabalho, quando bem realizado, pode contribuir para ampliar o conhecimento da população e permitir que ela venha a apreender a realidade como um todo. (ANDI, 2003, p.46)

Hudec (1980), ao definir o significado de jornalismo, que está inseparavelmente ligado à prática da democracia, traz à luz a dependência em relação à sociedade, ou seja, o jornalismo tem a obrigação também de retratar os problemas sociais, senão perde seu objetivo e deixa de ser jornalismo. O jornalismo, em qualquer área, não pode perder a sua essência de exercer uma função relevante na sociedade, informando-a e zelando por ela. O profissional de imprensa não é como os empregados de outras empresas. Ele tem uma obrigação social. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.83).

Como, também, menciona Traquina:

[...] o jornalismo, inicialmente identificado apenas com a imprensa, deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações [...] a imprensa atuaria como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes. [...] os meios de comunicação [também] protegem os cidadãos de eventuais abusos de poder por parte de governantes. (2004, p.129)

Eugênio Bucci (2000, p.30), além de dizer que ao jornalista cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público, destaca que é necessário, também, exercer o seu papel de vigia, para exigir a construção de uma sociedade melhor.

## **2.2 Jornalismo social**

De acordo com Abelin (2006), o gênero jornalismo social, por ser novo no Brasil, ainda não tem aparato teórico suficiente que o ampare. O seu conceito exato ainda está em construção, e as manifestações em torno de sua prática são recentes. Kotscho discorda e acredita ser ele um “campo meio nebuloso”, difícil de definir. “A definição de reportagem social não serve, porque, no Brasil, lembra coluna social, a vida mundana na alta sociedade – exatamente o oposto” (KOTSCHO, 2002, p. 57 e 58).

Mesmo assim, Castilho sustenta o uso da expressão.

Parece-me um absurdo a teoria de que, se tudo é social, não há a necessidade de se cunhar o termo jornalismo social. Então que se faça isso com política e economia, e com o jornalismo científico, esportivo, agrícola, etc. Por que só o jornalismo que privilegia a sociedade, o ser humano, os conflitos sociais, é que não poderia ter uma expressão própria? Agora, no dia em que o social for

prioridade na imprensa, aí sim a expressão perderá o sentido (CASTILHO *apud*, ABELIN, 2006, p14).

Visto que o termo ainda não está totalmente estruturado como outros gêneros o estão, como o jornalismo econômico, esportivo, científico, expressões como jornalismo cívico, jornalismo comunitário e jornalismo público são usadas como sinônimo do conceito de jornalismo social.

O movimento que gerou essas expressões surgiu no fim da década de 1980. Traquina (2001) o definiu como novo jornalismo e cita os gêneros e seus respectivos autores: "jornalismo comunitário" (CRAIG,1995), "jornalismo de serviço público" (SHEPARD, 1994) e "jornalismo cívico" (LAMBETH e CRAIG, 1995).

O jornalismo público, criado por David Merrit, surgiu em 1990, nos Estados Unidos. Alguns fatos, como a queda da leitura de jornais, contribuíram para o seu surgimento. Merrit acreditava que os leitores estavam desencantados com a imprensa pela forma com que às vezes ela passava ao largo de suas aflições. (SILVA, 2002).

De acordo com Silva (2002), uma das características do jornalismo público é “a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores/notícias tradicionais elementos de análise e de orientação ao público quanto a soluções dos problemas”.

Silva diz que o jornalismo público, como gênero:

[...]ainda não adquiriu o status de outras especializações, a exemplo da crônica policial, do jornalismo esportivo, do jornalismo político, do jornalismo econômico e do jornalismo científico. Identificado em suas origens ora como *civic journalism*, ora como *public journalism*, o jornalismo público ainda não encontrou no Brasil nem uma tradução definitiva nem uma compreensão do que ele representa enquanto função, área de cobertura e campo profissional. Há indicadores, no entanto, de que algumas práticas jornalísticas da chamada “grande imprensa” brasileira começam a assentar as bases para o que, entre nós, poderia vir a se chamar de jornalismo público (SILVA, 2002, p. 2).

Por outro lado, o autor entende que, embora a imprensa brasileira tenha importado modelos e jargões, sobretudo os norte-americanos, não está fazendo, no caso do jornalismo público, uma simples cópia ou mesmo uma adaptação de um

paradigma do que se possa considerar pronto e acabado. Silva afirma que o jornalismo público está emergindo com características próprias e, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, não houve, no Brasil, intenções e ações visando especificamente fundar uma nova categoria jornalística.

Segundo Moura, com o surgimento do jornalismo cívico, a produção das notícias deixa de ter um caráter apenas informativo e passa a destacar, nas matérias e reportagens, informações de interesse público que atendam a necessidades dos cidadãos. “Esse tipo de jornalismo inaugura uma nova fase da imprensa, tendo como propósito auxiliar na construção da cidadania.” (Moura, 2007, p. 44). Por isso, o jornalismo cívico não tem que só informar, mas deve também levar os cidadãos a uma reflexão e a uma ação que solucionem os problemas da sociedade.

Rosen (*apud* TRAQUINA, 2001) considera que os jornalistas têm a função de interagir com a comunidade, conversar e pautar corretamente as questões comunitárias. Ele também considera que o jornalismo social precisa ir além da transmissão de notícias.

Na perspectiva de Fernandes (*apud* ABELIN, 2006, p.17), o jornalismo cívico, público ou comunitário, mais do que componente do Quarto Poder (compromisso da imprensa com a objetividade, com a representação do cidadão comum e com o funcionamento eficiente do sistema de divisão de poderes), seria uma espécie de Poder Moderador, que é um instrumento mais completo entre os cidadãos e os demais poderes.

Nesse contexto, o jornalismo social deveria assumir papel importante no desenvolvimento de matérias com denúncias. O jornalismo social é amplo. Não é apenas noticiar, de forma sensacionalista, a necessidade de uma criança que precisa de doações, ou expor famílias miseráveis como exemplo de um país que sofre com essa condição. Não são as manifestações esporádicas na mídia, nem a cobertura superficial de temáticas tão relevantes. O jornalismo social é muito mais abrangente e merece o mesmo espaço e importância que os demais tipos de jornalismo.

## 2.3 Denúncia

Traquina (2005) explica que o jornalismo, como Quarto Poder, é um instrumento que está a serviço da população para evitar abusos por parte do poder, promover a cidadania e prover à sociedade informações que subsidiem a prática da democracia. E, “para exercer a autoconcedida função de quarto poder, a imprensa depende enormemente da denúncia. O quarto poder é basicamente o de fiscal” (NASCIMENTO, 2007, p. 56).

Se o Estado não cumpre com suas obrigações, o jornalismo tem a função social de cobrar esclarecimentos e providências. O jornalista, ao noticiar ações irregulares ou incorretas, faz uma denúncia (*Ibiden*, p. 56). Ao denunciar o que não funciona, o jornalismo presta serviço à sociedade.

A imprensa brasileira se enquadra no modelo de jornalismo ocidental. Nele segundo Sousa (2000), a “imprensa deve ser independente do Estado e dos poderes, tendo o direito de reportar, comentar, interpretar e criticar as actividades dos agentes de poder”. De acordo com Nascimento, no modelo ocidental de jornalismo, aquele no qual a imprensa é livre para apontar irregularidades, o uso da denúncia é fundamental.

Por isso, os veículos de informação valorizam as matérias com denúncia e dão um grande espaço para a sua publicação. Mas esse não é o único motivo, conforme será visto a seguir.

### 2.3.1 Seleção das notícias

De acordo com Mauro Wolf (1999, p. 80), Kurt Lewin criou em 1947 o conceito de *gatekeeper* (selecionador) no estudo sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais, identificando os “canais” por onde flui a seqüência de comportamentos relativos a um determinado tema. Lewin nota que existem neles áreas que podem funcionar como “porteiro”. Essas áreas são controladas pelos *gatekeepers*, pessoas que decidem qual informação pode passar ou qual será barrada.

A teoria do *gatekeepers* foi a primeira tentativa de responder à indagação de por que vários fatos acontecem em todo mundo e somente uma parte deles é publicada

como notícia. White, em 1950, utilizou esse conceito e chegou à conclusão de que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário.

É somente quando analisamos as razões apresentadas por “Mr. Gate” para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura de décimo para o qual tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de notícias é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do gatekeeper. Neste caso particular, os 56 enunciados apresentados podem ser divididos em duas categorias principais: 1 rejeição do incidente devido à sua pouca importância, e 2 seleção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento. (WHITE, apud, TRAQUINA, 2005, p. 150).

Silva diz que, para a imprensa, o Estado, a economia e a sociedade são as maiores fontes geradoras de fatos a serem selecionados como notícias.

[...]mas os fatos mais dramáticos e mais ‘humanos’ emergem sobretudo desse campo que se pode chamar genericamente de ‘o social’. Tradicionalmente, a sociedade é a maior produtora de fatos jornalísticos, notadamente os fatos cujos ingredientes de sensacionalismo despertam no cotidiano a atenção dos selecionadores (gatekeepers) de notícias. (SILVA, 2002, p. 4)

Conforme diz White (apud Nascimento, 2007), uma denúncia pode ser rejeitada por não ser considerada relevante. Porém, como as denúncias apuradas pela imprensa costumam ser dadas com exclusividade por um veículo, elas não se encaixam na segunda categoria – de rejeição de White.

A denúncia implica novidade. Ninguém denuncia alguém pela segunda vez pelo mesmo fato. Isso não seria denúncia, seria uma repetição de um relato. [...] Isso parece óbvio, mas é importante deixar claro que as denúncias produzidas pelo jornalismo investigativo estão protegidas de uma das duas principais razões apontadas pelo estudo sobre o *gatekeeping* para rejeição de matérias. (NASCIMENTO, 2007, p 59).

Donohue-Tichenor-Olien (apud WOLF, 1999, p.182) enfatiza que o *gatekeeping* nos meios de comunicação de massa inclui todas as formas de controle da informação, desde as decisões acerca da codificação das mensagens, da seleção, da formação da mensagem e da difusão até a exclusão de toda a mensagem.



### 2.3.2 Valores-notícia

Silva (2002) afirma que o que tem caracterizado o jornalismo público é a intenção de não apenas se servir dos fatos sociais no que eles apresentam de dramático, mas agregar aos valores/notícia tradicionais informações relevantes para o público.

[...] elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções dos problemas, organizações neles especializadas e indicações de serviços à disposição da comunidade: endereços, telefones úteis, faxes, e-mails, sites etc. (SILVA, 2002, p. 4)

Os valores/notícia podem ser definidos como um componente da noticiabilidade. Para Wolf, a noticiabilidade é:

[...] constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre “a matéria prima” que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa. (WOLF.1999, p.190)

Wolf observa, também, que a importância da notícia é determinada por alguns critérios, dentre os quais estão os relativos ao público. Esses critérios referem-se ao papel que desempenha a imagem que os jornalistas têm do público. Por um lado, os jornalistas conhecem pouco o seu público. Por outro, a referência às necessidades e às exigências dos destinatários é constante. O termo de referência constituído pelo público, ou melhor, pelas opiniões que os jornalistas têm acerca do público, e os limites dessa referência são um dos aspectos mais interessantes e menos aprofundados da temática do *newsmaking*, segundo Wolf.

Os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas, como o conteúdo da notícia, a disponibilidade do material, o público e a concorrência.

Wolf também cita quatro valores-notícias, que são: 1) grau e nível hierárquico; 2) impacto sobre a nação; 3) quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento; e 4) relevância quanto à evolução futura de uma determinada situação. Segundo

Nascimento (2007), esses valores são os mais relevantes no que se refere à discussão sobre denúncias no jornalismo.

“Não há garantia que uma denúncia carregue os três primeiros valores-notícia desse grupo. Ela pode ou não carregá-los. No entanto, é muito difícil uma denúncia não ter o quarto valor-notícia listado, pois a capacidade potencial de uma matéria que aponta alguma irregularidade gerar uma conseqüência, uma evolução futura, é enorme.” (NASCIMENTO, 2007, p.60).

Nesse contexto, referente ao conteúdo de uma matéria com denúncias sociais, ela já tem pelo menos um desses valores-notícia mencionados: relevância quanto à evolução futura de uma determinada situação.

Outro fator importante que aponta um valor-notícia é o grau de negatividade.

O *bad news, good news* – algo como ‘coisas ruins são boas notícias’ – permeia os quatro valores-notícia citados por Wolf em relação ao conteúdo. E, mais uma vez, ele está garantido na denúncia, já que, é claro, ninguém denuncia uma coisa boa. Isso é anúncio, uma revelação, mas não uma denúncia. (NASCIMENTO, 2007, p.61).

### 3 Metodologia

A fim de viabilizar esta pesquisa, foram escolhidas as duas maiores revistas semanais do Brasil: *Época*, da editora Globo, e *Veja*, da editora Abril. A análise foi feita em todos os exemplares publicados ao longo de seis meses, do dia 1º de julho a 31 dezembro de 2007.

As duas revistas foram escolhidas por serem publicações de grande circulação e distribuição nacional. Como são semanais, o período analisado abrange 26 exemplares da *Época* e 26 exemplares da *Veja*.

As edições das revistas foram consultadas nas bibliotecas do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), da Universidade Católica de Brasília (UCB) e nos acervos do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Para apontar como as revistas brasileiras abordam os temas sociais nas matérias de denúncia, foram utilizadas ferramentas da análise de conteúdo e da análise documental.

Para esse exame, só foram incluídas no *corpus* as reportagens com denúncias inéditas. Na definição do *Dicionário Aurélio Eletrônico*, de Aurélio Buarque de Holanda, em sua versão de 1999, denúncia é “acusação secreta ou não que se faz de alguém, com base ou sem ela, em falta ou crime cometido”.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p.38), é o “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Neste estudo, os “procedimentos sistemáticos” foram a seleção e a leitura das matérias de denúncia selecionadas. Depois de feito isso, elas foram classificadas em categorias. Isso foi feito com base na avaliação do conteúdo de cada reportagem.

De acordo com Bardin (1977, p.45), a análise documental tem como finalidade “atingir o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (quantitativo), com o máximo de pertinência (qualitativo)”.

A análise documental, que, segundo Gil (2002, p.35), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa”, foi usada por causa do objeto de estudo escolhido.

Para a quantificação das matérias com denúncias, foi utilizada uma classificação que está baseada nas categorias definidas pela jornalista Ana Beatriz Magno (2006) na sua dissertação sobre as reportagens ganhadoras do Prêmio Esso.

As categorias temáticas usadas nesta pesquisa foram:

### 1. Sociais

Tratam das grandes temáticas sociais do país e podem adotar enfoque nacional ou local. Costumam estar nas páginas das editorias de Brasil ou de Cidades e incluem a cobertura de políticas públicas, sob a ótica que inclui a visão do cidadão e da autoridade.

### 2. Fiscalizadoras do Poder

Tratam do exercício do poder tanto no Executivo quanto no Legislativo e no Judiciário, incluindo as relações do setor público com o privado. Há dois tipos de matérias nessa área: as que fiscalizam a conduta dos poderosos na gestão do erário e as que mostram os bastidores do poder, o que compreende desde as crônicas políticas da atualidade à investigação sobre momentos nebulosos do passado. Há um farto uso de documentos comprobatórios, fitas, gravações e recomenda-se ouvir sempre o acusado. As matérias ocupam espaço generoso e geram grande repercussão. A publicação costuma ser no formato de série ou de cobertura diária, geralmente na editoria de Brasil.

### 3. Policiais

Tratam dos grandes crimes com repercussão nacional. As reportagens costumam partir de uma cobertura diária de um fato e, pelo trabalho investigativo do repórter, alcançam uma abordagem consolidada de um tema que vai além do próprio crime.

Além dessa classificação, foram usados filtros para que fossem avaliadas somente as reportagens com denúncias. Foram estudadas as reportagens que eram exclusivas ou possuíam alguma informação com exclusividade. As denúncias que já tinham sido publicadas por outros veículos não foram utilizadas nesta pesquisa. As matérias factuais também foram descartadas.

Assim, o *corpus* da pesquisa é composto por todas as reportagens com denúncias exclusivas publicadas pelas revistas *Época* e *Veja* no segundo semestre de 2007. Dentro desses critérios, foram identificadas 38 matérias nas duas revistas. São as seguintes:

<b>Revista <i>Época</i></b>	
<b>Título da matéria</b>	<b>Data da publicação</b>
A tragédia da bala perdida	2 de julho de 2007
Muito além de Renan	16 de julho de 2007
Deportação recorde	13 de agosto de 2007
A nova cara da Rocinha	13 de agosto de 2007
Uma reforma agrária destruidora – e inútil	20 de agosto de 2007
A fraude do cartão	27 de agosto de 2007
“Peguei R\$ 3 milhões”	3 de setembro de 2007
Renan e a máquina de fazer dinheiro	10 de setembro de 2007
A campeã brasileira de violência	10 de setembro de 2007
Um avião a cada dois dias	24 de setembro de 2007
O amigo-problema de Ciro	1º de outubro de 2007
As ameaças de Valério	5 de novembro de 2007
Aqui também tem mensalão	5 de novembro de 2007
Fraudes até no banheiro	19 de novembro de 2007
As prisões que matam	19 de novembro de 2007
Prisão à Beira-Mar	26 de novembro de 2007
A pista foi reprovada	3 de dezembro de 2007
Aos 19 anos, ele lê mal	10 de dezembro de 2007

<b>Revista Veja</b>	
<b>Título da matéria</b>	<b>Data da publicação</b>
O dinheiro era para subornar	4 de julho de 2007
Ele não larga o osso	4 de julho de 2007
Negócios milionários	11 de julho de 2007
Um buraco negro chamado Sivam	18 de julho de 2007
Sociedade secreta	8 de agosto de 2007
Frágil como papel	15 de agosto de 2007
“Renan foi um bom sócio”	15 de agosto de 2007
Crimes na floresta	15 de agosto de 2007
A sombra do estado policial	22 de agosto de 2007
Ocupar e arruinar	29 de agosto de 2007
Ainda chefe, mas de outra turma da pesada	19 de setembro de 2007
Renan ameaça os petistas	26 de setembro de 2007
O caixa 2 da turma de Ideli	3 de outubro de 2007
O jogo sujo de Renan Calheiros	10 de outubro de 2007
Laranjada em Roraima	10 de outubro de 2007
Baixaria na reta final	31 de outubro de 2007
Quem, eu? Eu não!	31 de outubro de 2007
Um alerta no ar	28 de novembro de 2007
Espionagem oficial	5 de dezembro de 2007
As sombras do passado	12 de dezembro de 2007

## 4 Análise do dados

Nas páginas seguintes, é mostrado o resultado da aplicação das três categorias temáticas (fiscalizadoras do Poder, sociais e policiais) sobre as reportagens que integram o *corpus* da pesquisa.

### 4.1 Reportagens com denúncias fiscalizadoras do Poder

Ao analisar quantitativamente as reportagens com denúncias das revistas *Época* e *Veja*, foi verificado que a categoria das matérias fiscalizadoras do Poder, aquelas que destacam principalmente irregularidades relacionadas a autoridades, aparece em maior quantidade.

Como foi visto no capítulo 3, a denúncia é fundamental no padrão ocidental de jornalismo, que é aquele modelo no qual a imprensa é livre para apontar irregularidades, principalmente as praticadas por autoridades. Por isso, os veículos de informação valorizam matérias com denúncias e dão um grande espaço para a sua publicação. O segundo semestre do ano de 2007 evidencia essa linha. Das 38 matérias com denúncias, 28 abordaram imoralidades e malfeitorias de toda ordem praticadas por políticos e autoridades. Todas elas publicadas na editoria mais ilustre das revistas, a editoria Brasil. O caso do ex-presidente do Senado Renan Calheiros, acusado de usar serviços de lobistas para pagar pensão à filha, entre outros crimes, no período analisado, foi o tema predominante nas matérias com denúncias fiscalizadoras do Poder. Foram nove matérias sobre o assunto. Outros temas geraram reportagens dessa natureza, como o uso de dinheiro público, uso de tráfico de influência por parte de autoridades, fraude e espionagem.

A primeira matéria envolvendo o nome de Renan Calheiros apareceu na edição da revista *Veja* de 11 de julho. A reportagem tratava de desconfianças em relação à evolução do patrimônio do ex-presidente do Senado. A matéria ‘Negócios milionários’ levantava a suspeita de que Renan favoreceu a empresa Schincariol, que tinha dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em troca de benefício para um irmão.

No mês seguinte, na edição de 8 de agosto, a revista publicou a reportagem ‘Sociedade secreta’, na qual mencionava que Renan Calheiros usou laranjas para

comprar emissoras de rádio e um jornal no Nordeste. A matéria mostra que Renan pagou R\$ 1,3 milhão em dinheiro, parte em dólares, para virar sócio oculto da empresa de comunicação em Alagoas.

Pouca gente em Alagoas conhece essas atividades do senador. E por uma razão elementar: os negócios de Renan são clandestinos, irregulares, forjados de modo a manter o anonimato dos envolvidos. Para que isso fosse possível, a compra das emissoras de rádio e do jornal foi colocada em nome de laranjas, formalizada por meio de contratos de gaveta e paga com dinheiro vivo – às vezes em dólares, às vezes em reais. Tudo feito à margem da lei, com recursos de origem desconhecida, a participação de funcionários do Senado e, principalmente, visando a garantir que a identidade do verdadeiro dono, o senador Renan Calheiros, ficasse encoberta. (*Veja*, 08/08/2007, p 60)

Uma semana depois, ainda em *Veja*, a edição de 15 de agosto dá detalhes da sociedade secreta de Renan em rádio e jornal.

A revista *Época* entrou na cobertura do caso Renan Calheiros na edição de 3 de setembro e deu seqüência à série de denúncias contra o então presidente do Senado Federal. A reportagem ‘ “Peguei R\$ 3 milhões” ‘ traz uma entrevista com Bruno Miranda Ribeiro Brito Lins, afilhado de casamento de Renan Calheiros. O afilhado diz que seu ex-sogro montara um esquema de arrecadação de dinheiro para Renan em ministérios controlados pelo PMDB, como Previdência Social e Saúde. Bruno afirma na matéria que ele foi pessoalmente buscar o dinheiro da suposta propina. Na edição seguinte, publicada no dia 10 de setembro, *Época* revelava, na reportagem ‘Renan e a máquina de fazer dinheiro’, o envolvimento de apadrinhados políticos de Renan Calheiros em fraudes na Fundação Nacional de Saúde, confirmando a denúncia feita por Bruno Lins.

Investigações do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria –Geral da União (CGU), às quais *Época* teve acesso, afirmam que nos últimos anos a Funasa fechou contratos por valores até dez vezes acima dos praticados pelo mercado. (*Época*, 10/09/2007, p.38).

A revista *Veja*, na edição de 26 de setembro, retomou o assunto sobre o caso Renan Calheiros. Na matéria intitulada ‘Renan ameaça os petistas’, a revista revelou que o ex-presidente do Senado estava intimidando os senadores com chantagens. Queria impedir que cassassem seu mandato – o que acabou conseguindo. Em um



acordo, Renan prometeu se afastar da presidência do Congresso até a conclusão dos processos contra ele no Conselho de Ética.

Renan é dono de um arquivo de informações que, usadas irresponsavelmente contra seus colegas de Parlamento, podem ser devastadoras. Ele começou a vaziar para a imprensa segredos que podem arranhar a imagem dos petistas. (*Veja*, 26/09/2007, p. 68).

A edição de 10 de outubro, publicada com o título ‘O jogo sujo de Renan Calheiros’, pela *Veja*, traz mais detalhes sobre a intimidação de senadores feita por Renan Calheiros. Segundo a revista, ele estava tentando espionar a vida de adversários. A reportagem relaciona a participação de um grupo de arapongas comandado pelo ex-senador Francisco Escórcio e advogados em várias formas de espionagem.

Na edição de 31 de outubro da *Veja*, em reportagem com o título ‘Baixaria na reta final’, a revista continua a falar sobre os métodos usados pelo ex-presidente do Senado Federal para escapar da cassação. De acordo com a reportagem, o senador Jefferson Péres foi constrangido depois de ter aceitado relatar o processo que investiga a participação de Renan Calheiros numa sociedade secreta que comprou veículos de comunicação em Alagoas.

A matéria afirma ter sido Renan o responsável pela divulgação de um dossiê contra Péres. O senador Jefferson Péres é apresentado no vídeo como um político que tem uma falsa imagem de honestidade e estaria envolvido em uma fraude milionária contra uma empresa siderúrgica que foi à falência na década de 1970. O que, segundo a revista, é falso.

Senadores receberam um dossiê com acusações pesadas contra o colega amazonense. O material – um envelope pardo contendo um DVD e uma folha de papel – chegou pelo correio ao gabinete de alguns parlamentares. VEJA teve acesso a esse material. O vídeo, de cinco minutos de duração, questiona a imagem de correção do senador e sugere que Péres estaria envolvido numa fraude financeira contra uma siderúrgica na década de 70 – caso que já havia sido alvo de insistentes boatos espalhados por assessores de Renan Calheiros desde o início das investigações. O restante do conteúdo do dossiê é tão grosseiro que não merece citação. (*Veja*, 31/10/2007, p. 56)

Além da divulgação do dossiê feito por Renan Calheiros de acordo com a revista, a matéria traz também entrevista com um ex-funcionário da empresa comandada pelo

senador e por um usineiro. Na entrevista, o contador afirma que Renan era sócio de um grupo de comunicação no Nordeste.

A última reportagem com denúncia publicada sobre Renan Calheiros, no ano de 2007, pelas duas revistas analisadas nessa pesquisa foi a matéria ‘Espionagem oficial’, do dia 5 de dezembro. Nela, a revista *Veja* revela que a polícia do Senado Federal, a pedido de Renan, contratou detetives particulares para investigar o senador Marconi Perillo.

Segundo relato dos agentes, a Polícia do Senado acionou um conhecido escritório de espionagem política de Brasília – a Central Única Federal dos Detetives do Brasil – para levantar as informações financeiras de Marconi Perillo. Os telefones do senador foram grampeados e violaram seu sigilo bancário e fiscal. A invasão de privacidade está sendo investigada, em sigilo, pela Polícia Federal. (*Veja*, 05/12/2007, p. 82)

Ainda na revista *Veja*, na edição de 22 de agosto, houve uma outra reportagem sobre espionagem. Dessa vez, os ministros do Supremo Tribunal Federal eram vítimas de escutas telefônicas. Na reportagem, que ocupou seis páginas da revista, cinco ministros admitiram à *Veja* a suspeita de que suas conversas eram interceptadas por terceiros.

Agora, é a primeira vez que, sob um regime democrático, os integrantes do Supremo Tribunal Federal se insurgem contra suspeitas de práticas típicas de regimes autoritários: as escutas telefônicas clandestinas. Sim, beira o inacreditável, mas os integrantes da mais alta corte judiciária do país suspeitam que seus telefones sejam monitorados ilegalmente. Pior: entre eles, três ministros não vacilam em declarar que o suspeito número 1 da bruxaria é a banda podre da Polícia Federal. (*Veja*, 22/08/2007, p. 53).

De acordo com a matéria, os ministros apontam os culpados entre os que chamam de “a banda podre da Polícia Federal”.

*Veja* apresenta, na edição de 4 de julho, a matéria intitulada ‘O dinheiro era para subornar’, retomando o fato de o então senador Joaquim Roriz ter sido flagrado em uma conversa telefônica combinando a partilha de R\$ 2,2 milhões. Roriz alegou que esse dinheiro, emprestado por Nenê Constantino, dono da Gol Linhas Aéreas, era para comprar uma bezerra, que custou R\$ 300 mil, e que teria devolvido o restante, R\$ 1,9 milhão. Mas a revista trazia novos fatos. Ela denunciava que, com o valor

remanescente, o então senador Joaquim Roriz pagou cerca de R\$ 1,2 milhão para subornar dois juízes do Tribunal Regional Eleitoral.

A novidade é que, se parte do dinheiro foi mesmo usada para pagar uma bezerra, outra parte teve destino explosivo – serviu para subornar juízes que livraram Roriz da cassação em 2006. (*Veja*, 04/07/2007, p. 60)

Na mesma edição, a revista traz outra reportagem sobre ilegalidades cometidas por autoridades. Assim como nas outras reportagens, a matéria ‘Ele não larga o osso’ foi publicada na editoria mais nobre, no começo das revistas, a editoria de Brasil. Nessa reportagem, a *Veja* mostra que o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira continuava praticando irregularidades. Silvinho, como é conhecido, deixou o cargo no PT depois de ter aceitado uma Land Rover de presente de empreiteira que tinha contrato com a Petrobrás, empresa na qual Silvinho tinha influência. E agora, era acusado novamente de usar a sua influência para obter lucros na sua empresa de eventos.

Hoje, o ex-secretário-geral do PT é um empresário. Em julho do ano passado, ele abriu uma firma no ramo de eventos, chamada DPN, juntamente com sua mulher e um irmão. O negócio vai de vento em popa. *Veja* teve acesso a documentos que mostram que, de janeiro a abril deste ano, mais da metade do faturamento da DNP, de cerca de 90.000 reais, veio, indiretamente, da... Petrobrás. (*Veja*, 04/07/2007, p. 66)

A revista denuncia que os R\$ 55 mil que a empresa de Silvinho embolsou da estatal vieram através do projeto Cinemastra de Verão, patrocinado pela Petrobrás. Oficialmente, a empresa do ex-secretário-geral do PT não executou o evento. Porém, o dono das empresas que fizeram o projeto, Julio César dos Santos, repassou dinheiro da Petrobrás para a empresa de Silvinho.

Em 19 de setembro, a revista *Veja* dedicou mais uma matéria ao tráfico de influência. Dessa vez, o personagem da denúncia é José Dirceu, acusado de ser chefe da máfia que se instalou no Corinthians. A reportagem estava baseada em um relatório produzido pela Polícia Federal segundo o qual Dirceu continuava a exercer influência no governo federal, atuando como lobista.

No segundo semestre de 2007, houve um grupo de cinco reportagens que tratavam de desvio de recursos públicos em temas isolados. A primeira matéria foi publicada em 27 de agosto pela revista *Época*, com o título ‘A fraude do cartão’. Mostrava que R\$ 50 milhões em dinheiro público foram desviados do Banco de Brasília

através do cartão empresarial pré-pago. A matéria mostrou que o banco pagava algumas empresas por serviços fictícios. O dinheiro era repassado por meio de contratos falsos com uma ONG.

Problemas relacionados a desvio de dinheiro também apareceram na matéria jornalística 'Ocupar e arruinar', publicada por *Veja* na edição de 29 de agosto. Segundo a revista, militantes da Esquerda Marxista, facção radical do PT, tomaram posse de cinco indústrias em São Paulo e Santa Catarina e formaram o Movimento das Fábricas Ocupadas. Eles são acusados de usar o dinheiro das empresas ocupadas em proveitos próprio.

Três meses atrás, a Cipla sofreu intervenção judicial, ordenada porque os patrões socialistas descontavam o INSS do salário dos empregados, mas não o repassavam à Previdência Social. Recibos de compras, comprovantes de transferências bancárias, cópias de e-mail e outros papéis encontrados pelo interventor revelam uma administração perniciosa, que sistematicamente desviou recursos para atender a objetos políticos e particulares. (*Veja*, 29/08/2007, p.86).

A revista *Época*, também na linha de desvio de dinheiro público, revelou, na edição de 1º de outubro, uma outra reportagem envolvendo autoridades. Nela, a revista mostra que Victor da Ponte, amigo de infância de Ciro Gomes, é acusado de cometer fraude no Banco do Nordeste. *Época* revelou os documentos que mostram como foi feita irregularmente a redução da dívida da empresa de Frutas do Nordeste do Brasil S.A (Frutan) com o Banco do Nordeste.

Ele assinou sozinho o acordo, mas, como diretor-administrativo, não tinha competência funcional para isso. A redução da dívida desobedeceu a uma proibição expressa da Advocacia-Geral da União (AGU) (*Época*, 01/10/2007, p. 38).

Outra denúncia envolvendo ONG foi publicada pela revista *Veja* na edição de 3 de outubro com o título 'O caixa 2 da turma de Ideli'. Na reportagem, a revista revela que a entidade fundada por petistas e ligada à líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, estava envolvida em desvio de verba pública.

O inquérito, que já tem mais de 300 páginas, recolheu provas que permitem concluir que a federação usou uma tecnologia de fraude muito conhecida desde os tempos em que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares era um simplório conselheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Usando a influência política,

os dirigentes conseguem prioridade em assinatura de convênios com órgãos públicos. Há no esquema sempre um parlamentar amigo que, por meio de emendas, assegura recursos no Orçamento para os tais programas sociais. Nos ministérios, correligionários em postos-chave são os responsáveis pela seleção das parcerias. Depois, cabe às entidades escolhidas superfaturar contratos, inventar serviços e embolsar o dinheiro, às vezes tudo, às vezes apenas uma parte para simular que alguma coisa foi feita (*Veja*, 03/10/2007, p 62 e 63).

A reportagem 'Fraudes até no banheiro', publicada pela revista *Época* na edição de 19 de novembro de 2007, mostrava, através de documentos produzidos pela Controladoria Geral da União e por autoridades da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), como a fundação tornou-se alvo fácil para desvio de dinheiro público. A matéria citava vários tipos de fraudes em contratos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Segundo investigações, nas eleições de 2006 o grupo ligado a Renan Calheiros liberou milhões de reais para prefeituras amigas, driblando as normas para pagamento de convênios exigidos pela Secretaria do Tesouro Nacional. O Tesouro determina que as prefeituras apresentem estudos e projetos técnicos para explicar o dinheiro das verbas federais. Na Funasa, isso não era necessário. (*Época*, 19/11/2007, p. 47).

Ainda a revista *Época*, na edição de 16 de julho, publicou uma matéria com o título 'Muito além de Renan', na qual demonstrava, em um levantamento, que, dos 81 senadores do Congresso Nacional, 19 respondiam a processos, ou seja, um quarto dos senadores eram acusados de crimes naquela época.

Na atual legislatura, o foco do desgaste que atinge o Congresso Nacional mudou de lugar. As denúncias contra Renan Calheiros (PMDB-AL) levaram os holofotes para dentro do Senado. Pelo menos um quarto dos senadores enfrenta problemas na Justiça, segundo um levantamento exclusivo feito por *ÉPOCA* nas duas últimas semanas (*Época*, 16/06/07, p 37).

Na mesma linha da *Época*, a revista *Veja* fez um levantamento sobre dez operações feitas pela Polícia Federal entre outubro de 2003 e dezembro de 2004 e revelou o resultado de cada uma. Todas as operações envolveram políticos, empresários ou funcionários públicos por acusação de corrupção ou desvio de dinheiro. A maior reportagem publicada por *Veja*, na edição de 15 de agosto do segundo semestre de 2007, teve dez páginas. Nela, a revista denunciava que, das 245 pessoas

presas em dez operações realizadas pela Polícia Federal, 64 foram julgadas, mas só duas continuam na cadeia.

A lógica da impunidade, no Brasil, independe da natureza do crime em questão. Tanto nos delitos de corrupção, quanto nos chamados crimes do colarinho branco e ainda nos que implicam violência contra a pessoa, como o homicídio, ela segue o mesmo roteiro: começa com a precariedade da investigação policial e continua na fase processual – quando entram em cena advogados contratados a peso de ouro não para atestar a inocência dos clientes, mas para protelar a todo custo seu julgamento (*Veja*, 15/08/2007, p.74).

Em 18 de julho, o foco da matéria era ‘Um buraco negro chamado Sivam’, um sistema do Governo que controla o espaço aéreo da Amazônia. Nessa reportagem a revista *Veja* denuncia que o Sistema de Vigilância da Amazônia, que custou R\$ 1,7 bilhão, vive com problemas. Segundo a matéria, o Sivam é incapaz de vigiar o espaço aéreo, pois há buracos negros no céu, áreas que os radares não alcançam.

O sistema não opera em condições minimamente aceitáveis para a aviação comercial nem para fins militares. Seus radares sofrem panes constantes. Quando isso acontece, as telas mostram aviões que não existem e informam de forma errada a velocidade das aeronaves que estão, de fato, no espaço aéreo. (*Veja*, 18/07/2007, p. 61).

A revista *Época* mostrou, na edição de 13 de agosto, que a decisão de deportar dois pugilistas cubanos que desertaram durante a realização dos jogos Panamericanos no Rio foi tomada no Planalto e conduzida pelo assessor Marco Aurélio Garcia. Segundo a reportagem, a deportação foi feita em tempo recorde: apenas dois dias.

As circunstâncias da deportação ainda não foram inteiramente esclarecidas. Acusa-se o governo brasileiro de não ter dado aos cubanos a chance de optar pelo asilo político. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro interino das Relações Exteriores e notório simpatizante de Fidel Castro, negou que o Itamaraty tenha tomado conhecimento da história. *ÉPOCA* apurou que o caso foi conduzido pessoalmente pelo assessor especial Marco Aurélio Garcia – o mesmo do gesto obscuro no acidente da TAM – e que a decisão de reenviar os cubanos a Havana foi tomada no Palácio do Planalto, e não no ministério (*Época*, 13/08/2007, p 50).

Outra matéria envolvendo políticos foi publicada na edição de 10 de outubro da *Veja*. ‘Laranjada em Roraima’ trata do controle de uma rádio e de uma TV em Boa Vista, envolvendo o senador Romero Jucá. Na reportagem, a revista traz indícios de

que o senador é dono de outros dois veículos de comunicação em Roraima, adquiridos através de laranjas.

No papel, a TV imperial e a Rádio Equatorial estão hoje sob o controle formal de Antônio Saenz Surita, apresentador do programa *Pânico na TV*. Surita é cunhado de Jucá – sua irmã, Tereza, é casada com o senador (*Veja*, 10/10/2007, p. 68).

Na reportagem ‘Quem, eu? Eu não!’, publicada em de 31 de outubro, *Veja* revelou o conteúdo de uma mensagem eletrônica enviada pelo então presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzzi, à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ele queria provar que não tinha nada a ver com o caos nos aeroportos brasileiros.

‘A pista foi reprovada’, publicada na edição de 3 de dezembro, mostra um laudo da Polícia Federal obtido pela revista *Época*. A reportagem estava baseada em laudos técnicos que afirmam que o aeroporto de Congonhas devia ter sido fechado no dia do acidente com o voo 3054 da TAM, no dia 17 de julho de 2007.

A matéria revela que, ao contrário do que disse a Infraero, a pista deveria estar fechada por causa da chuva. Os exames provaram que, sob chuva, era arriscado pousar em Congonhas naquele dia.

Tanto a Infraero quanto a Anac afirmam que a recém-reformada pista de Congonhas estava em condições de operar mesmo sem o grooving, as rachaduras que ajudam a escoar a água e melhorar a aderência dos pneus dos aviões. O laudo da PF contradiz essa conclusão (*Época*, 3/12/2007, p 49).

Ainda na revista *Época*, a reportagem ‘As ameaças de Valério’ denuncia que o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza se encontrou com políticos, antigos parceiros do PT, para tentar chantageá-los. Valério é um dos principais acusados no escândalo do mensalão. De acordo com a reportagem, publicada na edição de 5 de novembro, Marcos Valério teria ameaçado contar segredos ao Ministério Público em troca de um alívio na ação penal movida contra ele e mais 39 políticos envolvidos no mensalão.

Valério, ameaçou comprometer o presidente Lula. Ao ouvir do interlocutor que não teria munição para tanto, Valério teria afirmado: “Se eu falar, fica sendo verdade”. De acordo com antigos parceiros, Valério ainda guarda dois tipos de informação com potencial comprometedor: os nomes de empresários que

teriam contribuído com o PT para obter favores do governo e também de novos parlamentares envolvidos no mensalão (*Época*, 05/11/2007, p.38 e 39).

Na mesma edição, *Época* traz uma reportagem sobre o mensalão, mas agora em Mato Grosso do Sul. A matéria está baseada numa investigação do Ministério Público, que descobriu o esquema. A matéria revela que o senador Delcídio Amaral, que foi presidente da CPI que investigou no Congresso o escândalo do mensalão, é acusado de receber R\$ 225 mil de outro mensalão. Segundo a reportagem, o nome do senador aparece pelo menos nove vezes num livro-caixa que registrava o pagamento de caixa dois. Segundo a revista, o mensalão foi montado durante o mandato do Zeca do PT.

Como principal argumento de sua defesa, o senador tem dito que rompeu com Zeca do PT em 2005. De fato, os dois brigaram durante a eleição para a presidência do diretório estadual do partido. Mas há mais coisas a explicar. As páginas do livro-caixa, a que *Época* teve acesso, sugerem que os supostos pagamentos a Delcídio já eram feitos em 2004, antes de seu rompimento com Zeca do PT (*Época*, 05/11/2007, p.40).

A última reportagem sobre autoridades publicada no segundo semestre de 2007 foi 'As sombras do passado', na edição de 12 de dezembro da revista *Veja*. Na reportagem, há uma entrevista com a ex-primeira-dama Rosane Collor. Ela conta detalhes dos bastidores do governo do ex-presidente Fernando Collor, fala da relação de Collor com o tesoureiro Paulo César Faria, diz que teve medo de o ex-presidente tentar suicídio, fala do envolvimento do casal na magia negra. Revela também que Collor era muito ciumento e a mantinha sob permanente vigilância. A matéria mostra como Rosane Collor vive atualmente: uma vida sem muitos luxos.

O charme do poder ficou no passado. Hoje, Rosane faz compras no supermercado, anda em um carro velho com os pneus carecas e dedica parte de seu tempo aos cultos evangélicos. (*Veja*, 12/12/2007, p. 70).

#### **4.1.1 Divisão das denúncias fiscalizadoras do Poder**

Dois terços das reportagens com denúncias fiscalizadoras do Poder encontradas no corpus foram publicadas pela revista *Veja*. As demais reportagens aparecem na revista *Época*.



### QUADRO 1 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS FISCALIZADORAS DO PODER



#### 4.2 Reportagens com denúncias sociais

No segundo semestre de 2007, entre as 38 reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *Época* e *Veja*, apenas nove foram classificadas como sociais. Entre as nove reportagens com denúncias sociais, cinco tinham a violência como tema. Nas outras quatro, os temas sociais eram urbanização das favelas, reforma agrária, saúde e educação.

A primeira denúncia publicada com viés social foi a reportagem intitulada 'A tragédia das balas perdidas'. Noticiada em 2 de julho pela revista *Época*, a reportagem fez um levantamento da localização dos casos de civis atingidos por balas perdidas no Rio de Janeiro. De acordo com a pesquisa feita pela revista, nenhum lugar da cidade é inteiramente seguro. A matéria mostra o caso de duas pessoas que foram vítimas de bala perdida. Um desses casos, publicado na reportagem, está entre as 21 pessoas que morreram, entre janeiro e junho de 2007, atingidas por balas perdidas. A matéria revela, ainda, que esse número aumentou porque os bandidos mudaram de tática e,

agora, começaram a devolver os tiros dos policiais para não perder o comando dos morros.

Duas mudanças ocorreram nos últimos anos, segundo especialistas. A primeira: policiais corruptos passaram a ocupar morros e controlar os acesso à favela em uma operação conhecida como “asfixia”, para prejudicar a venda de drogas e repassar o controle do tráfico a outra facção. A segunda: o polícia começou a invadir morros, seguida por milícias que cobram propina de moradores para “manter a ordem” na comunidade. Por causa dessas mudanças, hoje os bandidos não estão mais recuando, pois sabem que podem perder o poder no morro em definitivo. (*Época*, 02/07/2007, p. 92).

A segunda reportagem com o tema violência foi publicada na edição de 15 de agosto com o título ‘Crimes na floresta’. Na matéria, a revista *Veja* denuncia que muitas tribos brasileiras ainda matam crianças e a Funai nada faz para impedir. A reportagem conta o caso de três crianças que quase foram vítimas do infanticídio. Elas ficaram com várias seqüelas por causa das barbaridades feitas pelos índios das suas tribos. Segundo a matéria, entre os índios brasileiros, o infanticídio foi sendo abolido à medida que eles se aculturavam. Mas, ele resiste, principalmente, em tribos mais afastadas e com o apoio de antropólogos e da Funai. Os antropólogos dizem que essa prática é cultural, explica-se pela preservação da cultura indígena. Mas, segundo a revista, os índios das tribos não decidem da mesma forma sempre. A Funai foi procurada, mas não quis justificar a sua omissão.

O infanticídio é praticado por, no mínimo, treze etnias nacionais. Um dos poucos levantamentos realizados sobre o assunto é da Fundação Nacional de Saúde. Ele contabilizou as crianças mortas entre 2004 e 2006 apenas pelos ianomâmis: foram 201. Mesmo índios mais próximos dos brancos ainda praticam o infanticídio. (*Veja*, 15/08/2007, p.106).

Na edição de 10 de setembro, com o título ‘A campeã brasileira de violência’, a revista *Época* acompanhou uma ação policial na cidade mais violenta do Brasil. Colniza, em Mato Grosso, é recordista brasileira de homicídios. Lá, a taxa anual de homicídios é de 165,3 por 100 mil habitantes. A média brasileira é de 27 por 100 mil habitantes. A reportagem denuncia que, até seis meses antes, os crimes não eram nem investigados. Na cidade só existem quatro policiais, na delegacia não existe delegado, o juiz está há dois anos na cidade e, sozinho, julga mais de três mil processos, a maioria sobre disputas de terras e assassinatos. A matéria contava, por exemplo, que

pistoleiros eram contratados pelos fazendeiros para impedir a reintegração de posse das 280 famílias que foram expulsas de um distrito da cidade.

O que explica tamanha violência em Colniza? Em primeiro lugar, o conflito agrário. A cidade fica na região considerada a última grande reserva florestal de Mato Grosso, na divisa com Rondônia. Nos últimos anos, o desmatamento ali tem figurado entre os maiores da Amazônia. No centro da violência, está a disputa pela terra, onde a floresta é derrubada para dar lugar à pecuária. Em segundo lugar, pesa o isolamento. Cravada numa região remota, a 1.065 quilômetros de Cuiabá, é difícil chegar a Colniza. (*Época*, 10/09/2007, p. 52).

Outra matéria sobre violência foi publicada na edição de 24 de setembro, com o título 'Um avião a cada dois dias'. A revista *Época* analisou dados do Departamento Nacional de Trânsito e do Ministério da Saúde e revela que o trânsito brasileiro mata pelo menos 35 mil pessoas por ano. O equivalente a 180 desastres aéreos como o do Airbus da TAM. Segundo a revista, o número real de mortos pode ser três vezes maior que os 35 mil, porque muitos casos não entram nas estatísticas oficiais.

A reportagem revela que fatores comportamentais, como falta de atenção, imprudência e imperícia, causam mais de 50% dos acidentes de trânsito no país.

Outras questões igualmente graves, segundo consultores da área, podem ser resumidas em cinco itens: má educação dos condutores, facilidade em adquirir uma carteira de habilitação, falta de manutenção dos veículos e das vias, alta periculosidade do transporte de cargas e embriaguez ao volante. (*Época*, 24/09/2007, p 60)

No mês de novembro, no dia 19, a revista *Época* fez de novo uma reportagem sobre violência. A matéria 'As prisões que matam' está baseada em um novo estudo que mostra que, a cada ano, mais de 300 presos são assassinados no Brasil. O estudo, feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça, revela que o risco de morrer em uma prisão brasileira é 128 vezes maior que em uma cela de um país desenvolvido. No Brasil, entre janeiro de 2006 e agosto de 2007, 558 presos foram assassinados enquanto cumpriam pena. Esse número poderia ser muito maior, já que, nas penitenciárias brasileiras, os suicídios nem sempre são o que parece. Sempre que há um assassinato, é feita uma sindicância para encontrar o culpado. No caso do suicídio, não há investigação e esses casos vão para a lista de "mortes

naturais”. De acordo com a revista, em 2007, 525 mortes de presos foram para a lista de “mortes naturais”, 247 só em São Paulo.

Dentro das prisões, a maior parte dos assassinatos ocorre por desavenças entre os presos, seja em acertos de contas, seja nos confrontos entre facções rivais. Além dos assassinatos cometidos pelos próprios presos, uma parte das mortes é fruto da violência dos agentes penitenciários. (*Época*, 19/11/2007, p.107).

A revista *Época* publicou mais uma reportagem com viés social na edição de 13 de agosto. A matéria ‘A nova cara da Rocinha’ foi a mais extensa, com dez páginas. Nela, a revista revela os detalhes de um projeto de urbanização na segunda maior favela da América Latina, a Rocinha, no Rio de Janeiro. De acordo com a matéria, tal projeto é pioneiro por ter sido o primeiro feito com a participação da comunidade. A urbanização prevê a construção de hospital, creche, nove prédios com 212 apartamentos e centro de cultura, comunicação e convivência. Também haverá alargamento de ruas e melhorias nas fachadas, construção de centro esportivo e criação de cinco mil empregos. A reportagem revela que a população ainda está desconfiada se o projeto vai sair ou não do papel e mostra, ainda, os números da Rocinha e como vivem alguns do 130 mil moradores da favela-cidade.

Daqui a sete anos, quando Laura for adolescente e tiver o dobro da idade, como estará a Rocinha? Como e onde estará a família Oliveira Mendes? Ainda terá medo dos ratos? O Estado terá enfim deixado de se omitir e estará presente com saúde, educação, cultura, segurança, esporte, saneamento básico, urbanização responsável e sem risco? Haverá, entre os moradores, a consciência de que a cidadania só acontece em mão dupla, de que não podem jogar lixo pela janela e devem preservar casa e prédios públicos? Aprenderão que, para exigir serviços públicos de boa qualidade, é necessário pagar? Para urbanizar a Rocinha, será preciso colocar o bem coletivo acima do interesse individual. (*Época*, 13/08/2007, p 118).

Em 20 de agosto, a revista *Época* publicou uma reportagem sobre a reforma agrária na Amazônia. A matéria ‘Uma reforma agrária destruidora – e inútil’ revela que o processo de reforma agrária realizado pelo governo, que assentou mais de 200 mil famílias, gera apenas devastação dos recursos da floresta e deixa os moradores na miséria. A taxa de desmatamento dentro das áreas assentadas é quatro vezes maior do que a taxa média da Amazônia.

Pesquisadores afirmam que os assentamentos já respondem por 15% do desmatamento na floresta. Parece um problema menor, diante do que os grandes pecuaristas derrubam. Mas a cada ano cresce o número de famílias levadas pelo Incra. Até o fim de 2006, os assentamentos já ocupavam 36 milhões de hectares, ou 8% da Amazônia. É uma área equivalente à da Alemanha. A tendência é que essa transposição de gente se acelere, pois o governo federal concentrou sua estratégia de reforma agrária na ocupação da Amazônia. Mais da metade das 400 mil famílias a serem assentadas nos próximos três anos deverá ganhar um pedaço da Floresta Amazônica. O motivo é que cerca de 33% da Amazônia é de terras que pertencem à União, e dispensam a indenização para assentamentos. Isso diminui os custos da reforma agrária e gera bons índices sociais para o governo. (*Época*, 20/08/2007).

A revista *Veja* publicou, na edição do dia 28 de novembro, a reportagem 'Um alerta no ar', na qual revelava que o programa de combate ao cigarro, ao completar duas décadas, empacou. O programa, nos primeiros sete anos, conseguiu reduzir o consumo de cigarros, mas desde 1994 não produz nenhum impacto. A reportagem está baseada num estudo do Banco Mundial, que concluiu estar o programa parado. O estudo mostra que o Brasil tem um dos preços mais baixos no segmento de cigarros populares da América Latina, por isso defende um aumento dos preços.

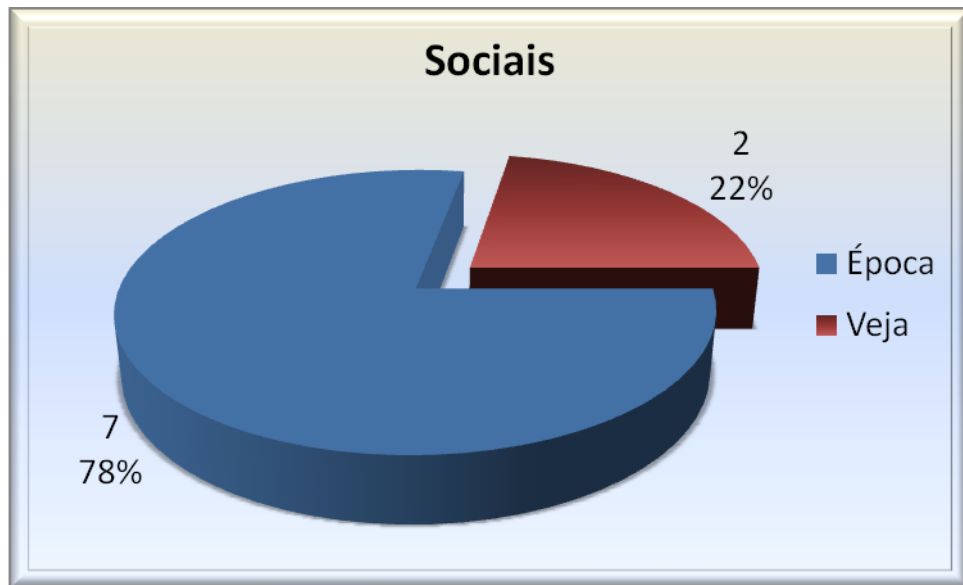
Entre as reportagens com denúncias sociais com temas isolados, publicadas no segundo semestre do ano de 2007, está a matéria 'Aos 19 anos, ele lê mal'. Na edição de 10 de dezembro, a revista *Época* mostra um estudo que revela que 72% dos brasileiros ainda têm dificuldades de entender um texto se a informação não estiver explícita. Ou seja, não conseguem fazer interpretação quando lêem. A reportagem, baseada em um levantamento do Instituto Paulo Montenegro e da ONG Ação Educativa, revela que 45% dos brasileiros com ensino médio completo têm apenas o nível básico de alfabetização. A matéria mostra a história de um rapaz que, aos 19 anos, no 3º ano do ensino médio, não consegue ler um livro até o fim, pois tem dificuldades para interpretar textos longos.

Em nações com maior desenvolvimento educacional, as pessoas estão em geral plenamente alfabetizadas ao fim do ensino fundamental. (*Época*, 10/12/2007, p. 66).

### 4.2.1 Divisão das denúncias sociais

Dois terços das reportagens com denúncias sociais encontradas no corpus foram publicadas pela revista *Época*. As demais reportagens aparecem na revista *Veja*.

**QUADRO 2 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS SOCIAIS**



### 4.3 Reportagens com denúncias policiais

No segundo semestre de 2007 houve, entre as reportagens com denúncias publicadas nas duas maiores revistas semanais do Brasil, apenas uma reportagem com denúncias policiais.

A revista *Época*, na edição de 26 de novembro, publicou a reportagem 'Prisão à Beira-Mar', que revela que, mesmo em um presídio de segurança máxima e com controles rigorosos, o traficante Luiz Fernando da Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar, continuava controlando a operação de venda de drogas.

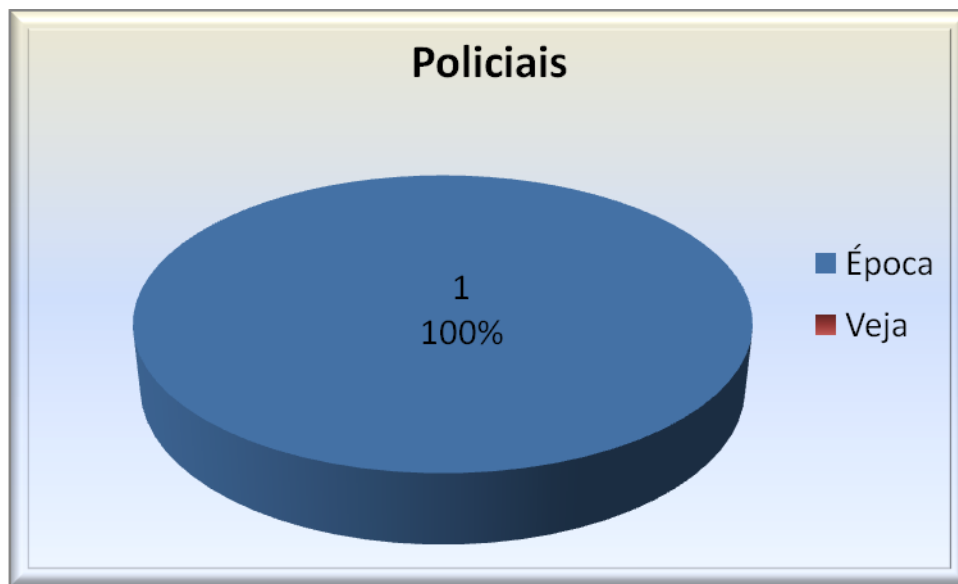
A reportagem foi ao presídio de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e pôde comprovar que, mesmo com regras rígidas, o presídio de segurança máxima deixa brechas para que o crime continue sendo comandado de dentro de uma cela. Para conseguir driblar a segurança, o traficante usa os advogados como mensageiros. Em um único mês, Beira-Mar chegou a receber a visita de 24 advogados.

Os serviços de “pombo-correio” dos advogados são a principal comunicação dos líderes com outros presos e com seus cúmplices fora da cadeia. (*Época*, 26/11/2007, p.108)

#### 4.3.1 Divisão das denúncias policiais

A única reportagem com denúncia policial encontrada no *corpus* foi publicada pela revista *Época*.

**QUADRO 3 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS POLICIAIS**



## 4.4 Comparação entre categorias de reportagens com denúncias

Demonstra-se que o resultado da análise está de acordo com a pesquisa bibliográfica sobre o assunto, que levanta a questão da pouca atenção dispensada ao jornalismo social na mídia.

As revistas *Época* e *Veja* juntas, ao longo de seis meses, publicaram 38 reportagens com denúncias. A categoria das matérias fiscalizadoras do Poder, que destacam principalmente irregularidades relacionadas a autoridades, superou as outras categorias, apresentando maior número de notícias.

Das 38 matérias com denúncias, 28 trataram de irregularidades relacionadas a autoridades. Todas elas publicadas na editoria mais ilustre das revistas, a editoria Brasil. Ou seja, 74% das reportagens com denúncias publicadas pelas duas maiores revistas do Brasil eram fiscalizadoras do Poder.

Entre as 38 reportagens com denúncias publicadas pelas duas revistas, nove foram classificadas como sociais. Ou seja, apenas 24% das matérias analisadas. Esse número abrange cinco reportagens que tinham a violência como tema e mais outras quatro matérias sobre outros assuntos. Com isso, vê-se que o leque de temas nas reportagens com viés social é bem maior, o que as diferencia das reportagens fiscalizadoras do poder, que sempre focam na corrupção de autoridades.

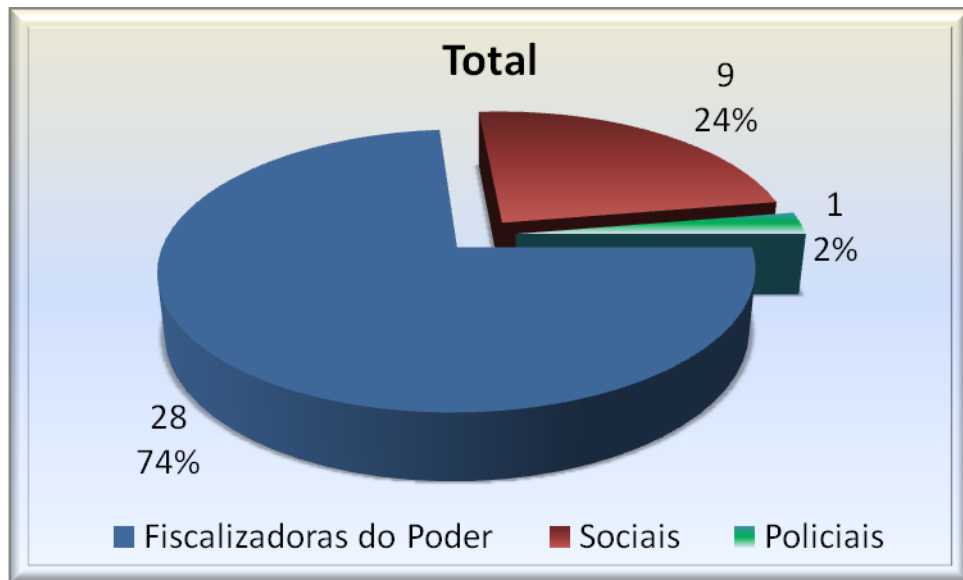
Cabe ressaltar que as reportagens analisadas que pautaram o social não se aprofundaram nessa questão. As coberturas ainda são pouco profundas, geralmente pautadas por estudo ou levantamentos feitos por especialistas, e praticamente não utilizam os conceitos ideais à cobertura de assuntos relacionados ao desenvolvimento social. Apenas uma, que tratou da urbanização da Rocinha, no Rio de Janeiro, retratou as impressões do repórter, mostrou o cidadão comum falando e, também, o lado das autoridades. Apesar da importância dessas denúncias sociais, nenhuma delas abalou a ordem pública ou gerou mudanças. As reportagens com denúncias sociais não são prioridades nessas revistas. Mesmo a revista *Época*, que possui uma editoria chamada Sociedade, não prioriza as matérias que denunciam as mazelas da sociedade.

A categoria de reportagens com denúncias policiais só teve uma reportagem publicada no período analisado, ou seja, somente 2% das reportagens analisadas.



O quadro a seguir mostra a desigualdade dos temas nas reportagens analisadas.

#### QUADRO 4 – COMPARATIVO DAS REPORTAGENS POR CATEGORIA



A divisão entre reportagens sociais e fiscalizadoras do Poder foi menos desigual na revista *Época*, como mostra o quadro a seguir. De qualquer modo, os números revelam que ambas as revistas priorizam as reportagens com denúncias fiscalizadoras do Poder em detrimento das sociais.

#### QUADRO 5 – COMPARATIVO DAS REPORTAGENS POR REVISTA

Quadro Comparativo das Reportagens			
	Fiscalizadoras do Poder	Sociais	Policiais
Época	10	7	1
Veja	18	2	0
Total	28	9	1

## 5 Considerações finais

Dentro dos objetivos propostos nesta monografia, de identificar a ênfase dada a reportagens com denúncias e evidenciar como as revistas *Época* e *Veja* abordam questões sociais, pode-se concluir que a mídia tem dispensado pouca atenção ao jornalismo social e priorizado as reportagens com denúncias que abordam imoralidades e malfetorias praticadas por políticos e autoridades.

A falta de temas sociais na produção de reportagens com denúncias reflete a realidade de que a imprensa, desviando-se do compromisso que tem com a sociedade, deixa de cumprir parte de seu papel de guardião, de fiscal da sociedade.

Na análise foi possível concluir que, no segundo semestre de 2007, as reportagens com denúncias fiscalizadoras do poder, aquelas que abordaram as irregularidades relacionadas a autoridades, representaram 74% de todas as matérias jornalísticas com denúncias que fizeram parte da pesquisa. Apenas 24% das matérias com denúncias foram classificadas como sociais. Pôde-se verificar também que as coberturas sobre as questões sociais ainda são pouco profundas, geralmente pautadas por estudo ou levantamentos feitos por especialistas.

A pesquisa demonstrou também, na categoria de reportagens com denúncias policiais, que somente uma reportagem foi publicada. Ou seja, apenas 2% das matérias publicadas no período analisado.

O jornalismo social deveria assumir papel importante no desenvolvimento de matérias com denúncias. Esse tipo de jornalismo não se expressa nas manifestações esporádicas na mídia, nem a cobertura superficial de temáticas tão relevantes. O jornalismo social é muito mais abrangente e merece o mesmo espaço e importância que os demais.

Em trabalhos futuros, pretende-se abranger um maior número de revistas e ampliar a pesquisa para outros veículos de comunicação, como o jornal impresso, para que este trabalho seja complementado.

Cabe aos jornalistas de hoje perceber que é primordial que a imprensa valorize o termo jornalismo social e use-o como ferramenta a fim de contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Espera-se que este trabalho contribua para compreender

melhor o funcionamento da imprensa, não somente no jornalismo social, mas em todas as áreas do jornalismo, no sentido de impulsionar a inclusão de pautas com cunho social na agenda da mídia.

## Referências

ABELIN, Lílian. *O Jornalismo social na mídia de Santa Maria e Região*. 2006. Monografia – Centro Universitário Franciscano.

ANDI. *Que país é este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento social no foco da imprensa brasileira*. Brasília: ANDI, Cortez Editora. 2003

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Aurélio Buarque. *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Editora Nova Fronteira. 1999.

HUDEC, Vladimir. *O que é Jornalismo?* Lisboa: Caminho, 1980.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. Editora Ática. São Paulo. 2002

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: Os que os jornalistas devem saber o público exigir*. São Paulo: Geração, 2004.

MAGNO, Ana Beatriz. *A agonia da reportagem: das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso*. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Almir Élcio. *Os direitos do cidadão pelo telejornalismo mineiro: análise dos telejornais MGTV e Jornal Minas*. 2007. Monografia – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

NASCIMENTO, Solano. *Jornalismo sobre investigações: Relações entre o Ministério Público e a imprensa*. 2007. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília.

SILVA, Luiz Martins. *Jornalismo público: o social como valor-notícia*. Texto apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), realizado de 30.05 a 02.06.2002.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva. 2000.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo do século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo Cívico*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004

\_\_\_\_\_. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2 ed. Editora Florianópolis: Insular, 2005

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1999

## Anexos

### Anexo A - Revista *Época*

→ 16 de julho

#### Muito além de Renan

*Um quarto dos senadores tem problemas com a justiça. Isso explica por que eles estão abandonando o presidente do Senado*

Matheus Leitão, Andréa Leal e Isabel Clemente

Nos últimos quatro anos, as crises que abalaram a imagem do Poder Legislativo tiveram como endereço principal a Câmara dos Deputados. Ali estava a grande maioria de mensaleiros e de envolvidos na máfia das sanguessugas, aquela que vendia ambulâncias a prefeituras com preços superfaturados. Enquanto isso, o Senado parecia uma tranqüila confraria de velhos amigos. Na atual legislatura, o foco do desgaste que atinge o Congresso Nacional mudou de lugar. As denúncias contra Renan Calheiros (PMDB-AL) levaram os holofotes para dentro do Senado. Pelo menos um quarto dos senadores enfrenta processos na Justiça, segundo um levantamento exclusivo feito por *ÉPOCA* nas duas últimas semanas. O levantamento mostra que, sem falar nas acusações contra Renan, 19 dos 81 senadores respondem a processos. “Com todo o respeito que tenho ao espiritismo, se trouxermos dez chefes de terreiro, ainda assim não se faz o descarrego desta Casa, pelo peso da espiritualidade negativa que está tomando conta dela”, afirmou em plenário na última sexta-feira Romeu Tuma (DEM-SP), corregedor do Senado.

A pesquisa foi feita por *ÉPOCA* nos 27 tribunais regionais eleitorais e de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Superior Eleitoral. Há ações por crimes contra o sistema financeiro e desvio de dinheiro público. A reportagem descartou os processos por crimes eleitorais de pouca relevância e aqueles que já foram arquivados. (Ao longo destas quatro páginas, *ÉPOCA* mostra o que afirmam os senadores com problemas na Justiça).

“Quando um quarto dos integrantes de uma das casas que faz as leis tem problemas com a Justiça, isso é sinal do fracasso do Estado e da humilhação a que está submetida a população”, afirma o filósofo Roberto Romano. A vulnerabilidade dos senadores processados também pode explicar a reação deles ao caso Renan. No começo, Renan tinha o apoio da maioria. Agora, muitos torcem por um desfecho rápido, mesmo que isso custe o mandato de Renan. Pode ter sido o medo de contágio, não apenas a indignação com as suspeitas, que mudou o humor do Senado em relação a seu presidente.

Na semana passada, um grupo de deputados, liderado por Fernando Gabeira (PV-RJ) e Chico Alencar (P-SOL-RJ), ameaçou distribuir cartões vermelhos para expulsar Renan simbolicamente do plenário do Senado, caso ele mantivesse a decisão de presidir a sessão do Congresso em que foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por orientação do Palácio do Planalto, Renan – acusado de receber ajuda de um lobista da empreiteira Mendes Júnior para pagar pensão a uma filha que teve fora do casamento – desistiu de comparecer ao plenário. No dia seguinte, horas antes da reunião em que os senadores deveriam decidir

sobre o aprofundamento ou não da perícia nos documentos de defesa de Renan, ele adiou o encontro para a próxima terça-feira. Irritados com a manobra, as bancadas do DEM, PSDB e PDT e os senadores José Nery (P-SOL-PA) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) abandonaram o plenário e prometeram realizar uma vigília para evitar novo adiamento. Os aliados de Renan desafiaram. “Não se trata de questão ética, porque, sinceramente, poucos, pouquíssimos têm condições de levantar a voz sobre questão ética aqui e alhures”, disse o líder do PCdoB no Senado, Inácio Arruda (CE). O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, afirmou: “Vossa Excelência está na obrigação de declinar o nome dos Senadores corruptos, aqueles que não são confiáveis, a começar por mim”. O levantamento de ÉPOCA pode ser um bom começo para as investigações.

## → 13 de agosto

### Deportação recorde

A *decisão de devolver* a Cuba os desertores do Pan foi tomada no Planalto e conduzida por Marco Aurélio Garcia

Matheus Leitão

No mal esclarecido episódio da deserção (e posterior “arrependimento”) de dois pugilistas cubanos no Pan do Rio, quem ficou devendo explicações foi o governo brasileiro. Se deportação fosse um esporte olímpico, a rapidez recorde com que, uma vez localizados, Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara foram postos em um avião mereceria uma medalha de ouro. Encontrados na tarde da quinta-feira 2 em Araruama, Rio de Janeiro, na noite do sábado 4 já voavam rumo a Havana.

As circunstâncias da deportação ainda não foram inteiramente esclarecidas. Acusa-se o governo brasileiro de não ter dado aos cubanos a chance de optar pelo asilo político. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro interino das Relações Exteriores e notório simpatizante de Fidel Castro, negou que o Itamaraty tenha tomado conhecimento da história. ÉPOCA apurou que o caso foi conduzido pessoalmente pelo assessor especial Marco Aurélio Garcia – o mesmo do gesto obsceno no acidente da TAM – e que a decisão de reenviar os cubanos a Havana foi tomada no Palácio do Planalto, e não no ministério. Procurado por ÉPOCA na sexta-feira 10, Garcia não foi localizado.

Um procurador da República, Leonardo Figueiredo Costa, disse ter se avistado com os dois e que eles voltaram para Cuba “por livre e espontânea vontade”. Costa atribuiu a “preocupação em agilizar” o retorno dos dois à “repercussão que o caso teve”. Em entrevista ao jornal oficial cubano (um pleonasmo) *Granma*, Lara disse que a Polícia Federal lhes ofereceu a possibilidade de se naturalizar brasileiros. A PF nega ter incentivado a deserção e afirma que os deportou porque estavam sem passaporte. Em artigo no *Granma*, Fidel Castro insinua um possível acordo: o Brasil devolveria os dois; em troca, eles não sofreriam maus-tratos. “A Revolução cumpriu sua palavra. Prometeu oferecer aos atletas um trato humano, reuni-los imediatamente com seus familiares, facilitar-lhes o acesso à imprensa se o desejarem e oferecer-lhes um emprego decoroso, de acordo com seus conhecimentos”, diz o texto assinado por Fidel.

"A Revolução cumpriu sua Rigondeaux e Lara, respectivamente campeão olímpico e palavra. Prometeu um trato campeão mundial de boxe, agora só podem aspirar a humano aos atletas", empregos subalternos no esporte cubano. Ao chegar a escreveu Fidel Castro Havana, passaram quatro dias numa "casa de visita", um aparente eufemismo para "prisão", e em seguida puderam voltar para casa (são casados e têm filhos). Deram cautelosas entrevistas em que se disseram arrependidos pelo "ato de indisciplina".

Atraída pela promessa de fortuna feita pelo empresário de boxe turco Ahmet Öner, que opera na Alemanha, a dupla cubana passou 12 dias entre o Rio e as praias do norte fluminense, na companhia de mulheres e de dois homens que se apresentaram como aliciadores a serviço de Öner. Nesse período, não seguiram o "procedimento-padrão" do desertor cubano: buscar asilo político imediato. Em dezembro passado, três boxeadores campeões olímpicos que fugiram durante uma competição na Venezuela fizeram isso. Reapareceram na Colômbia. Dois deles têm como empresário o mesmo Öner que tentou aliciar Lara e Rigondeaux. Na terça-feira 7, outro desertor cubano do Pan, o jogador de handebol Rafael Dacosta Capote, declarou sua intenção de permanecer no Brasil. Dacosta pode passar a jogar em São Caetano, onde já vive outro refugiado cubano, Michel Oquendo.

## → 13 de agosto

### **A nova cara da Rocinha**

*Um projeto inovador de urbanização mostra que é possível resolver o problema das favelas no Brasil*

Ruth de Aquino

Com vista para a Pedra da Gávea, cartão- postal do Rio de Janeiro, a laje da família Oliveira Mendes está em festa na Rua 2. Laura faz 7 anos. A mãe, manicure, e o pai, comerciante, pretendiam levar a filha ao cinema ver *Harry Potter*

Laura preferiu comemorar com cabra-cega e dança das cadeiras, churrasco, hip-hop, batuque do Exaltasamba e torta de chocolate comprada na loja de doces Alquimia da Via Ápia, no pé do morro. Deixou de lado a boneca e o laptop rosa de brinquedo em que aprende português e matemática. Chorou na hora dos parabéns, por achar que os convidados iriam embora depois. "São 10 da noite, Laurinha", disse o pai. "Quando você fizer 15 anos, a gente canta parabéns à meia-noite." Na noite de Laura, há lua e estrelas, por isso dá para aproveitar o terraço. Laje é símbolo de status na Favela da Rocinha. Há até show de fogos de artifício bem no alto do morro. É porque, no mesmo dia, outro morador festeja aniversário: o chefe local do tráfico de drogas.

ÉPOCA viveu durante duas semanas o cotidiano da Rocinha para entender a alma e as contradições da segunda maior favela da América Latina em número de habitantes. Pelas estimativas, a Rocinha só perde para Petare, na Venezuela. Em novembro, começarão as obras de urbanização que prometem uma revolução social na favela. Um projeto ambicioso que, se concluído, custará R\$ 580 milhões, e levará de dez a 15 anos. (Para comparar: o estádio João Havelange, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, custou R\$ 380 milhões.) Nas páginas seguintes, ÉPOCA publica com exclusividade os detalhes e dilemas do projeto na favela-cidade. O primeiro obstáculo a vencer é a descrença. "Será que vai dar certo?", é a pergunta costumeira do brasileiro quando ouve dizer que algum político promete urbanizar



favelas. Se der certo, o projeto da Rocinha poderá ser um exemplo para resolver um dos mais graves problemas do Brasil – e do mundo.

Um relatório divulgado em junho pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (Unfpa) afirma que, em 2030, quando a população urbana tiver dobrado, teremos “um planeta de favelas”. O Brasil, país 84% urbano, precisa “repensar sua concepção de cidade”, nas palavras do urbanista Sérgio Magalhães. Se somássemos a população das favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo, teríamos hoje a terceira maior cidade do país, com 4 milhões e 700 mil habitantes. Esse é o maior desafio dos grandes centros urbanos brasileiros: integrar as cidades partidas, dar perspectivas dignas de vida a milhões de crianças, reduzir os índices de violência no morro e no asfalto, remover gente de áreas de risco e substituir o poder paralelo do tráfico que subjuga famílias de bem a leis de faroeste. “Só vamos derrotar o crime organizado na hora em que conseguirmos levar os benefícios para os lugares mais pobres do Brasil”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Ou é o caminho civilizatório ou a selvageria”, afirmou o governador do Rio, Sérgio Cabral.

A Rocinha é vista pelos governos como um laboratório. Por seus números (leia o quadro), por sua diversidade, por seu impacto ambiental, por sua atração como ponto turístico e por sua localização estratégica, encravada entre bairros que cobram dois dos maiores IPTUs do Rio (São Conrado e Gávea), ao lado do Parque Nacional da Tijuca. A Rocinha tem tudo para servir de modelo. Embora os projetos de remoção sejam recomendáveis para as pequenas aglomerações, eles são inviáveis no caso das grandes favelas, como a Rocinha. “Não passam da expressão do desejo de uma minoria, totalmente fora da realidade”, diz o historiador Rubem César Fernandes, do Viva-Rio. A solução é urbanizar. O projeto da Rocinha, pioneiro por ter sido elaborado com a participação da comunidade, poderá mostrar a outras favelas do Brasil e do exterior que a integração com a cidade formal não é só possível, mas bem-vinda.

## **A FAVELA-CIDADE**

Nas ruas esburacadas e nos becos da Rocinha, como em cada anoitecer, rapazes passam com fuzis e metralhadoras, a caminho do “trabalho na boca”. Carregam com displicência armas pesadas, cromadas ou pretas. Contrabalançam o peso de fuzis com sacolas de legumes, pousam as metralhadoras no colo, na garupa de motos, ou penduram a tiracolo as armas, como mochilas. É uma cena trivial em 328 das 759 favelas do Estado do Rio, onde o tráfico exerce o poder. Mas a Rocinha não é uma favela qualquer, um gueto na periferia, como o Complexo do Alemão ou a Favela da Maré, longe dos olhos dos ricos. É uma cidade na zona sul carioca, com uma vida comunitária forte, 130 mil moradores, 35 mil casas e prédios, 25 sub-bairros, 2.700 estabelecimentos comerciais, três bancos, três rádios comunitárias, TV a cabo, cem lan houses. A Rocinha fica ao lado da praia. Com uma das vistas mais privilegiadas da cidade, a cordialidade do povo, comida saborosa e barata e a mistura de pagode, forró, samba e funk, a Rocinha é chamada por artistas, gringos e fotógrafos de “a elite, a Nova York das favelas”. Esse glamour convive com um lado obscuro e doente: o esgoto a céu aberto, o lixo nas ruas e valas, as condições sub-humanas de alguns bairros, a prostituição infantil, o desmatamento irresponsável e um dos mais altos índices de tuberculose do Estado.

A Rocinha é uma comunidade-símbolo da omissão do Estado desde que se ergueram ali, em 1925, os primeiros barracos de madeira e zinco e, em 1930, um loteamento. O Rio de Janeiro ainda era a capital do Brasil. A Rocinha fazia jus ao nome: era uma chácara, “uma roça pequena”, como diz o livro *Varal de Lembranças*, em que moradores antigos, vindos do Nordeste, contam “histórias e causos”. Um deles lembra que ali o “ar tresandava perfume

das enormes florações dos cajueiros”. A favela cresceu nos anos 50 para todos os lados e para dentro da mata, com os nordestinos que vieram trabalhar na construção civil. “Cada um procurava um lugarzinho para se encostar. Primeiro era mais sossegado, depois foi enchendo, enchendo e hoje virou bagunça. Não obedeceram mais alinhamento nem coisa nenhuma. Acho que não tem jeito, se for urbanizar”, diz um morador no livro *Varal de Lembranças*.

Até 1990 – apenas 17 anos atrás –, qualquer mapa baseado em fotos aéreas do Rio mostrava as favelas como “manchas brancas”, sem registro de domicílios. Invisíveis, portanto, aos olhos oficiais. O absurdo continua hoje: só há mapeamento de 29% das favelas do Rio. Nunca saiu do papel nenhum projeto responsável de controle ou urbanização de favelas no Brasil. O ceticismo e a descrença têm base em décadas de descaso e promessas eleitoreiras. Mas, agora, há dados novos e estimulantes.

O projeto da Rocinha não saiu da cabeça de um político. Um escritório de arquitetura, MT, ganhou o concurso público em janeiro de 2006 com um projeto feito com o apoio da comunidade. Existe hoje uma verba real, resultado de parceria entre os governos de Sérgio Cabral e do presidente Lula. As obras na Rocinha devem consumir, na primeira fase, R\$ 180 milhões em dois anos. A previsão é que criem, de imediato, 5 mil empregos. “Vamos fazer uma listagem dos trabalhadores locais. Pedreiro, servente, carpinteiro. A idéia é que os filhos olhem o prédio e digam com orgulho: ‘Meu pai ajudou a construir’”, diz Ícaro Moreno, presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio (Emop).

A Rocinha não é a única favela brasileira com um ambicioso projeto de urbanização. Só para as áreas carentes no Estado do Rio, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) destinou R\$ 3,88 bilhões. “Para urbanizar totalmente a Rocinha, deveremos gastar mais R\$ 400 milhões”, diz Moreno. Ao todo, deverão ser construídos 1.500 domicílios, para 4.500 moradores. As favelas de São Paulo também receberão investimentos do PAC. “Urbanizar as favelas é a única alternativa financeira para dar dignidade à população carente”, diz o prefeito da cidade, Gilberto Kassab. Entre as favelas beneficiadas, está Paraisópolis, com 56 mil habitantes. Como a Rocinha, ela fica dentro de um bairro chique da cidade, o Morumbi. A construção de uma casa popular, segundo Kassab, custa cerca de R\$ 40 mil. São Paulo tem 820 mil famílias morando de forma inadequada, diz Kassab. Em Belo Horizonte, o prefeito Fernando Pimentel costuma apresentar como um caso de sucesso o projeto Vila Viva, adotado em favelas no Aglomerado da Serra, área com 50 mil habitantes em Belo Horizonte. O exemplo de Minas Gerais, apesar da escala modesta, tem servido de inspiração. Um sucesso na Rocinha, porém, teria um vulto muito maior.

O êxito da iniciativa depende de uma condição básica: o Estado precisa entrar no morro e não sair mais. Há quem acredite, no Rio de Janeiro, que desta vez a urbanização seja para valer. Há quem suspeite que o Estado não tem competência para consertar o caos instalado, fornecer os serviços públicos essenciais, coibir a expansão irregular que ameaça o Parque Nacional da Tijuca e expulsar o crime organizado.

### OS NÚMEROS DA ROCINHA

**R\$ 180 milhões** (R\$ 140 milhões do governo federal, R\$ 40 milhões do estadual) para a primeira fase das obras na Rocinha, que começarão em novembro

**R\$ 400 milhões a mais** é a estimativa do governo para a urbanização total da Rocinha em dez a 15 anos

**810 mil** metros quadrados é a área total da Rocinha, que equivale a 80 quadras na zona sul do Rio. São 25 sub-bairros

**R\$ 35 mil** é o preço de um quarto-e-sala

**R\$ 250 a R\$ 650** é o aluguel de apartamentos

**130 mil** mil moradores hoje, 98% com televisão (população pouco menor que a da cidade serrana de Teresópolis, Rio, com 146 mil) (1)

**35 mil** domicílios

**3** bancos

**2.700** estabelecimentos comerciais

**A Light fornece de energia:** 3.200 MWh/mês, cerca de R\$ 1,28 milhão. Fatura R\$ 665 mil (52% de perdas e furtos) e recebe R\$ 299 mil (inadimplência)

**180 bujões de gás** vendidos por dia a R\$ 35

**35 mil** domicílios

Em Medellín, na Colômbia, a aliança entre os governos federal e estadual conseguiu urbanizar uma favela muito mais violenta que a Rocinha, Santo Domingo. No Brasil, governadores e prefeitos têm um histórico delenência, omissão ou cumplicidade em relação a áreas carentes. A própria Associação de Moradores da Rocinha acusa a Prefeitura de Cesar Maia de fechar os olhos para a expansão irregular da favela. Difícil encontrar moradores confiantes. “Vai sair mesmo? Só acredito quando bater a primeira estaca do hospital”, diz Maria Helena Carneiro de Carvalho, enfermeira do único posto de saúde da Rocinha. “Duvido que consigam tirar a bandidagem”, é um comentário comum de moradores. Algumas famílias receiam ter de conviver com a insegurança do asfalto se os tráfegantes, que controlam as relações de vizinhança internas, forem expulsos. “Já pensou ser assaltado na rua ou ter a casa arrombada como acontece lá fora?”, diz um morador. O urbanista Sérgio Magalhães é otimista: “A Rocinha tem um dinamismo positivo. Se perguntar a algum morador, ele vai sempre dizer que está melhorando de vida, investindo, revestindo as casas, comprando equipamentos e sonhando para os filhos um futuro melhor”.

É o caso da família de Laura. Eles gostariam de acreditar que a vida vai melhorar. Atrás da casa bem equipada passa uma vala de água pluvial, esgoto e lixo, apelidada com bom humor de “cachoeira”. O maior pesadelo são os ratos, que fazem buracos na estrutura da construção. Laura tem dois sonhos: ser estrela de cinema ou professora. A mãe, a manicure Jô, abandonou a faculdade de Pedagogia no 2o ano, por falta de dinheiro. Quando o caçula, Davi, nasceu, há nove meses, Jô deixou o emprego no Shopping da Gávea e abriu o próprio salão de beleza na beira da rua, bem modesto. A parede é decorada por um pôster emoldurado dos girassóis de Van Gogh. O pai de Laura acorda às 4 horas da manhã para ir à Ceasa com sua caminhonete S-10. Conta que deu R\$ 10 mil de sinal pelo carro e continua pagando as prestações. Na Ceasa, abastece de legumes, verduras e frutas sua mercearia no térreo, conhecida como “sacolão do Júnior”, aberta todos os dias até as 22 horas. No apartamento de 30 metros quadrados, com sala e dois quartos, apinham-se os eletrodomésticos: três televisores, com programação a cabo, dois aparelhos de ar condicionado, um freezer, uma geladeira, um aparelho de DVD. A lavadora de roupas fica na laje, ao lado do varal. Jô tem uma faxineira que faz o serviço duas vezes por mês. No andar de baixo, mora a avó paterna de Laura.

As lajes das casas vizinhas às de Laura também fazem festas familiares que só terminam quase de manhã. É rotina. Ninguém reclama do som alto porque todo mundo faz ruído ao mesmo tempo. Um anula o outro. É sábado, dia de funk na garagem ao ar livre de ônibus, na Curva do S. É um show animado pela Locomotiva, equipe que cobra R\$ 22 mil para se apresentar. O som tem potência equivalente à de 80 sons profissionais. “A alma do Rio vem dessa troca, da mistura da favela com o asfalto”, diz Rubem César, do Viva Rio. “O Rio só ganha com essa integração.”

O arquiteto Luiz Carlos Toledo, do escritório MT, que ganhou a concorrência na Rocinha, resume bem a diversidade na favela: “Não existe um degrau igual ao outro. Quando encontro dois parecidos, mando fotografar” (*leia a entrevista*). Isso vale também para as pessoas. Não existe um perfil de morador. Ele varia de indigente a classe média, de analfabeto a universitário, de honesto, pacífico, religioso e trabalhador a bandido. Esta última categoria é uma porcentagem pequena da comunidade, mas tem poder, armas e dinheiro. Por isso, impõe medo e respeito.

Na Rocinha, todos têm opiniões fortes, convicções, discutem, líderes falam mal uns dos outros pelas costas e estão quase sempre na defensiva. Quase igual à vida do “lado de fora”. Acham difícil pensar a longo prazo e colocar o bem-estar coletivo acima do interesse individual. Nas reuniões quinzenais com os arquitetos, a maioria só quer saber se sua casa, ou suas quitinetes alugadas para terceiros, será derrubada pelo alargamento de vias. “A Rocinha não fecha com ninguém”, diz a vereadora Andréa Gouvêa Vieira. “Tem gente que nem mora mais ali, vive de renda de apartamentos alugados na favela. O sonho de cada motoboy é trabalhar pra construir uma quitinete na laje e viver de aluguel. Igual ao dos playboys de fora, que vivem de renda.” Apesar dos problemas, “morar na Rocinha é muito bom”, dizem os entrevistados na favela. Só custa caro. O aluguel de um apartamento vai de R\$ 250 a R\$ 650. Um quarto-e-sala custa R\$ 35 mil.

A Light recebe por mês 25% do que deveria, por causa dos “gatos” e da inadimplência. “Os moradores querem energia da melhor qualidade. Se faltar luz um dia, dois dias, o povo ameaça descer e fechar o túnel. Eles não entendem que precisam pagar pelo que consomem, que a cidadania tem mão dupla”, diz a gerente Márcia Coutinho. “Se a gente corta a luz, o cliente pendura noutro fio.” Ela afirma que quem tem dinheiro faz economia de luz, mas o pobre deixa tudo ligado. Os equipamentos não são novos nem eficientes, normalmente doados pela patroa ou pelo chefe. Quem distribui gás é Waldemar Evangelista, que chegou do Piauí em 1977. Ele tem 35 funcionários que entregam os bujões de moto ou nas costas mesmo. A programação da NET, incluindo canal de filmes, sai barato para a Rocinha: R\$ 28 por mês por 32 canais. É resultado da parceria com a TV ROC, canal comunitário da favela. Além de produzir programas locais e de retransmitir a programação da Globo, a TV ROC usa a quadra da Acadêmicos da Rocinha para eventos culturais e sociais, como casamentos comunitários de até 60 casais por vez. O curso de espanhol gratuito em parceria com um consulado precisou fechar as matrículas porque as salas lotaram.

A equipe de arquitetos e cientistas sociais tem a missão de conscientizar os moradores para o que está por vir: a demolição de casas na primeira área a sofrer intervenção, chamada área exemplar. O governo negociará com os moradores cujas casas serão demolidas. O objetivo é criar mais acessos para a favela, deixar passar ventilação e luz solar. Esses moradores serão reassentados em novas unidades habitacionais. Ou o governo pagará para eles um aluguel social em apartamentos disponíveis na favela até que os novos fiquem prontos. Quem preferir deixar a Rocinha ou voltar para seus Estados de origem será indenizado.

Títulos de propriedade são uma reivindicação antiga dos moradores. A Fundação Bento Rubião, em parceria com o governo e a ONU, começou em 2003 o processo para regularizar cinco domicílios no bairro Barcellos. Calcula-se que sejam necessários oito a dez anos para que as primeiras 400 ações sejam julgadas. “A regularização fundiária”, diz Rubem César, do Viva-Rio, “põe a favela na cidade legal. Quando são proprietárias, as pessoas ganham maior consciência da importância de manter a qualidade de seu bairro.”

Segundo uma pesquisa da Fundação Bento Rubião, apenas 2% dos moradores da Rocinha apontam a segurança na favela como problema. Não há disputa interna de gangue. A vereadora Andréa fez campanha na favela com brincos, relógio e jóias sem temor. Para o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, a Rocinha vive uma paz ilusória. “Se os moradores precisam respeitar códigos rígidos e não podem nem olhar fixo para alguém armado, isso é violência, falta de liberdade”, diz ele. No dia 2 de agosto, 300 policiais civis, de 12 delegacias especializadas, entraram na Rocinha. Não encontraram o paiol que buscavam. Houve tiros, ninguém ficou ferido. Foram apreendidas drogas, motos roubadas e armas pesadas. Na semana passada, foi preso o policial acusado de informante dos traficantes. Andréa diz que a contribuição do projeto da Rocinha é desmistificar a tese de que nada pode ser feito porque o tráfico não permite. “Não se deixa de fazer um plano de estruturação urbana por causa do tráfico”, afirma.

O primeiro time de futebol da Rocinha se chamava Esperança Futebol Clube. Um nome poético para uma comunidade que não lembra mais os tempos de chácara, cachoeira, mata virgem e brincadeira de cipó. Daqui a sete anos, quando Laura for adolescente e tiver o dobro da idade, como estará a Rocinha? Como e onde estará a família Oliveira Mendes? Ainda terá medo dos ratos? O Estado terá enfim deixado de se omitir e estará presente com saúde, educação, cultura, segurança, esporte, saneamento básico, urbanização responsável e sem risco? Haverá, entre os moradores, a consciência de que a cidadania só acontece em mão dupla, de que não podem jogar lixo pela janela e devem preservar casas e prédios públicos? Aprenderão que, para exigir serviços públicos de boa qualidade, é necessário pagar? Para urbanizar a Rocinha, será preciso colocar o bem coletivo acima do interesse individual. “Só teremos êxito”, diz o líder cultural Aurélio Mesquita, nascido e criado ali, “se conseguirmos urbanizar as mentes da Rocinha”.

## **5 PERGUNTAS PARA LUIZ CARLOS TOLEDO**

Oi, Toledão. Assim o arquiteto de 64 anos é cumprimentado numa padaria da Rocinha. Ele conhece hoje mais do que ninguém o desafio de transformar a Rocinha num bairro formal

### **O que o senhor considera mais inovador neste projeto?**

A tentativa de fazer um projeto com os moradores, e não para os moradores.

### **Por que o senhor instalou um escritório dentro da favela?**

Achei fundamental uma imersão na Rocinha para entender a complexidade do trabalho e não fazer bobagem.

### **Qual o maior risco do projeto?**

Não gosto nem de pensar nisso. Há dez anos, projetei uma vila olímpica para a Rocinha que infelizmente não foi adiante.

### **Como é urbanizar uma comunidade onde existe um poder paralelo?**

A Rocinha tem uma vida comunitária forte. Há um equilíbrio delicado entre população e traficantes. De minha parte, nunca sofri constrangimento.

### **Qual seu maior desafio?**

Pela topografia e altíssima densidade de edificações, precisamos ser comedidos na abertura e largura das vias.

**FLÁVIA MELO, 27 ANOS, MÚSICA**

“Nascida e criada” na Rocinha, “com orgulho”, Flávia faz licenciatura em Música na Uni-Rio e é bolsista na Aliança Francesa. Está grávida de dois meses. Já deu aulas de catecismo, foi do coral da igreja e fez teatro. “A urbanização dará uma vida mais digna. As pessoas vão praticar a paz, e não a guerra, e deixarão de jogar lixo pela janela”, afirma.

### **FAMÍLIA OLIVEIRA MENDES**

Josineide (Jô) Mendes Tavares, de 33 anos, e Francisco Oliveira Júnior, de 29, têm dois filhos, Laura, de 7, e Davi, de 9 meses. E uma cadelinha, Nala. Moram na Rua 2, que termina numa escadaria. No térreo, Jô trabalha como manicure em seu salão de beleza. O marido tem “o sacolão do Júnior”, uma mercearia aberta todo dia até as 22 horas. No apartamento, há três TVs, programação da NET, freezer, lavadora de roupas, DVD, microondas, dois aparelhos de ar condicionado. Atrás da casa, passa uma vala aberta com lixo, esgoto e ratos.

### **LAN HOUSES**

Há cerca de cem lan houses na Rocinha. Esta é a In Cyber. Fica na Rua 1, entrada pela Estrada da Gávea 259. A garotada adora. Os jovens são os principais clientes dos jogos, pagam R\$ 1,50 por hora. O acesso à internet custa o mesmo preço. Fica aberta até as 22 horas. A In Cyber localiza-se numa travessa que nem vê a luz solar por causa das construções irregulares que escondem o céu.

### **PC, LÍDER COMUNITÁRIO, 56 ANOS**

Paulo César Valério nasceu na Rocinha no tempo da lamparina. “Fui menino de rua, sem mãe nem pai. Andei com revólver 38 na cintura, tive irmão morto trocando tiro no morro. Mudei de vida. Fui trocador de lotação e fiz de tudo um pouco. Hoje, eu sou o orientador do meu filho. A família é quem passa os valores da vida certa”, diz.

### **WILLIAM DE OLIVEIRA, 36 ANOS, DA UPMMR**

Ex-William DJ, ele é o poderoso presidente da União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha, porta-voz da comunidade. É ele quem fala com o presidente Lula e o governador Sérgio Cabral. Chegou a ser preso por conversas ao telefone com traficantes. Hoje, pelo carisma, dedicação e pose de galã, William desperta respeito e ciúme na Rocinha.

### **TERRA ESTRANGEIRA**

Sou, para os moradores da Rocinha, uma pessoa “de fora”. Tão estrangeira quanto uma americana ou européia. Moro no Leblon, a dez minutos da favela. Quando dormi na casa da minha manicure alguns dias, na Rua 2 da Rocinha, a sensação foi a de ter entrado num livro de Luigi Pirandello (1867-1936), o autor siciliano de Assim É Se Lhe Parece. Decidi admitir que há várias verdades na favela, dependendo de quem olha. O primeiro impacto não foi a pobreza. O que me desbalanceou foi o ruído generalizado, a ebulição de gente como em Bangcoc ou Bombaim, os cheiros de comida boa e de esgoto. A moda despida, de top e short ou minissaia, os PFs abundantes a R\$ 4, a qualidade da Fitness R1, uma academia de ginástica de três andares. Carros de som esbravejando festas, fórum cultural e liquidificações, ônibus na contramão tentando domar curvas impossíveis, o enxame de 1.500 mototáxis na Estrada da Gávea 24 horas por dia. O funk “ah, ela vai rebolar, uh, uh, com tudo dentro”.

Famílias subindo e descendo escadas com um equilíbrio invejável. Quem não está acostumado fica tonto.

Não é só a vertigem normal de quem sobe numa laje no Laboriaux (pronuncia-se "laboriô" ou "laboriáux"), a parte mais alta da Rocinha. Avistam-se a Pedra da Gávea, a Praia do Pepino, de São Conrado, com condomínios de luxo. Em frente, o Morro Dois Irmãos, irreconhecível, por estar de costas. Do lado esquerdo, a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor. Também provoca vertigem a mistura do profano e sagrado. Tem Beco do Rato, Beco do Amor, bairro da Vila Verde e da Roupa Suja... O que dá ibope é missa na igreja e baile funk. Fé em Deus e no Diabo. Shows da associação de moradores exibem faixas "Rocinha está em paz". Os do tráfico têm cervejas subsidiadas a menos de R\$ 1. O clima não é de festa do interior.

O primeiro dia é mais tenso. Alguém da comunidade me acompanha pelas vielas. Há becos, cobertos por lajes, só com luz artificial, mesmo de dia. Nos "túneis" de pedestres, a contenção dos prédios, de concreto, é usada como prateleira de artigos. Buracos viram lojinhas. De imobiliária a funerária, a Rocinha tem quase tudo. O restaurante mais chique é o Varanda's, com picanha na pedra e costela no bafo, na Via Apia. Depois, passo a andar só, uso mototáxi para circular. Foi o momento mais perigoso da estada: os raspões que dão nos ônibus. Capacete, esquece.

Rapazes passam armados. O número aumenta à noite. A arma preta ou cromada é adereço ou símbolo de status. Por que sinto mais medo da violência no asfalto que na Rocinha? Talvez por estar acostumada a reconhecer uma arma só quando ela está apontada para mim, o que não acontece ali. Moradores deixam a casa sem tranca, os bens estão intactos quando voltam do trabalho. O carro da Editora Globo ficou horas com o vidro aberto, por descuido, numa rua movimentada, com equipamento fotográfico, óculos, celular, tudo à vista. Nada foi mexido. A explicação dos moradores é que roubar pode custar a vida. Todo mundo sabe quem manda. Olhar para alguém armado ou fumando um baseado é interpretado como provocação. Os DPOs (postos policiais) só cumprem funções assistencialistas: dão carona a gestantes e idosos, apartam brigas de bêbado, empurram carros enguiçados.

Dormir na favela é saber que o barulho percorre a noite. Acordei de madrugada, no auge do baile na quadra. Ao fundo, sempre os mototaxis Honda de 125 a 250 cilindradas. Dormi de novo. A Rocinha faz festa o tempo todo, as famílias se visitam. Mas há medos. O filho será traficante? A filha dará à luz aos 13 anos? Será que somos o Alemão amanhã? – citando os 19 mortos na incursão das Forças de Segurança ao Complexo do Alemão.

Quando eu descia, a sensação era ter passado para "o lado de fora". Não pelas barricadas toscas de pedras do tráfico para "marcar território". É um muro invisível que divide dois mundos. Não que Leblon ou Ipanema sejam exemplo de civilização. Os canais são sujos, praias às vezes impróprias, calçadas esburacadas, seguranças truculentos em boates, assaltos no sinal de trânsito, motoristas alcoolizados e gente rica jogando ovo pela janela. São muitas as mazelas do asfalto. Mas, na Rocinha, o buraco é mais em cima.

## → 20 de agosto

### **Uma reforma agrária destruidora – e inútil**

*O governo escolheu a Floresta Amazônica como área prioritária para assentar mais de 200 mil famílias. Isso aumenta a devastação. E os colonos continuam tão pobres quanto antes*

Ronald Freitas, de Marabá, e Juliana Arini

A floresta amazônica era a paisagem que envolvia a pequena casa de madeira do goiano José Praiano da Silva. Isso foi em 1986, quando ele deixou o garimpo de Serra Pelada para ser assentado na gleba Jacaré, em Nova Ipixuna, no sul do Pará. Para chegar ao vilarejo mais próximo, a 50 quilômetros, o caminho eram as veredas abertas na floresta. Hoje, as árvores viraram tocos carbonizados. De sua casa, o agricultor de 64 anos vê apenas um pasto degradado. A picada deu lugar a uma estrada de terra que cobre de poeira vermelha a casa de Praiano quando passam os caminhões carregados com carvão vegetal ou toras de madeira retirados de assentamentos vizinhos. Ao longo de uma tarde, Época acompanhou a passagem de dois carregamentos de carvão e de outros oito de tora. A família de Praiano desmatou todos os 10,5 alqueires de seu lote. A vida deles melhorou? Não. Hoje, vivem de uma roça de subsistência e dos R\$ 95 do Bolsa-Família que os netos recebem do governo federal.

A história de Praiano retrata um dos principais problemas de hoje na Amazônia. A reforma agrária, feita sem preocupação ambiental ou práticas sustentáveis. Esse processo gera apenas a devastação dos recursos da floresta e deixa os colonos na miséria. Beneficia apenas as madeiras e as carvoarias irregulares. É por isso que, na semana passada, as Procuradorias da República (MPF) em Santarém e Altamira, no Pará, pediram o cancelamento de portarias que criariam mais 99 assentamentos. Juntos, eles teriam uma área equivalente ao Estado de Alagoas. As portarias foram emitidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entre os anos de 2005 e 2007. A justificativa dos procuradores foi a falta de garantias de viabilidade ambiental e social desses projetos. "O Incra está criando assentamentos dentro de áreas de floresta intacta e depois levando pessoas das cidades para essas áreas", afirma um dos autores da ação, o procurador Marco Antônio Delfino. "Se essas famílias forem deixadas na floresta sem orientação, como nos assentamentos que conhecemos, começarão a vender as árvores. Ou pior, podem acabar reféns de madeiros ilegais." Em um dos novos assentamentos embargados pelo Ministério Público, em Medicilândia, na Transamazônica, mil famílias deveriam estar assentadas. Em visita aos lotes, o procurador encontrou apenas funcionários de uma madeireira ilegal. "A reforma agrária está virando um instrumento para o desmatamento na região", afirma.

Pesquisadores afirmam que os assentamentos já respondem por 15% do desmatamento na floresta. Parece um problema menor, diante do que os grandes pecuaristas derrubam. Mas a cada ano cresce o número de famílias levadas pelo Incra. Até o fim de 2006, os assentamentos já ocupavam 36 milhões de hectares, ou 8% da Amazônia. É uma área equivalente à da Alemanha. A tendência é que essa transposição de gente se acelere, pois o governo federal concentrou sua estratégia de reforma agrária na ocupação da Amazônia. Mais da metade das 400 mil famílias a serem assentadas nos próximos três anos deverá ganhar um pedaço da Floresta Amazônica. O motivo é que cerca de 33% da Amazônia é de terras que pertencem à União, e dispensam a indenização para assentamentos. Isso diminui os custos da reforma agrária e gera bons índices sociais para o governo.

Atrás desses números, no entanto, fica a destruição. A taxa de desmatamento dentro dos assentamentos é quatro vezes superior à taxa média da Amazônia. Um estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), feito com assentamentos criados de 1997 a 2002, mostra que a média de destruição em 43% das áreas monitoradas foi de 75%. Um índice quase quatro vezes maior que os 20% permitidos por lei. "A falta de infraestrutura nos assentamentos leva à devastação", afirma Paulo Barreto, do Imazon. Dados do Incra mostram que apenas 30% dos assentamentos na Amazônia recebem investimentos como estradas, escolas e saúde. O restante das famílias vive abandonado na mata. A



maioria em áreas de conflito, ameaçada por madeireiros ilegais e ladrões de terras. “É nesse cenário que a floresta é cortada”, diz Barreto. “As famílias acabam sem opção e participam da ilegalidade para sobreviver.”

Os tipos de crédito oferecidos na região também induzem ao desmatamento. Cerca de 170 mil famílias tomaram financiamentos para a safra de 2007 na Amazônia. Já foi emprestado R\$ 1,3 bilhão, dentro do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Na região, 60% desses contratos foram para a criação de gado leiteiro, uma atividade que estimula a derrubada de mais floresta. Uma saída para o problema seria aumentar o crédito Pronaf Floresta. Ele é feito para promover práticas ambientalmente corretas, como a extração de castanha e açaí. Até dezembro de 2006, só 267 famílias buscaram esse tipo de crédito. Segundo a Secretaria de Agricultura Familiar, que coordena o Pronaf, isso acontece por falta de assistência técnica.

Basta ver o que ocorreu com a gleba Tracoá, do projeto de assentamento agroextrativista em Marabá, no Pará. Em seu lote, o maranhense Miguel Moreno comanda o trabalho de dois carvoeiros.

O assentado já vendeu toda a madeira com valor econômico de sua mata. Agora, ele queima o resto para fabricar carvão. Moreno já desmatou dois terços dos 20% que ele poderia desmatar. E quando acabarem a madeira e o carvão? “Vamos esperar o governo dar condições de a gente viver”, afirma Moreno. Os assentados dizem que os agentes do Inca não deram orientações de como praticar extrativismo florestal sustentável. Em compensação, o caminhão das usinas de beneficiamento de leite passa diariamente pelos lotes recolhendo os baldes de metal que os agricultores deixam sobre estrados de madeira em frente das casas. O leite rende R\$ 400 por mês. Para muitas famílias, justifica o desmatamento para a criação de gado. “O comprador busca leite, madeira e carvão dentro da propriedade, mas não existe incentivo ao açaí ou ao cupuaçu”, diz Sebastião Souza, secretário de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) de Marabá. Como as frutas são perecíveis – o açaí dura menos de 24 horas –, seria preciso que houvesse um recolhimento diário ou a possibilidade de refrigeração. Mas a energia elétrica também não chegou ao assentamento de Moreno.

Uma das novas ameaças à Amazônia é, por ironia, um projeto idealizado pela freira americana Dorothy Stang, assassinada em 2005 na cidade de Anapu, no Pará. Ela concebeu um tipo de assentamento dentro de grandes porções intocadas da mata, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Por razões ambientais, a prática estava proibida desde 1999. Na teoria de Dorothy, os PDS ajudariam as comunidades que já vivem do extrativismo sustentável na floresta e que precisam regulamentar a posse das áreas. Essa modalidade de assentamento dispensa a demarcação dos lotes. Os assentados vivem em agrovilas comunitárias. Foi essa reivindicação que culminou na morte da freira, por ladrões de terras. Só que a aplicação dos PDS vem sendo feita de forma diferente da idealizada pela irmã Dorothy. Segundo as denúncias do MPF da semana passada, o Inca estaria trazendo as famílias de longe e deixando-as nas regiões de floresta sem nenhuma orientação. Entre os 99 projetos de assentamento denunciados, 43 são PDS. “É uma distorção do modelo previsto pela lei”, afirma Delfino.

A devastação provocada por esse tipo de reforma agrária não melhora a vida dos assentados. Os índices de desenvolvimento humano (IDH) dessas regiões estão abaixo da linha da pobreza. Para o gerente de política agrária da Fetagri do Pará, Manoel Imbiriba, o único produto dessa colonização são os conflitos sociais. “Antes de validar as áreas, eles já levam as famílias. Elas ficam entre grileiros e madeireiros ilegais”, diz. Situação similar à

que provocou a morte de Dorothy. Dos dez municípios classificados como os mais violentos do país, cinco receberam um grande número de assentamentos. Entre eles, o campeão de violência no Brasil: Colniza, em Mato Grosso.

Apesar dos alertas de pesquisadores e da ação do Ministério Público Federal, o governo diz que está otimista com os assentamentos na região. Na semana passada, o Ministério do Meio Ambiente divulgou dados que mostram uma redução de 50% no desmatamento dentro dos assentamentos – uma diminuição esperada, uma vez que mais da metade de suas matas já foi derrubada. Esse dado deverá servir de argumento para a criação de novos assentamentos. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, afirma que é uma prática tradicional da reforma agrária assentar primeiro para depois criar a infra-estrutura. “Sempre foi assim no Brasil”, diz. Ele relembra os projetos bem-sucedidos: “É claro que os assentamentos que produzem de forma sustentável ainda são uma minoria. Mas podemos mudar essa realidade com investimentos”. Ele afirma que foram contratados mais de 3 mil técnicos para prestar assistência aos assentamentos.

O diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo, defende a mesma política. Segundo ele, um bom exemplo seriam os projetos da região da BR-163 (estrada que liga Santarém a Cuiabá), no Pará. “Em alguns assentamentos, as comunidades estão retirando madeira de forma ambientalmente correta”, diz. “Eles praticam o manejo florestal com a ajuda de madeiras.” Mas replicar os projetos da BR-163 não é tão simples. Menos de 10% dos assentamentos da Amazônia têm licenciamento ambiental, o levantamento básico para avaliar os possíveis impactos das atividades no meio ambiente. No Pará, nenhum assentamento é licenciado.

Para quem pesquisa a economia florestal, a reforma agrária poderia ser sustentável. “Seria mais prudente primeiro dar condições para as pessoas que já estão dentro da floresta produzir sem devastar, para depois levar outras famílias”, afirma Daniel Nepstad, do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam). Segundo ele, as áreas destinadas para reforma agrária deve-riam estar mais perto das cidades. “Os assentamentos teriam acesso aos mercados consumidores, o que facilitaria a agricultura familiar de pequena escala”, diz. “Isso não acontece porque é mais barato criar assentamentos em áreas distantes. Apesar de ser muito mais caro criar infra-estrutura de educação e saúde depois.” Perto das cidades, os assentamentos poderiam abastecê-las com produtos como mandioca e feijão, que no Brasil são plantados principalmente por pequenos produtores. Enquanto colonos são assentados nos confins do Pará, os moradores de Belém têm de comprar frutas e legumes de São Paulo e do Nordeste.

A distância dos consumidores dificulta a vida de assentados que tentam respeitar a floresta, como o piauiense João de Deus Francisco da Silva, de 61 anos. Ao contrário do vizinho de assentamento, João de Deus praticamente não mexeu na floresta. Fez uma roça de subsistência, plantou laranjeiras e cajueiros e cavou um pequeno açude no qual pretende criar peixes. Fatura cerca de R\$ 10 mil por ano com a venda de castanha-do-pará, açaí, cupuaçu e laranja. Com o dinheiro, ajuda alguns dos filhos – que saíram de casa – e sustenta o caçula, Rodrigo, de 12 anos. Os dois moram sozinhos num casebre de palha e chão de terra batida, sem luz ou água encanada. Só saem do isolamento quando vão à casa de uma das filhas, que mora em Nova Ipixuna, processar o cupuaçu. Para levar a fruta à cidade, João de Deus anda a pé 4 quilômetros até chegar a uma estrada vicinal onde consegue transporte. João de Deus mostra uma consciência que falta ao programa de reforma agrária: “Era mais fácil desmatar tudo. Mas do que é que eu vou viver depois que a madeira acabar?”.

→ 27 de agosto

### **A fraude do cartão**

*Como um produto criado para facilitar a vida das empresas foi usado para desviar R\$ 50 milhões de um banco estatal*

Isabel Clemente, Murilo Ramos e Matheus Leitão

O cartão empresarial pré-pago do Banco do Brasil foi lançado em julho de 2005 como mais uma novidade nos meios de pagamento. Ele funciona como um celular pré-pago: o dono carrega o cartão com o valor desejado e, depois de gastar, providencia a recarga. Pode ser usado para sacar dinheiro em caixas de auto-atendimento ou para pagar contas em valores altos, que antes exigiam cheque administrativo. Como o cartão se destinava apenas a empresas, o nome do portador não precisava aparecer. Foi desenvolvido para facilitar o dia-a-dia empresarial. E se tornou um quebra-galho fabuloso nas mãos dos corruptos.

Sua serventia para lavar dinheiro foi revelada pela Operação Aquarela, deflagrada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Distrito Federal, em junho. As autoridades descobriram que dirigentes do Banco de Brasília (BRB), do governo do Distrito Federal, montaram um esquema com os cartões corporativos, que desviou cerca de R\$ 50 milhões em dinheiro público (*leia no quadro*). De acordo com as investigações a que ÉPOCA teve acesso, o banco pagava algumas empresas por serviços fictícios. O dinheiro era repassado por elas a ONGs subcontratadas. O principal destino do dinheiro era uma conta da ONG Caminhar, no Banco do Brasil. A partir dela, funcionários da ONG faziam saques milionários em dinheiro nas agências do BB. De acordo com a investigação, parte do dinheiro sacado voltava para os mentores do esquema, entre eles o então presidente do BRB, Tarcísio Franklin de Moura, e o empresário Juarez Lopes Cançado. O advogado de Cançado, Antônio Carlos de Almeida Castro, afirma que as empresas de seu cliente nunca usaram cartões corporativos para lavar dinheiro. Procurado por ÉPOCA, Tarcísio Franklin de Moura não respondeu às ligações.

A investigação da Operação Aquarela ainda não terminou, mas já tirou de cena o senador Joaquim Roriz, um dos mais longevos políticos do Distrito Federal. Ele renunciou ao mandato de senador para não perder os direitos políticos, depois de ser flagrado nos grampos da polícia em conversas suspeitas sobre a repartição de mais de R\$ 2 milhões com Tarcísio Franklin, ex-presidente do Banco de Brasília. Franklin foi preso com outros diretores do Banco de Brasília. O Ministério Público do DF prepara as denúncias contra os principais envolvidos (19 pessoas e 20 empresas), cujos bens estão bloqueados. A expectativa é que as denúncias cheguem à Justiça nos próximos dias.

O desvio por meio dos A acusação lista crimes como peculato, formação de saques com cartões chega a quadrilha, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. Não se cerca de R\$ 50 milhões, sabe ainda quantos serão os acusados. Uma questão, em segundo a investigação particular, intriga as autoridades encarregadas de combater a lavagem de dinheiro: como tanto dinheiro saiu sorrateiramente do BRB e foi sacado livremente, com frequência atípica, em agências do Banco do Brasil, sem chamar a atenção das autoridades? Houve conivência de funcionários do maior banco do país?

A explicação mais rasteira para os saques tem a ver com as antigas regras frouxas para o uso dos cartões corporativos pré-pagos. Apenas o nome da empresa dona aparecia nos cartões. O sacador permanecia anônimo. Podia carregar vários cartões de valores altos e

fazer vários saques por dia, sem deixar suas marcas. Bastava ter as senhas. A investigação revela um caso em que, apenas num dia, 77 cartões foram carregados por uma ONG envolvida no escândalo, no valor total de R\$ 3,4 milhões. "O desvio de dinheiro por meio desses cartões é um absurdo. E isso ocorreu praticamente sem controle", diz o deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF), funcionário de carreira do Banco do Brasil. "Não faz o menor sentido um sujeito portar dez cartões e sacar mais de R\$ 200 mil. Até porque o uso do cartão é para facilitar transações eletrônicas, e não para as pessoas ficarem carregando malas de dinheiro", diz o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Gustavo Rodrigues.

principal via de saída do dinheiro era a ONG Caminhar, supostamente especializada na avaliação da qualidade de atendimento bancário, dona de 400 cartões corporativos. Os saques mais elevados foram feitos por ela, segundo as investigações. Os promotores descobriram as operações em pelo menos seis agências do Banco do Brasil em Brasília. Numa dessas agências, um pequeno estabelecimento de apenas 14 funcionários, saques frenéticos de uma única pessoa portando vários cartões chamaram a atenção do então gerente de contas, Frederico Rocha. Ele diz ter desconfiado das retiradas vultosas e freqüentes com cartões da Caminhar.

O principal usuário do cartão era Nilson Lacerda, um funcionário licenciado do BB preso na Operação Aquarela. Em depoimento à Polícia Federal, Rocha afirmou que, em apenas um dia de fevereiro, Lacerda usou cinco cartões para sacar R\$ 250 mil, com a conivência do gerente-geral da agência. Saiu com uma mala cheia de dinheiro, escoltado por dois seguranças armados. Lacerda, dizem as investigações, também tentou fazer um saque de R\$ 200 mil em pelo menos mais uma agência do Banco do Brasil. Dessa vez em Goiânia, conforme trechos das gravações telefônicas que subsidiam o relatório encaminhado pelo Ministério Público do DF à Procuradoria-Geral da República, a que ÉPOCA teve acesso. Lacerda não respondeu às ligações da reportagem.

O gerente Rocha afirma ter alertado o Banco do Brasil e o Ministério Público do DF. Em depoimento à PF, ele diz que os saques não estavam sendo comunicados ao Coaf. O Banco do Brasil nega. "Ao receber informações verbais do funcionário, o Banco do Brasil adotou todas as medidas necessárias naquele momento", diz uma nota oficial do BB sobre o caso. Afirma também que "os saques eram legais porque havia saldo na conta do cliente". O banco informa ainda que todas as movimentações atípicas numa conta corrente ou cartão são alvo de checagens constantes. Para preservar o sigilo bancário, o Coaf não revela se as comunicações dos saques com cartões corporativos foram feitas. Saques acima de R\$ 100 mil são automaticamente comunicados ao Coaf pelo sistema on-line. No caso da Caminhar, os saques por cartão nunca ultrapassavam R\$ 50 mil. Na verdade, a maioria tinha valores bem menores (R\$ 1.000), realizados com regularidade. Isso exigiria uma análise mais complexa que o comunicado automático ao Coaf. Circuitos internos de TV das agências por onde o dinheiro passou foram solicitados ao BB, que colabora com as investigações. Depois do escândalo, o BB adotou regras mais rígidas para o uso dos cartões: limitou o saque diário a R\$ 1.000 e tornou-os personalizados.

A denúncia chegou à PF no dia 14. Dois dias depois, Frederico Rocha foi demitido por "justa causa" por motivos que, segundo o BB, nada têm a ver com a Operação Aquarela. A agência em que o funcionário trabalhava foi alvo de uma auditoria interna, logo após as apreensões do Ministério Público. "Posso provar que não há nada de errado em minha passagem pela agência", diz Rocha. Ele trabalhou sete anos no BB e diz que vai processar o banco. Uma caixa, que pediu demissão, confirma os movimentos atípicos. "A gente sabia que aquilo era um problema, tantos saques. Eles (o gerente da agência e os sacadores) tinham a

preocupação de verificar no meu caixa se o cartão realmente não identificava o portador”, diz ela.

Os saques na boca do caixa foram concentrados em duas agências do BB em Brasília. Uma delas foi a do aeroporto. Além dos saques, os investigadores descobriram que o dinheiro público movimentado pelos cartões foi usado para pagar compras em supermercados na Bahia, gastos em joalherias e até um carro. Alguns funcionários do Banco do Brasil também estão sob investigação. Um deles teria movimentado em um ano quase R\$ 2 milhões, dinheiro considerado incompatível com sua renda.

Cartões empresariais pré-pagos não são uma invenção brasileira. São usados em mais de 38 países. Só a Visa, bandeira que opera os cartões do BB, tem 2.500 variações do produto pelo mundo. No Brasil, o Banco do Brasil tem 565 clientes empresariais usando o cartão regularmente. Bradesco e HSBC também oferecem similares a seus clientes. O uso desse produto pelo mundo do crime também é disseminado. Alertas constantes contra ele são emitidos pela Drug Enforcement Administration (DEA), a agência de combate ao tráfico de drogas do governo americano. A Polícia Federal acha que o cartão pode virar um instrumento de lavagem de dinheiro.

A Procuradoria da República no Tribunal de Contas da União vai propor uma auditoria para apurar se as normas de combate à lavagem de dinheiro foram burladas. Para Rodrigues, do Coaf, os bancos poderiam fechar o cerco aos usuários do cartão com três providências básicas: identificar o usuário final do cartão, impor limites no número de cartões por empresa e fixar tetos para saques. “Vai acabar com a lavagem de dinheiro? Não vai. Mas dificulta a ação de quem queira lavar dinheiro utilizando o cartão”, diz Rodrigues.

### → 3 de setembro

#### “Peguei R\$ 3 milhões”

*Um afilhado de Renan Calheiros, em depoimento à polícia, diz que buscou sacolas de dinheiro para o senador. A origem da propina seriam negociatas com ministérios controlados pelo PMDB*

Andrei Meireles, colaborou Murilo Ramos

O nome do senador Renan Calheiros (PMDB) aparece em uma nova história que envolve acusações sobre cobrança de propina, desvio de dinheiro público e chantagem. A denúncia foi feita no ano passado em depoimento à Polícia Civil de Brasília pelo advogado Bruno Miranda Ribeiro Brito Lins, afilhado de casamento de Renan, e está sendo investigada pela Polícia Federal. De acordo com Bruno, o empresário Luiz Carlos Garcia Coelho, seu ex-sogro, montou um esquema de arrecadação de dinheiro para o presidente do Senado em ministérios chefiados por pessoas indicadas pelo PMDB, como a Previdência Social e a Saúde. Bruno disse à polícia - e confirmou em duas conversas gravadas com ÉPOCA - que, em pelo menos seis ocasiões, foi pessoalmente buscar o dinheiro da suposta propina.

Embora feitas à polícia do Distrito Federal, as acusações de Bruno despertaram o interesse da Polícia Federal por citar contas de Luiz Carlos Garcia Coelho em bancos no exterior, supostamente usadas para lavagem de dinheiro. Segundo Bruno, bancos que receberam autorização do INSS para operar crédito consignado pagaram, entre o final de 2004 e março de 2005, propinas para Renan e outros políticos do PMDB. À ÉPOCA Bruno disse que normalmente quem buscava o dinheiro vivo para Renan era Everaldo França, assessor de

confiança do presidente do Senado, envolvido em outras denúncias contra o senador. "Tinha vez que tinha muito dinheiro. Depois parava, vinha pouquinho. Que eu tive acesso o maior foi de R\$ 3 milhões, no BMG. Peguei numa sacola", diz Bruno, literalmente, numa conversa gravada por ÉPOCA. Por meio de sua assessoria, o BMG afirmou não ter conhecimento das declarações prestadas por Bruno nem de novas investigações "alegadamente realizadas pela Polícia Federal".

As acusações de Bruno merecem credibilidade? Casado durante seis anos com Flávia Garcia – filha de Luiz Coelho e assessora de Renan no Senado –, Bruno tinha condições de assistir e participar dos eventos que descreve. Ele diz que, em setembro do ano passado, procurou o delegado João Kleiber Éper – atual diretor da Divisão Anti-Seqüestro da Polícia de Brasília – para prestar o depoimento. Procurou Éper por ser amigo de sua família. Afirma que sua intenção não era denunciar o esquema, mas se garantir contra ameaças que estaria recebendo do ex-sogro depois da separação litigiosa com Flávia. "O Luiz Carlos sempre evitou aparecer ao lado de Renan em eventos públicos. Para não ser visto, ele costuma ir a casa do senador bem cedo para conversas durante o café da manhã", diz Bruno.

"Tinha vez que vinha muito dinheiro. Depois parava. Depois vinha pouquinho. Que eu tive acesso, o maior foi de R\$ 3 milhões, no BMG. Peguei numa sacola" As três páginas do depoimento de Bruno permaneceram durante sete meses na gaveta do delegado Éper, sem que fossem investigadas. "Não tinha autoridade para investigar as denúncias contra autoridades federais", diz Esper. A Corregedoria da BRUNO MIRANDA, afilhado de Renan polícia abriu sindicância para apurar por que o delegado demorou tanto para passar adiante um assunto que não era de sua competência. Investiga também se o depoimento teria sido usado em uma tentativa de chantagem contra o empresário Luiz Carlos Coelho e o senador Renan Calheiros. A polícia investiga a informação de que o delegado Éper e um amigo, o empresário Orlando Rodrigues da Cunha Filho, presidente da Hípica de Brasília, foram a um escritório de advocacia para tentar a extorsão. "Estive lá com o Orlando, sim. Até falamos sobre o depoimento, mas não pedi dinheiro", afirma o delegado.

De acordo com Bruno Miranda, também freqüentavam o escritório de Luiz Carlos Coelho na empresa Grupo de Assessoria Ltda., o lobista Cláudio Gontijo – acusado de pagar pensão à jornalista Mônica Veloso, com quem Renan teve uma filha -- e o empresário Tito Uchoa, suspeito de ser testa-de-ferro de Renan Calheiros em vários negócios em Alagoas. Assim como Cláudio Gontijo, que comprou um flat de Renan, Luiz Coelho também fez uma transação imobiliária com o senador. Na declaração do Imposto de Renan consta que, em 2004, ele vendeu por R\$ 600 mil ao Grupo Assessoria Ltda. uma casa no Lago Sul, área nobre de Brasília. "Sou amigo de Renan há muitos anos, minha relação com ele é pessoal, mas nunca tivemos negócios", disse Luiz Coelho por e-mail à ÉPOCA. Ele confirmou que comprou a casa do amigo Renan.

A empresa de Luiz Coelho já tinha aparecido em "Everaldo era homem final da mala escândalos do passado. Nas investigações sobe o para Renan. Era o ponto final. Ele Ia esquema PC Farias, nos anos 90, a Polícia Federal ao escritório quando chegava descobriu um cheque do Grupo Assessoria Ltda em dinheiro" uma das contas fantasmas movimentadas pelo ex- BRUNO MIRANDA, afilhado de Renan tesoureiro da campanha de Fernando Collor. Luiz Coelho também chegou a ser denunciado pelo Ministério Público, junto com a ex-primeira-dama Rosane Collor, por suposto superfaturamento na compra de leite em pó pela LBA, a entidade de assistência social no governo Collor. Rosane e Coelho foram absolvidos.

Luiz Coelho atribui as denúncias do ex-genro a “elucubrações de uma pessoa desempregada e desesperada”, que está tentando prejudicar sua filha, com quem tem um processo litigioso na Justiça. Ele nega que tenha contas no exterior e tenha ajudado bancos que tinham concessões do INSS para operar com crédito consignado. Sua assessoria enviou a ÉPOCA um dossiê intitulado “Roteiro da chantagem de Bruno Miranda contra Flávia Garcia”. Nele há registros de ocorrência em delegacias de supostas ameaças feitas por Bruno à ex-mulher e um laudo pericial sobre mensagens recebidas por Flávia em seu celular. Em uma delas, às 23h30m do dia 14 de setembro de 2006, Bruno diz que acaba de sair da delegacia onde prestou depoimento contra Luiz Coelho.

“Estive lá com o Orlando, sim. Até falamos sobre o depoimento, mas não pedi dinheiro” Nas conversas com ÉPOCA, Bruno disse que teria e-mails que poderiam comprovar algumas denúncias. Mas não os apresentou. ÉPOCA procurou Renan para JOÃO KLEIBER ÉSPER, delegado que ouviu-lo sobre as novas acusações. Sua assessoria disse tomou o depoimento de Bruno que ele foi informado sobre o conteúdo da reportagem, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

As acusações de Bruno pioram uma situação que já era bastante complicada. Renan é acusado de ter contas pagas pelo lobista da empreiteira Mendes Júnior, de comprar uma rádio e um jornal em nome de laranjas e de ter usado notas frias para comprovar renda.

Na semana passada, um parecer conjunto apresentado pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) propôs a cassação do mandato de Renan por quebra de decoro parlamentar. Depois de um longa e tensa reunião, o Conselho de Ética decidiu por dez votos a cinco que o parecer contra Renan será decidido por voto aberto na próxima quarta-feira. Até os aliados do senador admitem que o pedido de cassação será aprovado pelos conselheiros. Resta a Renan a esperança de escapar da punição pelo voto secreto em plenário.

## → 10 de setembro

### **Renan e a máquina de fazer dinheiro**

*Apadrinhados do senador na Funasa, um órgão do Ministério da Saúde, são alvo de investigações por desvio de dinheiro público*

Andrei Mireles, Murilo Ramos e Isabel Clemente

O presidente do senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), investiu no governo Lula num momento em que isso era um negócio de alto risco político. Em julho de 2005, no auge do escândalo do mensalão, a bancada do PMDB no Senado, liderada por Renan, deu apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em troca, indicou três ministros e o comando da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), um órgão do Ministério da Saúde com orçamento bilionário para investimentos em saneamento básico. Para a presidência da Funasa, Renan indicou o ex-deputado e ex-ministro Paulo Lustosa, um político profissional. Ao assumir, Lustosa definiu a Funasa como “uma máquina de fazer votos”. Agora, começa a se descobrir que a Funasa pode ter virado também uma “máquina de fazer dinheiro” para o grupo ligado a Renan.

Além de Lustosa, Renan indicou Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho para chefiar a estratégica Coordenação de Logística da Funasa, departamento responsável por contratos milionários nas áreas de informática e serviços. Quem é Paulo Roberto? Ele é sobrinho de

Luiz Carlos Coelho, um lobista amigo de Renan Calheiros, acusado de montar um esquema de arrecadação de dinheiro para o presidente do Senado em ministérios comandados pelo PMDB. Quem fez essa acusação a ÉPOCA foi o advogado Bruno Miranda, ex-genro do lobista Luiz Coelho. De acordo com Bruno, Paulo Roberto era o principal operador do esquema na Funasa. Bruno afirmou que uma investigação nos contratos da Funasa encontraria valores superfaturados e o aparelhamento da autarquia pela família Coelho, que fazia negócios obscuros em nome de Renan. Ele estava certo.

Investigações do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), às quais ÉPOCA teve acesso, afirmam que nos últimos anos a Funasa fechou contratos por valores até dez vezes acima dos praticados no mercado. “Uma empresa beneficiada pelo esquema é a Brasfort Administração e Serviço. Ela também serve como cabide de emprego da família Coelho na Funasa”, disse Miranda a ÉPOCA. Uma auditoria da CGU na Brasfort, uma fornecedora de mão-de-obra terceirizada, constatou reajustes ilegais nos valores do contrato com a Funasa e a contratação de funcionários fantasmas. Só no ano passado, os negócios com a Funasa renderam R\$ 21,5 milhões à Brasfort.

A Brasfort parece um feudo da família Coelho. Um dos donos da empresa, Robério Negreiros Filho, é namorado de Flávia, filha do lobista Luiz Carlos Coelho e assessora de Renan Calheiros no Senado. Pela porta da Brasfort entraram na Funasa pelo menos cinco pessoas da família Coelho. Um deles é Márcio Godoy Garcia Coelho, outro sobrinho de Luiz Carlos, contratado como assessor direto do primo Paulo Roberto. Márcio Godoy ganhou o emprego mesmo depois de ter sido indiciado pela Polícia Federal na Operação Vampiro, por participação no esquema de fraude de compras de derivados de sangue pelo Ministério da Saúde. Segundo a PF, parte do dinheiro amealhado pelos vampiros passou pela conta bancária de Márcio Godoy.

Contratos da área de informática, fechados na gestão de Paulo Roberto, também estão sendo investigados pelo TCU e pela CGU. Em um deles, a empresa LWS venceu um pregão eletrônico para fornecer máquinas conhecidas tecnicamente como “servidores de rede”, mesmo apresentando preço cinco vezes maior que uma concorrente. O TCU suspeita de um superfaturamento de R\$ 2,6 milhões na operação e, por isso, mandou suspender a compra. Em outro contrato, para a compra de um software de gestão de patrimônio fornecido pela empresa Link Data Informática, o TCU constatou que houve dispensa irregular de licitação. “Quem decidia tudo em relação aos contratos de informática era o Paulo Roberto”, disse a ÉPOCA um ex-diretor da Funasa. De acordo com as autoridades, essas são apenas algumas das investigações em curso sobre supostas irregularidades em contratos da Funasa na área de informática.

Procurado por ÉPOCA, o lobista Luiz Carlos Coelho respondeu por e-mail: “Desconheço a existência de propinas na Funasa. Meu sobrinho Paulo Roberto não foi indicado por mim”. O ex-presidente da Funasa, Paulo Lustosa, outro apadrinhado de Renan, nega participação em qualquer irregularidade. “Desconheço qualquer esquema de arrecadação de propina na Funasa”, afirma Lustosa. “Se isso ocorreu, devo ter sido uma rainha da Inglaterra.” A assessoria de Renan repetiu uma resposta que tem se tornado padrão em relação às denúncias de Bruno Miranda: “Todas as acusações objetivam produzir resultados na Justiça no processo litigioso de separação com uma funcionária do meu gabinete”.

Paulo Roberto e Lustosa já foram punidos pelo TCU por terem tentado criar uma TV exclusiva para a Funasa no ano passado. Essa TV seria destinada ao treinamento de médicos a distância por videoconferência e à produção de programas educativos para tribos



índigenas. Orçada inicialmente em R\$ 6,9 milhões, ela acabou avaliada em R\$ 71,4 milhões no contrato que foi assinado. Mesmo depois de alertado por uma auditoria interna que a TV estava cara demais, Paulo Lustosa manteve os pagamentos à empresa contratada para montá-la. Depois de uma investigação, o TCU mandou cancelar o projeto. Há dez dias, determinou que os responsáveis na Funasa devolvessem o dinheiro já gasto. Lustosa, Paulo Roberto e outros envolvidos no projeto foram intimados pelo TCU a devolver R\$ 6,4 milhões aos cofres públicos. “Estou sendo julgado no TCU por uma coisa que eu não sabia”, diz Lustosa. “O normal é que os relatórios da auditoria cheguem à presidência no mesmo dia. Neste caso, demorou 51 dias, uma hora e 55 minutos. A auditoria tinha má vontade comigo.”

Depois desse episódio, Lustosa foi forçado a deixar a “Se houve desvio, devo ter presidência da Funasa. Em lugar de Lustosa, assumiu um sido uma rainha da outro apadrinhado de Renan, Danilo Forte. Danilo já era Inglaterra”, diz Paulo Lustosa diretor-executivo e, com a saída de Lustosa, virou presidente, com apoio das bancadas do PMDB e do PT na Câmara.

Enquanto o TCU e a CGU até agora se concentraram nos negócios entre a Funasa e seus fornecedores, o Ministério Público Federal investiga fraudes no dinheiro destinado ao saneamento básico. No Ceará, o procurador Francisco Macedo apura o suposto desvio de recursos públicos em uma centena de municípios. Entre eles, de acordo com funcionários da Funasa, há casos conhecidos no órgão como convênios “capa de Batman”. Trata-se da liberação de dinheiro para obras de saneamento para atender prefeituras, sem a apresentação de estudos e projetos que justifiquem o empreendimento. Danilo Forte foi intimado a explicar, nesta quarta-feira 12, ao Ministério Público Federal a política de contratação de funcionários terceirizados pela Funasa. Também há suspeitas de contratação de funcionários fantasmas. Procurado por ÉPOCA, Danilo Forte não havia dado resposta até o fechamento desta edição.

Esses episódios mostram como os afilhados de Renan na Funasa parecem ter propensão a se envolver em negócios suspeitos. Ainda cabe aos investigadores mostrar como, exatamente, o esquema beneficiou Renan. Mas há algumas pistas nas acusações feitas pelo advogado Bruno Miranda, o ex-genro do lobista amigo de Renan. Na semana passada, Bruno reafirmou à Polícia Federal e ao Ministério Público algumas das declarações feitas a ÉPOCA e à Polícia Civil do Distrito Federal sobre como Luiz Garcia Coelho teria montado um esquema de arrecadação de propinas em ministérios comandados pelos aliados de Renan no PMDB.

No Ceará, os procuradores investigam a liberação de verbas da Funasa para projetos fantasmas No depoimento à PF, Bruno Miranda reafirmou o que declarara a ÉPOCA: o BMG, um banco privado sediado em Minas Gerais, teria pago propina para adquirir privilégios na concessão de empréstimos a aposentados com desconto em seus vencimentos do INSS. De acordo com Miranda, que afirma ter ido buscar o dinheiro pessoalmente no BMG seis ou sete vezes, os recursos teriam ido primeiro para o cofre que Luiz Coelho tem em casa. Depois, teriam sido repassados a homens de confiança dos políticos ligados a Renan. Segundo Miranda afirmou, quem buscava a parte que seria destinada a Renan era seu assessor Everaldo França. O BMG nega as acusações. Em nota, o BMG afirma que não foi favorecido ou beneficiado em seu relacionamento com o INSS e que “jamais pagou propina a quem quer que seja” (leia a seção Caixa Postal na página 10).

Miranda foi interrogado por determinação do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza. O depoimento de nove páginas será anexado ao inquérito conhecido como o Mensalão II. É nesse inquérito que os procuradores tentam desvendar como ocorreu o

favorecimento ao BMG. "Todas as pessoas que tiveram participação nessas decisões serão ouvidas pelo Ministério Público", afirmou a ÉPOCA Antonio Fernando Souza. Entre elas estão os ex-ministros da Previdência Amir Lando e Romero Jucá (PMDB-RR) e o deputado Carlos Bezerra (PMDB-CE), ex-presidente do INSS.

As acusações de Miranda surgiram depois que ele se separou, de modo litigioso, da filha do lobista Luiz Carlos Coelho. No ano passado, Miranda prestou um depoimento ao delegado João Kleiber Éper, da Polícia Civil de Brasília. Diz ter feito isso para se proteger contra ameaças que afirma ter sofrido do ex-sogro. A Polícia Civil de Brasília investiga se o depoimento de Miranda foi usado pelo delegado Éper para tentar chantagear Luiz Carlos Coelho e o senador Renan Calheiros. Éper, que tomou o depoimento de Bruno e deixou-o por meses na gaveta, corre o risco de ser expulso da polícia. Ele nega a acusação. Diz que não investigou as denúncias porque elas eram assunto para a Polícia Federal. Mas não explica por que não enviou o depoimento de Bruno Miranda imediatamente à PF.

Na semana passada, o Conselho de Ética do Senado aprovou, por 11 votos a 4, o relatório que propõe a cassação do mandato de Renan. A surpresa na votação foi o apoio de três senadores do PT à proposta. Renan só obteve apoio de seus aliados mais fiéis. Isso significa que ele será cassado pelo plenário do Senado nesta quarta-feira? Por dois motivos, a resposta pode ser não. Primeiro, a sessão e a votação serão secretas. A avaliação de senadores a favor e contra Renan é que, longe dos olhos da opinião pública, o corporativismo do Senado poderá prevalecer. Senadores que não têm coragem para fazer a defesa pública de Renan poderão aproveitar o anonimato para ajudá-lo a salvar o mandato.

A outra razão é uma ação do governo nos bastidores para tentar convencer os senadores aliados a poupar Renan. Essa articulação teria a participação do ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), e do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Além de tentar ajudar um aliado que foi útil no auge do escândalo do mensalão, o Planalto teme uma represália de parte do PMDB no Senado caso Renan seja cassado.

Mesmo os partidários de Renan avaliam que sua absolvição desgastaria a já crítica imagem do Senado. Eles tentam uma barganha: Renan não seria cassado, mas renunciaria à presidência do Senado. Essa proposta teria sido inspirada pelo senador José Sarney (PMDB-MA), um dos nomes cotados para substituir Renan no comando do Senado. O senador Gilvan Borges (PMDB-AP), fiel discípulo de Sarney e aliado de Renan, tornou pública a proposta. "A renúncia é a única carta na manga de Renan", afirma Renato Casagrande (PSD-ES), um dos relatores do conselho de ética que pediram a cassação de Renan. Renan negou que a renúncia esteja em seus planos. "O afastamento da presidência já deveria ter ocorrido há muito tempo", afirma o senador Delcídio Amaral (PT-MS). "O momento certo para a renúncia já passou. Agora vai prevalecer o julgamento em plenário."

**→ 10 de setembro**

### **A campeã brasileira de violência**

*No meio da nova rota da madeira ilegal, Colniza, em Mato Grosso, é a recordista brasileira de homicídios. E tenta mudar sua história de crime sem castigo*

Juliana Arini, de Colniza (MT)

Antes de receber luz elétrica, juiz e delegacia, a cidade de Colniza, no noroeste de Mato Grosso, seguia as leis impostas por um punhado de fazendeiros e comerciantes. Em reuniões semanais, eles decidiam tudo, inclusive quem podia ficar e quem deveria se mudar dali. Os teimosos, que se recusavam a obedecer às ordens, eram ameaçados. Alguns, conta-se na cidade, teriam sido assassinados. Os crimes não eram investigados, e ninguém era punido. Até há pouco tempo, a história das reuniões, expulsões e execuções era contada pelos moradores de Colniza às escondidas. Na semana passada, a maior operação já feita para combater conflitos e homicídios na região revelou que as confidências deveriam ter sido levadas a sério há mais tempo. Foi a primeira tentativa do Poder Público de intervir numa área onde a vida humana parece valer menos que uma tora de madeira.

De janeiro para cá, 20 pessoas foram assassinadas em Colniza, de acordo com a polícia. O município, com apenas nove anos de vida e cerca de 27 mil moradores, ocupa o primeiro lugar no mapa da violência no Brasil, segundo um estudo feito pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). A taxa de homicídios é de 165,3 por 100 mil habitantes. No Rio de Janeiro, onde policiais e traficantes travam uma guerra permanente, a taxa é menor: 57,2 homicídios por 100 mil habitantes. A média brasileira, 27 homicídios por 100 mil habitantes, é suficiente para dar ao país o quarto lugar entre as nações mais violentas do mundo.

O que explica tamanha violência em Colniza? Em primeiro lugar, o conflito agrário. A cidade fica na região considerada a última grande reserva florestal de Mato Grosso, na divisa com Rondônia. Nos últimos anos, o desmatamento ali tem figurado entre os maiores da Amazônia. No centro da violência, está a disputa pela terra, onde a floresta é derrubada para dar lugar à pecuária. Em segundo lugar, pesa o isolamento. Cravada numa região remota, a 1.065 quilômetros de Cuiabá, é difícil chegar a Colniza. De carro, são necessárias 18 horas para percorrer as estradas que a separam de Sinop, o maior pólo regional do norte de Mato Grosso. De ônibus, o percurso é feito em três dias. Longe de tudo, Colniza parece terra de ninguém.

A ação policial da semana passada, acompanhada pela reportagem de ÉPOCA, envolveu cinco delegados, mais de cem policiais civis e militares. Foi a primeira tentativa de salvar a cidade da barbárie. Foram presas 39 pessoas, 21 delas suspeitas de integrar milícias que trabalham para fazendeiros. Os presos são acusados de tortura, cárcere privado e assassinatos. A polícia exumou dois corpos em valas na floresta. Mais de 34 armas foram apreendidas, entre pistolas, escopetas e espingardas.

“Entravam encapuzados, com roupa camuflada. Atiravam e espancavam com cabo de facão”, diz um morador. Para quem já foi vítima da violência de Colniza, a operação montada pela polícia traz também a esperança de que a lei passe a ser aplicada. Até agora, dizem os moradores, valia a força das armas. “Os pistoleiros chegavam de moto à sede de nossa associação e, enquanto atiravam em todo mundo, gritavam que em Mato Grosso a lei é a do 44”, diz um morador. Quarenta e quatro é o calibre das armas mais usadas pelos pistoleiros da região. Ele afirma ter sobrevivido a uma chacina em abril. Outro morador conta que, antes das execuções, costumava haver casos de tortura. “Eles entravam no acampamento encapuzados, com roupas camufladas. Começavam a atirar e a espancar as pessoas com cabo de facão. No final, mandavam a gente andar nu na floresta”, diz ele.

De acordo com a polícia, depois de espancar 28 pessoas em menos de dois anos, os pistoleiros, conhecidos na região como “guaxebas”, começaram a cumprir as ameaças. Na última vez que agiram, três pessoas foram mortas, segundo a narrativa do delegado que

comandou a ação dos policiais, na semana passada, Paulo Araújo. Um pai, diz Araújo, foi atingido enquanto carregava a filha de 4 anos no colo, e a criança não morreu por sorte.

Os cinco sobreviventes teriam corrido para a floresta. O barracão onde funcionava a cooperativa de agricultura familiar foi queimado e o corpo de uma das vítimas devorado por porcos. O perito da polícia civil José Carlos Pelissari, que participou da exumação dos dois corpos encontrados na floresta, diz que os posseiros levaram dias para morrer. "Pela posição, dá para afirmar que eles morreram agonizando."

Nas ruas da cidade, a violência parece não assustar tanto quanto a dos grandes centros urbanos. Mesmo assim, a paisagem de Colniza lembra um filme de terror. Um misto de poeira e fumaça das queimadas faz o céu ficar cinza e sem horizonte. A floresta carbonizada e as árvores retorcidas compõem o cenário que envolve a cidade. Embrenhada na mata, a violência de Colniza já expulsou 280 famílias do assentamento Tacaruçu, no distrito de Guariba, foco da ação policial da semana passada. "O número de ocorrências envolvendo a região de Guariba era muito grande", afirma o coordenador das delegacias do interior s do Estado, Wilson Leite. "Recebi a denúncia pessoalmente. Percebi que, se não agíssemos logo, mais pessoas morreriam. Havia uma guerra declarada contra as famílias."

De acordo com a polícia, as investigações sugerem que uma associação entre fazendeiros da região foi firmada em 2004, depois que uma ação de reintegração de posse garantiu o direito da área às famílias do Tacaruçu. "Os pistoleiros foram contratados para evitar que a reintegração de posse fosse cumprida", diz o delegado Araújo. "A área de 28.000 hectares seria repartida entre os fazendeiros. A madeira ficaria para os pistoleiros." No local, os policiais encontraram 400 metros cúbicos de tora. Uma árvore pode valer entre R\$ 1.000 e R\$ 5 mil, dependendo da espécie e do tamanho.

Em depoimento à polícia, um dos acusados afirmou que as toras seriam vendidas para a madeireira Lagoa das Conchas, que pertence à família de Ubiratan Spinelli, conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Spinelli nega. "Essas acusações são infundadas. Tudo em minha madeireira é regularizado", diz ele. "Meu pai era dono de um seringal no norte de Mato Grosso. Sempre tivemos terras nessa região e nunca nos envolvemos com coisas ilegais." Outra fazenda investigada como reduto dos pistoleiros é a Nova Estrela, do outro lado da divisa do assentamento Tacaruçu. Ela pertence a três irmãos de Minas Gerais, que teriam adquirido uma área de 6.000 hectares dentro do assentamento dos posseiros. Dois deles foram presos na operação policial. Nos depoimentos, eles negaram participação nas mortes. A polícia investiga ainda o envolvimento do cartório da cidade no reconhecimento do tamanho da propriedade dos irmãos, sem o uso de mapas com imagens de satélite, um procedimento exigido por lei.

Não se vê miséria nas ruas de Colniza, que começam a receber asfalto. A cidade é simples. As construções têm boa qualidade, e o comércio local cresce a cada dia. Há 45 madeireiras legais na região, que respondem por 70% da arrecadação do município. Muitas empresas têm sociedade com grupos chineses. Para o empresário Nervilo Polis, que chegou à região na década de 1980, falta a Colniza a boa vontade do Estado. Dono da maior madeireira do município, ele aguarda há três anos a aprovação de um plano de manejo sustentável. "Estou aqui por insistência. Já vi muitos desistirem. Seguir as regras e competir com os ilegais, que não pagam impostos nem geram empregos, está cada vez mais difícil", diz Polis.

A ausência do Estado fica patente na delegacia de Colniza, onde não há delegado. Os quatro policiais civis chegaram à cidade há menos de seis meses. Antes deles, os homicídios nem eram investigados. O juiz da cidade, Michel Lofti, está em Colniza há dois anos. Cabe a ele

julgar mais de 3 mil processos, a maioria sobre disputas de terras e assassinatos. “Quando cheguei aqui, se matava por muito pouco. Uma briga era suficiente para resultar em homicídio”, diz Lofti, também responsável pela construção do fórum da cidade. O secretário de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, Carlos Brito, afirma que um delegado deve chegar à cidade nas próximas semanas. O efetivo da polícia deverá ser ampliado de seis para 20 policiais. “O Estado não tem condições para cobrir a região. Temos problemas graves em vários municípios”, diz Brito. “O Exército e a União também precisam fazer sua parte.”

De acordo com o procurador Mauro Lúcio Avelar, do Ministério Público Federal de Mato Grosso, a região só mudará com a regulamentação das terras e a presença efetiva do Estado. “Talvez seja necessária uma intervenção, como aconteceu no Pará, na região de Anapu, onde morreu a freira Dorothy Stang, em 2005”, diz Avelar. “Enquanto o governo tem um discurso de proteção da Amazônia, regiões como Colniza permanecem esquecidas.”

Às margens da estrada que leva a Colniza há um acampamento dos sem-terra. Cerca de 40 famílias estão lá há seis meses. Trata-se de mais um foco de tensão na região. Sem a presença mais ostensiva do Estado, há pouca chance de Colniza perder o título que ninguém quer: a cidade campeã brasileira de violência.

## → 24 de setembro

### **Um avião a cada dois dias**

O trânsito brasileiro mata pelo menos 35 mil pessoas todo ano – o equivalente a 180 desastres aéreos da TAM. Como enfrentar essa guerra invisível

Francine Lima, Ana Paula Galli e Rafael Pereira

Domingo, 16 de setembro. Em alta velocidade, uma motocicleta cruza o sinal vermelho e se choca com um carro na Avenida das Américas, no Rio de Janeiro. Quatro pessoas morrem. Segunda-feira, 17. Um automóvel com sete pessoas bate de frente em um caminhão em Sergipe, matando mãe e filha e ferindo cinco pessoas. Terça-feira, 18. Um carro cai no Canal de Marapendi, no Rio de Janeiro, e os três ocupantes morrem. Quarta-feira, 19. Uma batida entre um carro e uma moto mata o motociclista e a passageira do automóvel em Congonhas, Minas Gerais. Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito e do Ministério da Saúde, os mais de 300 mil acidentes de trânsito por ano no Brasil matam pelo menos 35 mil pessoas. Isso equivale a um acidente como o do Airbus da TAM a cada dois dias.

A tragédia em Congonhas, que matou 199 pessoas, aconteceu, em grande medida, por causa da crise no setor aéreo. Nas ruas e estradas brasileiras, o drama de pedestres e motoristas vem se agravando devido a uma combinação de fatores que vão desde a falta de investimentos na educação para o trânsito até a leniência na punição dos infratores. O Código de Trânsito Brasileiro, que entrou em vigor há exatos dez anos, inicialmente provocou uma redução no número de mortes. Hoje, porém, o total de vítimas supera em muito aquele de uma década atrás. No último mês, a reportagem de ÉPOCA analisou dados, ouviu pesquisadores e vítimas de acidentes e acompanhou seminários que discutiram estratégias para enfrentar a tragédia. Dessa pesquisa resulta a série de medidas práticas apontadas nestas páginas para que o trânsito se torne menos bárbaro e mais seguro no país.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima o custo anual com os acidentes de trânsito em R\$ 28 bilhões. O problema não é só brasileiro. A menos que novas medidas preventivas sejam tomadas, a previsão é que haja uma piora de 65% nos próximos 20 anos. Para o pesquisador Mauri Panitz, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o número real de mortos no trânsito pode ser três vezes maior que os 35 mil oficiais. "Vivemos uma guerra invisível, que ninguém nota. A violência no trânsito tem conseqüências muito piores do que se imagina."

Muitas histórias, como a do cabeleireiro Jaime dos Santos, não entram nas estatísticas oficiais. No dia 19 de dezembro de 2004, ele voltava de bicicleta para casa, em São Paulo, quando foi atropelado por um carro. Com o choque, desmaiou. Ao acordar, estava em uma maca no posto de saúde. Já era madrugada. Jaime diz que, embora sentisse fortes dores, recebeu alta do médico de plantão sem que fosse tirada sequer uma radiografia. No dia seguinte, Jaime ficou paraplégico. "Entrei em desespero, achei que a coluna tinha saído do lugar. Só me dei conta da gravidade quando vi que estava urinando sem perceber." Atendido no Hospital das Clínicas, ele passou por duas cirurgias, mas não recuperou a mobilidade das pernas. "Sinto mais raiva por saber que, se tivesse sido engessado logo depois do acidente, em 90 dias estaria andando de novo. A falta de atendimento

A precariedade do atendimento às vítimas é um dos problemas que merecem atenção, afirmam os consultores da área. Outras questões igualmente graves, segundo eles, podem ser resumidas em cinco itens: má educação dos condutores, facilidade em adquirir uma carteira de habilitação, falta de manutenção dos veículos e das vias, alta periculosidade do transporte de cargas e embriaguez ao volante. Por serem conhecidas, essas causas de morte no trânsito não podem ser consideradas fatalidades, mas conseqüências previsíveis de um conjunto de imprudências e omissões. O próprio Código de Trânsito Brasileiro, implantado em setembro de 1997, já prevê a maioria das soluções para eles. Mas uma legislação avançada não basta para corrigir as falhas do sistema. O trânsito evolui mais rápido que as leis. Um exemplo é o crescimento imprevisto e vertiginoso da frota de motocicletas nas cidades brasileiras. Hoje, os acidentes com motoqueiros correspondem a 25% das mortes no trânsito na cidade de São Paulo.

Além de impor a lei, é preciso mudar a mentalidade. Mais da metade dos acidentes é causada por fatores comportamentais, como imprudência e distração. Foi assim com o jogador de futebol Carlos Adriano de Jesus Soares, o Alemão. No dia 7 de julho, ele e alguns parentes voltavam da festa de aniversário do pai. O carro, uma Toyota Hilux, levava 11 pessoas. Na direção estava o promissor atleta do Palmeiras, de 23 anos. Ao lado, a mulher, Jaksilane, com a filha Carla Beatriz no colo e mais uma passageira, Andreia. No banco de trás estavam dois amigos, Robson e Ulisses, um sobrinho, Rodrigo, e Ednalva, a mãe do jogador. No bagageiro, o cunhado dele, Sérgio, outro sobrinho, Lucas, e o irmão adotivo, Wesley. O jogador, que bebera cerveja durante a festa, havia feito várias viagens de carro naquele dia para levar parentes e amigos. Na volta, quis ganhar tempo e encheu o carro de gente. A mãe do jogador conta ter pedido que ele diminuísse a velocidade. Não foi atendida. A poucos metros da curva em que ocorreu o acidente, Ednalva apelou aos céus: "Seja o que Deus quiser". Alemão e o cunhado Sérgio morreram na hora. O sobrinho Lucas, de 4 anos, quebrou o fêmur e ficou em estado de pré-coma, mas sobreviveu. Os demais sofreram fraturas e luxações.

Por trás da combinação de álcool e excesso de velocidade que causou o acidente de Alemão, há outro fator: a sensação de impunidade. Uma pesquisa do Ibope aponta que 30% dos motoristas dirigem sem habilitação. Segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos, apenas uma em cada 10 mil infrações de trânsito é punida. Sem fiscalização, é impossível

fazer com que a lei seja respeitada. Para os especialistas ouvidos por ÉPOCA, a punição é só parte do problema. Eis as idéias que podem trazer soluções.

### **1. Educar os futuros motoristas**

A educação para o trânsito deve começar na pré-escola, conforme previsto no Artigo 76 do Código de Trânsito. Por enquanto, há apenas iniciativas isoladas. Em fevereiro deste ano, alunos da 1a à 4a séries de quatro escolas públicas de Santa Catarina receberam lições sobre os perigos no trajeto para casa e como evitá-los. A pedagoga Regina de Andrade diz que o comportamento dos alunos mudou. "Eles deixaram de atravessar a rodovia para usar a passarela", afirma. É o primeiro passo para reduzir o número de atropelamentos. Cinquenta por cento das crianças e dos adolescentes que morrem no trânsito são pedestres.

### **2. Tornar as auto-escolas mais rigorosas**

O Código de Trânsito acrescentou às aulas práticas de direção um pequeno curso teórico com noções de como agir no trânsito real. Mas o conhecimento prático não é cobrado nos exames. Quem precisa de carteira para dirigir ônibus, caminhão ou carreta deve ter experiência prévia no volante e ser maior de 21 anos, mas só precisa fazer três dias de curso teórico e 250 minutos de aulas práticas em local tranqüilo. Aprender no trânsito é proibido. O diretor do Denatran e presidente do Contran, Alfredo Peres da Silva, reconhece a insuficiência desses cursos. "Melhorá-los significa mais custos, e o usuário vai reclamar.

Uma solução pode estar em cursos como os da Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte, escola criada há dez anos na cidade catarinense de Concórdia. O curso básico começa com aulas de "desenvolvimento interpessoal" – o que inclui auto-estima e a percepção de si e do outro – e dura 30 dias. Depois de treinar em um circuito fechado e seguro na escola, ao fim do curso o aluno testa o aprendizado na estrada, com caminhão carregado, durante uma semana, supervisionado por um instrutor.

### **3. Selecionar com mais critério quem dirige**

Se dependesse dos exames médicos, um quarto das pessoas que gostariam de dirigir não teria esse direito. A estimativa é da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), que defende mudanças na avaliação clínica dos candidatos. Segundo Vladnei Ferreira de Lima, diretor da Abramet, nem todas as clínicas fazem o exame médico completo. Problemas de vista são apenas um dos fatores de risco. Certas doenças, como a epilepsia, cardiopatias e o diabetes com dependência de insulina, aumentam o perigo. Apnéia do sono e infarto são surpresas que podem acontecer ao volante com hipertensos, por exemplo. "Em casos clínicos de maior risco, os exames pelo médico de tráfego devem ser freqüentes e a validade da carteira de habilitação reduzida", diz Lima. A avaliação psicológica também deveria eliminar mais candidatos. Sinais de abuso de álcool ou drogas, distúrbios do sono e sintomas de estresse agudo podem ser detectados.

### **4. Fiscalizar as empresas de transporte**

Ser caminhoneiro, no Brasil, é uma escolha perigosa. Por ano, morrem 237 para cada grupo de 100 mil motoristas (nos Estados Unidos, são 25 por 100 mil). Um motivo é o estilo de vida dos caminhoneiros. O motorista que descansa pouco sofre de fadiga, e muitos a evitam usando "rebite", a droga à base de anfetaminas que os mantém acordados, pondo em risco a própria vida e a de quem estiver por perto. "Há carreteiro que faz 3.000 quilômetros em três dias, à base de café com Coca-Cola ou coisa pior", diz Sérgio Barros, médico que criou um jeito de evitar esse tipo de problema numa empresa do Espírito Santo. Na Viação Águia

Branca, os motoristas noturnos fazem exercícios no meio da viagem, em salas especiais montadas nas lanchonetes de beira de estrada. Segundo Barros, os diagnosticados com distúrbios do sono ou uso abusivo de rebite são encaminhados a um tratamento e afastados do emprego.

Em São Paulo, onde acidentes com motoqueiros causam uma morte por dia, as empresas de motofrete responsáveis agora recebem um "selo de trânsito seguro". Entre os quesitos estão pagamento de salário fixo, plano de saúde, seguro de vida, ajuda financeira para a manutenção da moto, assistência e cobertura de licença após acidentes. No primeiro ano da experiência, as 22 empresas certificadas tiveram apenas 8% das motos envolvidas em acidente. Segundo Roberto Scaringella, presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego, um estudo numa única empresa que não possuía o selo mostrou que 100% da frota havia sofrido pelo menos um acidente no prazo de um ano.

## **5. Inspeccionar os veículos e monitorar o tráfego**

Consta do Código de Trânsito a obrigatoriedade da inspeção veicular, mas a norma continua só no papel. Um impasse na regulamentação, quanto ao órgão responsável pela aplicação, impede uma mudança considerada importante. "Se a inspeção fosse aplicada, as mortes diminuiriam pelo menos 10%", afirma Scaringella. Um acerto do Estado nessa área é o aumento da fiscalização eletrônica. Em cidades como Pindamonhangaba e Jacareí, no interior paulista, algumas lombadas eletrônicas chegam a ser respeitadas por 100% dos motoristas. Dados da Associação Nacional de Transportes Públicos revelam que quem infringe as leis de trânsito é uma minoria. De todos os condutores habilitados, 25% recebem alguma autuação ao longo de um ano.

## **6. Privatizar estradas**

A maior parte das vias brasileiras não tem manutenção adequada. De acordo com pesquisa da Confederação Nacional de Transporte, 54% dos 84 mil quilômetros avaliados estão com o asfalto regular, ruim ou péssimo. Entre as rodovias federais, 20% nem pavimentação têm. Além da precariedade das pistas, que favorece a ocorrência de acidentes, poucas são as estradas que possuem pistas separadas, o que melhora a segurança: apenas 4,8% das rodovias federais. Dados do Ipea e do Denatran mostram que as pistas simples favorecem colisões frontais, principal causa de morte nas estradas federais – 33 vítimas para cada cem colisões.

A privatização torna as estradas mais seguras. Na Via Dutra, rodovia federal de 402 quilômetros construída na década de 50 e privatizada em 1996, em dez anos o número de mortos caiu 55,7%. O governo vai leiloar, no dia 16 de outubro, a administração de sete trechos de rodovias federais, num total de 2.600 quilômetros.

## **7. Melhorar a assistência ao acidentado**

Quem sobrevive a acidentes acaba prejudicado por um sistema de saúde deficiente. Quatrocentos mil sobreviventes precisam de tratamento médico a cada ano. Para uma recuperação bem-sucedida, deve haver estrutura adequada, desde a rapidez do resgate até o atendimento eficiente no hospital. Uma falha nessa seqüência pode colocar a vida do paciente em perigo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a possibilidade de ficarem seqüelas permanentes em pacientes de trauma em países como o Brasil é seis vezes maior que em países desenvolvidos. "Os acidentes são tratados pelo governo como



fatalidade, quando são praticamente uma epidemia”, afirma Milton Steinman, médico de trauma do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Oferecer assistência psicológica aos envolvidos em acidentes, inclusive os culpados, também é necessário. Antes de atropelar e matar um garoto de 12 anos, o dentista Fábio (nome fictício), de 36 anos, afirma que tinha apenas uma multa de trânsito, por estacionar em lugar proibido. No dia 18 de novembro de 2000, ele dirigia por uma grande avenida carioca. Cruzou um sinal que, segundo diz, estava amarelo. Dois meninos atravessavam a pista pela faixa quando foram colhidos pelo carro do dentista. Um deles, de 9 anos, pouco sofreu. O outro morreu no hospital dois dias depois. Fábio foi condenado a três anos e meio de prestação de serviços à sociedade. “Não há um dia sequer que eu vá dormir sem pensar naquela criança. Penso na família dela, quanto estão sofrendo com essa ausência.” Outros países, como a França (*leia o quadro*), já reduziram suas perdas humanas no trânsito. O Brasil só precisa de vontade para fazer o mesmo.

### **O exemplo que vem da França**

Mesmo com o dobro de veículos, o número de mortes caiu 71% em três décadas

Em 1972, 17 mil pessoas morreram em acidentes automobilísticos na França. Esse número levou o governo francês a tomar providências. Hoje, o país é um exemplo quando se trata de segurança de pedestres e automobilistas. No ano passado, embora o número de veículos tenha duplicado desde os anos 70, o total de mortos foi de 4.709. Se nada tivesse sido feito desde 1972, mais de 500 mil vidas teriam sido perdidas. A maior parte dessa redução se deve à atuação de uma única instituição, a Sécurité Routière (“segurança rodoviária” em francês), criada com a missão exclusiva de diminuir o número de desastres. A Sécurité é uma entidade interministerial, com poder de passar por cima de outros órgãos públicos quando se trata de trânsito.

Para reduzir o total de mortos e feridos, concluíram os franceses, a primeira medida era ter um conhecimento preciso da extensão do problema. Todo incidente de trânsito é registrado pela polícia. Sabe-se exatamente a causa do acidente, quantas pessoas envolveu, quantas morreram, ficaram feridas ou saíram ilesas. As informações são enviadas a um “observatório nacional”, que identifica os fatores de risco a atacar – álcool, drogas, excesso de velocidade, falta do cinto ou do capacete, visibilidade e outros. Com base nessas informações, o Código de Trânsito francês se tornou muito mais rígido. A carteira de habilitação com pontuação e a inspeção veicular anual foram instituídas; milhares de radares foram instalados; cruzamentos em estradas foram substituídos por rotatórias. A quantidade permitida de álcool no sangue baixou de 1,2 grama por litro de sangue para 0,5 grama (ou 0,2 grama, no caso de condutores de transportes públicos). “Os resultados são encorajadores”, diz o ministro Jean-Louis Borloo, atual responsável pelo assunto no governo francês.

### **→ 1º de outubro**

#### **O amigo-problema de Ciro**

*O homem de confiança de Ciro Gomes é acusado de cometer fraude no Banco do Nordeste. Até que ponto isso atrapalha suas pretensões presidenciais?*

Andrei Meireles e Matheus Leitão, de Foz de Iguaçu colaborou Ricardo Amaral

Duas semanas atrás, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, telefonou ao deputado Ciro Gomes (PSB-CE) para relatar que aplicaria uma punição a um amigo de infância de Ciro. Mantega mandara abrir um processo administrativo contra Victor Samuel Cavalcante da

Ponte, diretor de administração do Banco do Nordeste. O motivo de tamanha cautela com a situação de um funcionário periférico é a forte ligação entre Ciro e Ponte. Os dois são amigos desde o tempo em que moravam em Sobral, no interior do Ceará.

Seus pais eram aliados na política regional. Ponte está no Banco do Nordeste na condição de apadrinhado político de Ciro. Nas eleições do ano passado, ele era o responsável pela arrecadação de recursos para a campanha a deputado de Ciro e de seu irmão, Cid Gomes, ao governo do Ceará. Homem de confiança de Ciro, Ponte enfrenta mais que o processo administrativo do Banco do Nordeste. É investigado também pela Controladoria-Geral da União e pela Polícia Federal por suspeita de fraude no Banco do Nordeste.

Victor Ponte é acusado de assinar, de maneira irregular, um acordo que reduziu – de R\$ 65 milhões para R\$ 6,6 milhões – uma dívida da empresa Frutas do Nordeste do Brasil S.A. (Frutan) com o Banco do Nordeste. Ele assinou sozinho o acordo, mas, como diretor-administrativo, não tinha competência funcional para isso. A redução da dívida desobedeceu a uma proibição expressa da Advocacia-Geral da União (AGU). Em junho do ano passado, no mesmo período em que Ponte autorizou a redução da dívida da Frutan, Ciro mandou a empresários do Ceará uma carta com o seguinte conteúdo: “Apresento-lhe meu amigo Victor Samuel, que lhe falará em meu nome, de Cid Gomes e de nosso partido político, o PSB, acerca de uma contribuição para a campanha que o partido desenvolverá nas eleições próximas, de outubro do corrente ano”.

“Ele é meu amigo de cem anos”, disse Ciro no ano passado, quando sua carta veio a público. Casado, 50 anos, um filho, Ponte foi subsecretário de Indústria e Comércio do Ceará no governo Ciro Gomes e sempre trabalhou nas campanhas do amigo.

As denúncias contra Ponte aparecem como um incômodo justamente num momento em que tudo vinha dando certo na carreira política de Ciro. As pesquisas de opinião pública mostram que, entre os possíveis candidatos governistas à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, ele é quem tem as melhores chances. O próprio Lula mencionou o nome de Ciro no último Congresso do PT, como um possível candidato da esquerda. Além de ser um dos preferidos de Lula, Ciro já tem o apoio de um bloco formado por seis partidos de esquerda. Para um político que vive hostilizando as “elites” e as “oligarquias”, a ligação com Victor Ponte e as irregularidades do Banco do Nordeste representam um abalo em seu discurso político.

Quando teve seu nome lançado ao Planalto numa festa do Bloco de Esquerda em São Paulo, há um mês, Ciro Gomes ficou preocupado com a exposição precoce da candidatura, três anos antes das eleições. Seu temor, e o de qualquer político com ambições maiores, era transformar-se muito cedo em objeto de investigações, alvo de denúncias e personagem de intrigas. “Fazem isso para me queimar”, chegou a dizer o ex-ministro. O inquérito sobre fraude que envolve um de seus homens de confiança é o primeiro obstáculo no caminho de Ciro até as eleições de 2010.

Na política brasileira, os escândalos que envolvem arrecadadores de dinheiro para campanhas eleitorais já viraram uma tradição. Nos anos 90, o ex-presidente Fernando Collor renunciou por causa de seu envolvimento com Paulo César Farias, tesoureiro de campanha acusado de corrupção. Em 2002, Jorge Murad tornou-se um problema para Roseana Sarney, sua mulher, depois que a Polícia Federal apreendeu R\$ 1,3 milhão em dinheiro vivo na sede de sua empresa, a Lunus. Para não falar no estrago que a atuação de Delúbio Soares, tesoureiro da primeira campanha de Lula à Presidência e um dos protagonistas do mensalão, provocou no PT.

No mesmo dia em que Ciro recebeu a notícia de que Mantega aplicaria uma punição a seu amigo-problema, o Conselho de Administração do Banco do Nordeste trocou quatro dos sete diretores. A mudança foi amplamente divulgada. Publicamente, Victor Ponte manteve o cargo na diretoria. Numa decisão mantida sob sigilo, porém, foi afastado temporariamente, enquanto responde ao processo administrativo disciplinar pela atuação no caso Frutan. A comissão de investigação montada pelo banco tem prazo de 30 dias para apresentar o resultado do inquérito. Se Ponte for considerado culpado, não terá a solidariedade do padrinho político. “Quem errou que pague”, afirmou Ciro.

ÉPOCA teve acesso a contratos, auditorias, pareceres e depoimentos que descrevem em detalhes a atuação de Ponte no acerto com a Frutan. Sediada no Piauí, a empresa está registrada em nome de empresários do Rio de Janeiro e afirma produzir limão taiti para exportação. Em novembro de 2005, a direção da Frutan pediu ao Banco do Nordeste a redução da dívida, sob a alegação de que discordava da política de juros e correção monetária aplicada ao empréstimo. Técnicos do banco apontaram um obstáculo legal ao acerto: as normas da AGU e do Tribunal de Contas da União (TCU) proíbem a renegociação extrajudicial de empréstimos obtidos de fundos constitucionais. Esse era o caso da Frutan, financiada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste, criado para financiar projetos de desenvolvimento na região.

Impedido de fechar o acordo com a Frutan, o Banco do Nordeste pediu ao Ministério da Integração Nacional, então chefiado por Ciro Gomes, que tentasse convencer a AGU a autorizar o acordo. “Fizemos isso por excesso de zelo”, disse Ponte a ÉPOCA. Uma semana antes de Ciro deixar o governo para candidatar-se a deputado federal, a Consultoria Jurídica do Ministério encaminhou o pedido de revisão à AGU. Eis o que diz Ciro: “Quando assumi, havia empréstimos contraídos no governo Fernando Henrique que nunca foram cobrados. Minha orientação ao Banco do Nordeste foi de uma forte política de recuperação de créditos, nos moldes do Banco do Brasil”.

Essa explicação de Ciro suscita uma dúvida. Ele entrou no governo em janeiro de 2003 e só foi questionar a norma da AGU em março de 2006, quando estava deixando o ministério. Por que demorou tanto? Além disso, a norma da AGU fora criada especificamente para evitar a redução de dívidas oriundas de empréstimos com fundos constitucionais. Na prática, a regra estipulada para todos os bancos públicos que operam esses fundos – inclusive o BB – é clara: não pode haver acordos com devedores, a não ser na Justiça.

A polícia e a CGU só souberam do O memorando enviado pela consultoria de Ciro à AGU caso quando receberam um pedido não produziu os resultados esperados. Em 6 de junho, de investigação de um auditor o advogado da União Sérgio Eduardo de Freitas Tapety emitiu um parecer em que afirma: “Tendo em vista os princípios da legalidade em sentido estrito e do interesse público, não há respaldo legal para acertos como o pleiteado pelo Frutan”. Três dias depois, o então advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, aprovou o parecer e o encaminhou ao Ministério da Integração. Mesmo assim, no dia 26 de junho, Victor Ponte assinou o contrato com a Frutan, registrado no Cartório do 6º Ofício de Notas de Teresina. Além de ignorar o parecer da AGU, ele descumpriu normas do próprio Banco do Nordeste, que exige decisões colegiadas. “O ato praticado isoladamente pelo diretor Victor Samuel Cavalcante da Ponte contrariou disposições dos Estatutos Sociais do Banco”, afirma um relatório da auditoria interna sobre o caso.

No mesmo dia 26, no Rio de Janeiro, todos os sócios da Frutan firmaram um Termo Aditivo ao contrato assinado com Victor Ponte, em que registram “declarações e obrigações das partes”. O documento relaciona como despesas a ser divididas entre os sócios: a dívida de

R\$ 6,6 milhões, mais R\$ 1 milhão para os advogados da Frutan e “R\$ 660 mil, equivalentes a 10% do valor do acordo, a título de honorários de sucumbência dos advogados do BNB (Banco do Nordeste)”. O acordo entre os sócios foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Piauí. Por que os advogados do Banco do Nordeste deveriam receber uma comissão pelo acordo, se são funcionários da instituição, e não advogados particulares? O Banco do Nordeste informou oficialmente a ÉPOCA que “não houve esse pagamento aos advogados do banco”. Pessoas que investigam o caso disseram a ÉPOCA desconfiar que esse dinheiro pudesse ser uma forma de legalizar recursos obtidos por meio de propina.

Em entrevista a ÉPOCA, Victor Ponte negou que tenha recebido dinheiro dos sócios da Frutan. Nem mesmo como contribuição para a campanha eleitoral de Ciro. “Minha resposta é não. Nada, nada, nada, nada. Eu já sei o que você quer, está querendo fazer ilação.” As declarações de Ponte são contraditórias. Primeiro, ele negou que tivesse assinado o contrato com a Frutan. “Estão querendo dizer que houve essa assinatura, mas não houve nada disso”, afirmou. Confrontado com o contrato, admitiu tê-lo assinado. Depois, disse que o parecer da AGU “é uma interpretação, mas não é assim que o banco entende. Há várias negociações desse tipo”. Em seguida, afirmou ter feito o acerto sem conhecimento do veto da AGU. “Ele pode ter chegado ao ministério, mas ao banco só chegou depois”, disse.

Mesmo depois da auditoria interna no Banco do Nordeste, o acerto ilegal com a Frutan correu o risco de acabar numa gaveta no banco. A Polícia Federal, o Ministério Público e a Controladoria-Geral da União só souberam do caso quando receberam, em 20 de agosto deste ano, um pedido de investigação do então presidente do Comitê de Auditoria do BNB, Paulo Roberto Medeiros Braun.

Em depoimento à PF, Braun disse estar recebendo ameaças de morte. E fez uma denúncia: auditores interessados em apurar os fatos teriam sido transferidos para outros setores do banco. Entre eles, o superintendente de Auditoria Leovigildo Holanda, substituído por Jefferson Cavalcante Albuquerque. “Por determinação do Superintendente Jefferson Albuquerque, estão tentando uma maneira de convalidar a operação irregular com a Frutan”, disse Braun em depoimento prestado no dia 24 de agosto ao delegado federal Cláudio Barros Joventino.

Jefferson Albuquerque responde no TCU e na Justiça Federal a acusações por supostas irregularidades praticadas no Banco do Nordeste. Desde dezembro do ano passado, Albuquerque é réu na Justiça Federal no Maranhão no processo contra o chinês naturalizado brasileiro Chhai Kwo Chheng, acusado de fraudes com dinheiro do Fundo Constitucional do Nordeste, supostamente liberado de forma irregular pelo Banco do Nordeste. Em 1998, Chheng chegou a candidatar-se ao Senado em Roraima. Justificou sua candidatura como uma forma de ajudar o presidenciável Ciro Gomes. “Faço qualquer coisa por ele”, disse na ocasião.

Em entrevista a ÉPOCA, o presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, disse que escolheu Albuquerque como chefe da auditoria por ser um funcionário competente, com muita experiência, que fora diretor do banco em outra gestão. “O Jefferson tem se defendido bem de todas as denúncias. No caso do Maranhão, ele é réu, mas não foi condenado”, disse Smith a ÉPOCA.

Ciro reproduziu para ÉPOCA a versão que lhe contou Victor Ponte. Segundo Ciro, Ponte teria assinado o documento, em caráter pessoal, registrando uma decisão que seria tomada pelo banco, a pedido dos donos da Frutan. Segundo Ciro, o papel não teria valor, porque no

banco só valem decisões colegiadas. “Foi uma decisão errada, e disse isso a ele”, afirma Ciro.

É possível que o amigo-problema de Ciro tenha mesmo cometido um erro. O certo é que esse erro pode ter um impacto decisivo nas pretensões presidenciais daquele que, poucas semanas atrás, era visto como o candidato mais viável de Lula à sucessão.

## → 5 de novembro

### **As ameaças de Valério**

*Como o pivô do mensalão teria usado um documento supostamente falso para pressionar políticos do PT*

David Friedlander e Ricardo Amaral

Na última semana de setembro, um mês depois de ter sido declarado réu por cinco crimes diferentes pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza saiu de seu retiro em Belo Horizonte. Foi a São Paulo e Brasília para se encontrar com um dirigente e pelo menos dois parlamentares do PT, todos testemunhas das relações promíscuas entre ele e o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Um desses interlocutores contou a ÉPOCA que Valério queria dividir seus problemas com Delúbio, que se recusava a recebê-lo.

Valério e Delúbio são os dois principais acusados no escândalo do mensalão, o suposto esquema de compra de apoio no Congresso que teria funcionado entre 2003 e 2005 e depois se converteu no estopim da maior crise política do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De Valério, então dono de agências de publicidade, restou no vocabulário político o termo “valerioduto”, usado para descrever o desvio de recursos públicos por meio de falsos contratos de publicidade.

Nos encontros em São Paulo e Brasília, segundo um dos petistas presentes, Valério teria ameaçado criar problemas ao PT e ao governo contando segredos ao Ministério Público em troca de um alívio na ação penal que o STF acatou contra ele e mais 39 envolvidos no mensalão.

“Não vou para a cadeia. Se continuarem me evitando, vou fazer a delação premiada e conto tudo”, teria dito um transtornado Marcos Valério ao interlocutor. Segundo essa versão, num dos momentos mais tensos da conversa, Valério ameaçou comprometer o presidente Lula. Ao ouvir do interlocutor que não teria munção para tanto, Valério teria afirmado: “Se eu falar, fica sendo verdade”. De acordo com antigos parceiros, Valério ainda guarda dois tipos de informação com potencial comprometedor: os nomes de empresários que teriam contribuído ilegalmente com o PT para obter favores do governo e também o de novos parlamentares envolvidos no mensalão.

Não foi a primeira ameaça desse tipo feita por Valério desde que o escândalo começou a ser investigado, há dois anos e meio. Desta vez, porém, ele exibiu uma nova arma. Em certo ponto da conversa com o petista, ele teria sacado do bolso do paletó um punhado de folhas de papel, cópias de uma mensagem de fax. Alguns trechos estavam borrados, outros quase apagados. Seria um documento endereçado a Marcelo Leonardo, advogado de Marcos

Valério, supostamente assinado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, autor da denúncia que gerou a ação penal no STF.

De acordo com Valério, a papelada seria a cópia de uma oferta formal de delação premiada. Valério teria dito que pensava em aceitar, pois seria o único dos 40 réus sujeito a ir para a cadeia ao fim do processo. Contou que a Receita Federal e a Prefeitura de Belo Horizonte atuaram suas empresas em mais de R\$ 100 milhões, por sonegação de impostos e rendimentos não-declarados. E que o Banco do Brasil se recusava a pagar uma diferença de R\$ 15 milhões por serviços supostamente prestados por suas agências. Também reclamou que advogados do PT conseguiram sustar uma ação de cobrança judicial pelos empréstimos que ele e seus sócios avalizaram. E teria chorado.

“Eu não vou para a cadeia. Os interlocutores petistas afirmam que transmitiram a Se continuarem me informação a Delúbio e que ele continuou se negando a falar evitando, vou contar tudo” com Valério, por orientação do advogado Arnaldo Malheiros MARCOS VALÉRIO, em Filho. Procurado por ÉPOCA, Antonio Fernando de Souza negou conversa com amigos ter enviado qualquer correspondência a Valério ou a seu petistas advogado desde que apresentou a denúncia ao Supremo, em abril do ano passado. Os petistas que souberam da ameaça de Valério suspeitam que se trate de uma correspondência antiga, alterada para impressionar os interlocutores.

A insistência com que Valério e pessoas ligadas a ele tentam “plantar” a notícia de que haveria um acordo de delação premiada, já fechado ou em negociação com o Ministério Público e o Supremo, foi discutida pelo procurador Antonio Fernando com ministros do STF, no começo de outubro. Eles concluíram que o uso indevido do nome das instituições pode acabar justificando a prisão preventiva de Valério. Isso é justamente o que ele mais teme. Aparentemente, ele suspendeu seus movimentos.

Dois anos depois de ficar famoso como pivô do maior escândalo político do governo Lula, Marcos Valério ainda se comporta como uma ameaça ambulante. Ele tem medo de ir para a cadeia ao fim da ação penal e ficou deprimido quando um de seus advogados calculou qual seria a pena, caso o STF venha a considerá-lo culpado de todas as acusações que pesam contra ele: 1.184 anos de detenção (leia o quadro ao lado). De acordo com a denúncia, Valério teria praticado 135 vezes os crimes de corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, além de ser acusado por formação de quadrilha.

Valério recusa-se a dar entrevistas e a fazer declarações, mas conversou com ÉPOCA há duas semanas, no escritório de um amigo na movimentada região da Savassi, em Belo Horizonte. Queimado de sol e com a calva praticamente coberta pelo implante de cabelos que fez em fevereiro, não parecia a pessoa transtornada que se apresentou aos petistas no fim de setembro. Negou que esteja negociando com o procurador e que tenha chantageado os antigos parceiros do PT. Mas as frases que usa para negar as ameaças permitem uma dupla leitura. “Se depender de mim, o governo do presidente Lula vai acabar no último dia do mandato, sem sustos”, disse Valério. “Sei qual é o meu tamanho, quais as minhas responsabilidades e os meus compromissos.”

Há mais de dois anos, Valério vem afirmando que confessou à Valério mostrou uma Polícia Federal tudo o que podia sobre o mensalão, mas não mensagem de fax e disse revela quem estaria sendo supostamente protegido pelos que era cópia de uma “compromissos” que firmou. Diz que foi procurado, antes e oferta de delação depois das duas CPIs que investigaram o escândalo, por premiada adversários do ex-ministro José Dirceu e do presidente Lula com propostas para

comprometê-los. Se tivesse aceito uma dessas propostas, diz Valério, poderia ter evitado que sua mulher e sócia, Renilda, tivesse sido convocada a depor na CPI dos Correios. “Se eu não tivesse meus compromissos, minha mulher não teria passado por mais esse sofrimento”, diz Valério.

Recentemente, ele teria sido procurado por um adversário do ministro Walfrido Mares Guia, com uma proposta semelhante. Filiado ao PTB, o ministro é acusado pela PF de ter participado com Valério do desvio de R\$ 53 milhões do governo de Minas Gerais na campanha eleitoral do ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB) em 1998, no que seria uma versão Tucana do Valerioduto. O procurador Antonio Fernando já preparou a denúncia ao STF contra os envolvidos no suposto mensalão mineiro. Segundo Valério, o adversário político de Walfrido lhe teria oferecido dinheiro para que desse uma entrevista reforçando as suspeitas contra o ministro. “Esse tipo de coisa eu não faço”, disse Valério. A história contada por Valério chegou ao conhecimento de Walfrido, que confirmou a versão a um amigo em Brasília.

Marcos Valério confirma que esteve em São Paulo e Brasília a negócios – consultorias, ele diz – e nega a versão narrada a *ÉPOCA* pelo interlocutor petista. Mostra que está a par dos planos de Delúbio de se eleger deputado federal por Goiás, provavelmente pelo PMDB, e que sabe de cor endereço e telefones do ex-tesoureiro. “Falei com Delúbio ‘n’ vezes antes do julgamento”, diz ele. “O PT não pode me ajudar em nada, é uma gente medíocre.” Seus advogados preparam um recurso para reabrir a cobrança judicial dos empréstimos que avalizou, com os sócios, para a antiga direção do partido. Também planejam uma ação indenizatória pelo rompimento dos contratos que as agências de Valério tinham com o governo.

Os contratos foram rompidos pela Secretaria de Comunicação do governo Lula, quando Valério passou de lobista privilegiado a acusado de fraudador-mor da República. O publicitário Duda Mendonça, acusado de ter recebido e desviado para o exterior R\$ 15 milhões do Valerioduto, detém até hoje uma das contas da Petrobras. “Somos réus na mesma ação penal, mas só eu perdi os contratos com o governo”, diz Valério. Ele pretende pedir uma indenização de R\$ 850 milhões pelos contratos rompidos e apresentar a conta para abater os débitos com a Receita Federal. “Vou sair inocente da ação penal e ainda vou ganhar muito dinheiro”, afirma. Nos últimos tempos, Marcos Valério tem alternado momentos de otimismo com fases de desespero. Petistas que lidam com ele torcem para que as fases ruins não o levem a concretizar de vez as ameaças.

### **Valério em cifras**

#### **Eis os números que assustam o publicitário**

**1.184 anos** de prisão é o tempo de pena que Valério poderia pegar se fosse condenado por todos os crimes no STF

Ele foi acusado de ter cometido **5 crimes** em **135** ocasiões entre **2003** e **2005**

**R\$ 100 milhões** é quanto a Receita Federal e a Prefeitura de BH cobram de Valério e seus sócios por rendimentos que não teriam sido declarados

**R\$ 97 milhões** é a quantia que Valério e os sócios tentam receber do PT na Justiça

Valério diz que o Banco do Brasil lhe deve **R\$ 15 milhões** por serviços prestados à Visanet

**R\$ 850 milhões** é quanto Valério quer receber como indenização pelos cinco contratos de publicidade que a Secom cancelou

→ **5 de novembro**

**Aqui também tem mensalão**

## *O Ministério Público descobre esquema em Mato Grosso do Sul*

David Friedlander e Ricardo Amaral

Parece ironia. O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI que investigou no Congresso o escândalo do mensalão, agora terá de se defender da acusação de ter recebido dinheiro de outro mensalão. O nome do senador aparece pelo menos nove vezes num livro-caixa que, segundo investigação realizada pela promotoria de Mato Grosso do Sul, serviu para registrar um milionário esquema de caixa dois montado durante o mandato do também petista José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, governador do Estado de 1999 a 2006. Pela contabilidade anotada no livro, Delcídio teria recebido R\$ 25 mil por mês, ou R\$ 225 mil ao todo. Como principal argumento de sua defesa, o senador tem dito que rompeu com Zeca do PT em 2005. De fato, os dois brigaram durante a eleição para a presidência do diretório estadual do partido. Mas há mais coisas a explicar. As páginas do livro-caixa, a que ÉPOCA teve acesso, sugerem que os supostos pagamentos a Delcídio já eram feitos em 2004, antes de seu rompimento com Zeca do PT. No livro-caixa aparecem pagamentos regulares a políticos. A lista inclui vereadores, secretários estaduais e, além de Delcídio, os nomes dos deputados federais Vander Loubet e Antônio Carlos Biffi, também do PT-MS. O suposto pagamento mensal a Loubet, sobrinho de Zeca do PT, era maior: R\$ 50 mil. O promotor Marcos Antônio Sottoriva, responsável por iniciar a apuração, estima que o esquema tenha movimentado R\$ 30 milhões. O dinheiro do caixa dois teria vindo de contratos fictícios com agências de publicidade e teria sido distribuído pelo gabinete do então governador. Loubet e Biffi negam que tenham recebido o mensalão. Delcídio também. "Se tivesse realmente alguma coisa, teriam usado contra mim durante a CPI e eu não teria conduzido os trabalhos com a firmeza que conduzi", afirma. Quanto a Zeca do PT, seu ex-amigo, Delcídio diz: "O Zeca realmente fez muita coisa errada". Por envolver um senador e deputados federais, detentores de foro privilegiado, o caso foi remetido ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

### → 19 de novembro

#### **Fraudes até no banheiro**

*Investigações mostram como é fácil desviar verbas na Funasa. Não é preciso nem projeto para obter verbas*

Andrei Meireles e Murilo Ramos

Na manhã da segunda-feira 12, um carro preto da Polícia Federal estacionou em frente à sede da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), em Brasília. A chegada da polícia atiçou a curiosidade dos funcionários. Muitos correram para as janelas. Parte deles, na expectativa de que os agentes federais estivessem lá para fazer prisões. Outros, apreensivos, temiam a chegada dos policiais em suas salas. No final, para decepção de alguns e alívio de outros, ninguém saiu do edifício algemado. Segundo funcionários da Funasa, os federais estiveram por lá para investigar corrupção na entidade, mas estavam atrás de documentos, e não de pessoas.

O episódio virou piada no prédio, mas ele retrata o estado de ânimo dentro da Funasa, órgão do Ministério da Saúde que tem R\$ 4 bilhões para gastar por ano. A Funasa existe para levar saneamento básico às regiões mais necessitadas do país e para cuidar da saúde dos índios. Com suas ações espalhadas pelo interior do Brasil e uma direção nomeada por critérios políticos, a Funasa tornou-se um alvo fácil para desvio de dinheiro público.



Nos pequenos municípios do interior do país, é fácil perceber os efeitos dos desvios de verba na vida da população. A Funasa chegou a pagar até R\$ 2.800 pela construção de banheiros em casas de baixa renda. Segundo as investigações, o mesmo banheiro – mas feito com material melhor – deveria custar R\$ 600. Na casa da lavradora Betânia de Sousa, na cidade de Brejo Santo, no interior do Ceará, a instalação em 2004 de um banheiro modesto custou, no papel, R\$ 1.500. Onde foi parar a diferença, já que o preço foi inflado? A consequência: faltou dinheiro para fazer banheiros na casa da mãe e de uma irmã de Betânia, que moram na vizinhança. Segundo os auditores, se a construção do banheiro de Betânia não fosse superfaturada, daria para fazer um igual para a mãe e outro para a irmã.

Nas últimas semanas, reportagens de ÉPOCA mostraram que boa parte dos acusados pelas fraudes na Funasa seriam apadrinhados políticos do grupo do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. ÉPOCA teve acesso a novos documentos, produzidos pela Controladoria-Geral da União e por auditores da própria Funasa. Eles traçam um retrato ainda mais desanimador do que acontece na entidade.

Os auditores ficaram especialmente incomodados com a ousadia do que apelidaram de contratos Capa de Batman. Segundo as investigações, nas eleições de 2006 o grupo ligado a Renan Calheiros liberou milhões de reais para prefeituras amigas, driblando as normas para pagamento de convênios exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional. O Tesouro determina que as prefeituras apresentem estudos e projetos técnicos para explicar como pretendem aplicar o dinheiro das verbas federais. Na Funasa, isso não era necessário.

A verba de R\$ 824 mil foi liberada, O dinheiro muitas vezes era liberado com a simples mas o projeto em que ela seria usada assinatura do convênio, antes mesmo da só foi aprovado 11 meses depois apresentação dos estudos e projetos. As pastas referentes aos processos fraudados dessa maneira continham apenas a capa e o pedido de verbas. Dentro da pasta nunca havia projetos. Por isso, foram apelidados de processos Capa de Batman – não havia nada dentro. Depois da liberação do dinheiro, os técnicos eram pressionados a inventar laudos que pudessem justificar os gastos.

Engenheiros da Funasa em alguns Estados se negaram a dar pareceres para “legalizar” a fraude. Diante da resistência dos funcionários de carreira, a direção da Funasa em Brasília contratou consultores externos para fazer o serviço. “Esses caras eram chamados de aprovadores”, disse a ÉPOCA um dos engenheiros que não aceitaram participar da falsificação da Funasa no Ceará. “A Capa de Batman, um processo completamente irregular, é desmoralizante para a instituição”, afirma Geraldo Sales Filho, presidente da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Geólogos da Funasa.

Já se sabe que esse tipo de fraude foi comum em várias cidades do Maranhão e em Roraima. Em julho do ano passado, a Prefeitura de Nova Olinda, no Maranhão, recebeu da Funasa R\$ 824 mil – primeira parcela de um convênio no valor de R\$ 2 milhões – para a instalação de kits compostos de pia, chuveiro, vaso sanitário e tanque para lavar roupa. O projeto técnico, porém, só foi aprovado em 30 de maio de 2007, 11 meses depois da remessa do dinheiro. Em Rorainópolis, a Polícia Federal investiga um caso de Capa de Batman com verbas para obras de drenagem de um programa de combate à malária. No dia 19 de dezembro de 2006, a Funasa liberou uma parcela de R\$ 1,6 milhão, de um total de R\$ 4 milhões. O projeto só foi aprovado pelo Departamento de Engenharia da Funasa nove dias depois.

É difícil entender como um órgão de governo tão essencial ficou tão abandonado. Em outro foco de corrupção, a Controladoria-Geral da União (CGU) detectou desvio de recursos nas

compras de remédios para comunidades indígenas. ÉPOCA teve acesso a um relatório de auditoria da CGU sobre compra de medicamentos, com base numa amostragem das concorrências feitas em 2006, no valor total de R\$ 34,9 milhões.

Os auditores da CGU apontaram um prejuízo potencial para os cofres públicos de R\$ 10 milhões, mais de um terço do valor total das compras. Foi comprovada a presença de preços superfaturados, fornecimento de remédios fora das especificações e sumiço de notas fiscais. De acordo com a CGU, as três empresas que venceram as licitações da Funasa – Especificarma, Unicom e Hospfar – estavam em situação irregular e não poderiam ter sido contratadas.

O relatório da CGU afirma que os responsáveis pelas fraudes são o ex-presidente da Funasa Paulo Lustosa e o ex-coordenador de Logística do órgão Paulo Roberto Garcia, sobrinho do lobista Luiz Carlos Garcia Coelho, acusado de montar um esquema de arrecadação de dinheiro para Renan Calheiros em ministérios comandados pelo PMDB.

Quando Paulo Roberto Garcia foi demitido, em maio, deixou como herança uma licitação em andamento, para comprar remédios no valor de R\$ 120 milhões. A essa altura, a Funasa já estava sob a vigilância direta do Palácio do Planalto, preocupado com o surgimento de novos escândalos. De acordo com a assessoria de comunicação da Funasa, o edital da concorrência foi refeito, e o valor total a ser pago baixou para R\$ 40 milhões. Uma nova pesquisa de preços reduziu o valor novamente, desta vez para R\$ 20 milhões. Quando os remédios finalmente foram comprados, num pregão eletrônico, o preço caiu para R\$ 12 milhões, um décimo do valor que Paulo Roberto e Paulo Lustosa estavam dispostos a pagar.

Sob a vigilância do governo, o preço de uma compra de remédios caiu de R\$ 120 milhões para R\$ 12 milhões. Lustosa foi substituído na presidência da Funasa por seu diretor-executivo, Danilo Forte, também apadrinhado pelo PMDB. Procurada por ÉPOCA, a assessoria de Danilo Forte atribui as fraudes constatadas pela CGU e pela Polícia Federal à diretoria anterior e diz que o atual presidente da Funasa está tomando todas as medidas para sanar as irregularidades e punir os culpados. Afirma também que, apesar de ter sido diretor-executivo e substituto de Lustosa nas ausências do antigo presidente, Danilo Forte não era responsável pelos pagamentos que a Funasa fez naquele período. Por isso, segundo a assessoria, não estaria envolvido nas fraudes e irregularidades que estão sendo investigadas. As investigações desmentem essa versão.

Documentos obtidos por ÉPOCA mostram que Danilo Forte autorizou o pagamento para empresas que, de acordo com a CGU, estão envolvidas nas principais fraudes com dinheiro da Funasa. A assinatura de Forte aparece na autorização para pagamento de uma fatura de R\$ 1,1 milhão, no dia 14 de novembro de 2006. O pagamento foi feito para a empresa Digilab, encarregada de implantar a TV Funasa, um projeto que provocou a queda de Paulo Lustosa. Segundo o Tribunal de Contas da União, o preço que seria pago à Digilab era de 11 vezes o previsto em contrato. ÉPOCA ouviu o ex-presidente Paulo Lustosa para saber quem liberava os pagamentos assinados por Danilo Forte. Ele disse que em sua gestão Forte cuidava dos convênios com os municípios e também autorizava pagamentos. "O que vale na vida é o papel", afirmou Lustosa.

A assinatura de Danilo Forte também aparece em papéis que liberaram pagamentos para a compra de remédios em contratos considerados fraudulentos pela CGU. Danilo Forte assinou ainda as ordens de pagamento para a empresa de eventos Aplauso. De acordo com relatório do TCU, ela teria recebido por serviços que nunca prestou. Outro documento assinado por

Forte liberou dinheiro para a Brasfort, empresa que fornecia mão-de-obra terceirizada para a Funasa e empregava aliados de Renan.

Com tantos escândalos, a Funasa virou um problema para o governo. Entre os ministros de Lula, há uma corrente que defende como melhor solução a extinção da Funasa. As obras de saneamento seriam transferidas para o Ministério das Cidades, e a missão de cuidar da saúde das comunidades indígenas para a Fundação Nacional do Índio (Funai). O governo faria bem se ouvisse os protestos dos funcionários da entidade. "O aparelhamento político promovido pelo PMDB levou a Funasa a uma situação caótica", diz o engenheiro Geraldo Sales Filho, presidente de uma associação de funcionários da Funasa. "Estamos com vergonha de dizer que somos de lá."

## → 19 de novembro

### **As prisões que matam**

*Novo estudo mostra que a cada ano mais de 300 presos são assassinados no Brasil. A violência transborda das cadeias para as ruas e toda a sociedade paga a conta*

Rodrigo Rangel

Na noite de 29 de outubro, uma briga com o vizinho levou o trabalhador rural Agamenon Pereira, de 42 anos, para a Cadeia Pública de Araguari, no Triângulo Mineiro. Horas depois, o agente penitenciário Fernando Fernandes Martins compareceu a um pronto-socorro. Foi atendido por ter levado uma mordida de Agamenon. Ao ser atendido, o agente disse a uma enfermeira – segundo o Ministério Público – que mataria Agamenon "de tanto bater". Pouco depois, era a vez de Agamenon dar entrada no posto de saúde, com múltiplas fraturas. Morreu logo em seguida. "Ele era um homem bom, que nunca teve problema com a polícia", diz a irmã de Agamenon, Neura de Fátima Nascimento.

Mortes como a de Agamenon não são casos isolados. O risco de morrer em uma prisão brasileira é 128 vezes maior que em uma prisão de um país desenvolvido, como a Inglaterra. ÉPOCA teve acesso a um detalhado levantamento feito em caráter reservado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça. De janeiro do ano passado até agosto deste ano, um período de 20 meses, 558 presos foram assassinados enquanto cumpriam pena. Em 2006, foram 80 homicídios para cada grupo de 100 mil presos. A taxa de homicídios geral no país é de 24 por 100 mil pessoas. "Esses números só confirmam a reputação das prisões do Brasil, conhecidas por serem extremamente violentas", diz Vivien Stern, pesquisadora sênior do Centro Internacional de Estudos Prisionais, ligado à Universidade de Londres. Na Inglaterra, onde a população carcerária é de 80 mil pessoas, o índice é de 0,625 assassinato por 100 mil, o que significa uma morte a cada dois anos. "O resultado desse estudo é a demonstração da falência do sistema", diz o diretor-geral do Depen, Maurício Kuehne.

Essa falência já seria grave se ficasse limitada às prisões. Mas ela não afeta apenas quem está atrás das grades. James Cavallaro, professor da Faculdade de Direito da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e pesquisador dos sistemas penitenciários na América Latina, explica que, ao não atentar para o caos dentro dos presídios, toda a sociedade é punida. "Dos países que pesquiso, o Brasil é o que guarda a relação mais forte entre o que acontece dentro das cadeias e a violência nas ruas", afirma. Cavallaro dá um exemplo: os ataques do PCC em São Paulo, no ano passado. Para protestar contra o que chamam de "opressão carcerária", os líderes da facção espalharam o terror nas ruas.

Dentro das prisões, a maior parte dos assassinatos ocorre por desavenças entre os presos, seja em acertos de contas, seja nos confrontos entre facções rivais. Foi assim que três detentos morreram no presídio Aníbal Bruno, no Recife, na semana passada. Com capacidade para 1.400 pessoas, a penitenciária abrigava 3.900 quando a rebelião estourou, no domingo 11. Um dos presos foi degolado. Fábio Batista da Fonseca havia sido condenado a 12 anos e quatro meses em regime fechado por assalto e formação de quadrilha. Pela lei e por causa do bom comportamento, já deveria estar em liberdade condicional, por ter cumprido um terço da pena. Desde o dia 11 de junho, o pedido para um alvará de soltura dormia nas prateleiras da Justiça. Na segunda-feira 12, ele foi morto a facadas. Decapitado, teve a cabeça arremessada para fora da prisão – o lugar onde Fábio deveria estar havia meses.

O artigo 5o da Constituição, que trata dos direitos e das garantias fundamentais do cidadão, assegura a integridade física e moral dos presos. “Se o sistema funcionasse bem, as pessoas presas voltariam como alguém que pensou no que fez e que decidiu mudar. O modelo atual promove o contrário: cria criminosos de carreira”, diz James Cavallaro.

Além dos assassinatos cometidos pelos próprios presos, uma parte das mortes é fruto da violência dos agentes penitenciários. Esse teria sido o caso do motorista Divanilson André de Santana, de 29 anos, encontrado morto em 31 de outubro numa cela da Delegacia de Sirinhaém, em Pernambuco. Divanilson foi preso por ter se descontrolado durante um culto evangélico. Duas horas depois, estava morto, só de cuecas e algemado. A polícia diz que ele se suicidou com a própria camisa. A família conta outra história. “Todo mundo viu os policiais batendo nele. O rosto ficou desfigurado. Eu tirei foto de tudo”, diz uma prima da vítima, Abinoan Francisca da Paz. O delegado de Sirinhaém fechou o inquérito sem ouvir testemunhas. A Secretaria de Defesa Social reabriu o caso, com outro delegado, e pediu um novo laudo ao Instituto Médico-Legal.

Nas penitenciárias brasileiras, os suicídios nem sempre são o que parece. “Sempre que há um assassinato, é feita uma sindicância interna para encontrar o culpado”, diz o padre Valdir João Silveira, da Pastoral Carcerária. No caso de suicídio, não há investigação. João Rinaldo Machado, presidente do sindicato dos funcionários dos presídios paulistas, diz que há relatos de casos em que presos foram obrigados por outros a ingerir grande quantidade de drogas e morreram de overdose. Casos assim não são computados como homicídios. Vão para a lista de “mortes naturais”. No Brasil, neste ano, 525 óbitos de presos foram parar nessa lista, 247 só em São Paulo.

O alto índice de “mortes naturais” revela outro problema. “Há presos que morrem por falta de socorro. Para encaminhá-los ao hospital, é necessário que a Secretaria da Segurança Pública mande uma escolta. Muitas vezes, ela não aparece”, diz o padre Valdir. Para o sindicato dos funcionários de presídios, faltam médicos nas unidades. Muitas vezes, quem dá remédios aos presos são os próprios agentes penitenciários.

Na semana passada, o relator especial das Nações Unidas Philip Alston, que passou 11 dias no Brasil investigando execuções sumárias, arbitrarias ou extrajudiciais, sugeriu no Congresso Nacional um conjunto de medidas para melhorar a atuação policial e a situação dos presídios no país – com a qual se disse “chocado”. Entre as recomendações da ONU está garantir a segurança e os direitos dos presos.

Na Câmara dos Deputados, uma comissão parlamentar de inquérito foi aberta em agosto para fazer um diagnóstico das prisões brasileiras. A CPI do Sistema Carcerário quer investigar desde as condições físicas das penitenciárias até a ação das facções criminosas

dentro das cadeias. “Ao final, nós queremos propor a uniformização do sistema prisional brasileiro”, diz o presidente da CPI, deputado Neucimar Fraga (PR-ES).

→ 26 de novembro

### **Prisão à Beira-Mar**

*ÉPOCA passou um dia no presídio de segurança máxima de onde Fernandinho comandava desde julho sua rede de tráfico internacional*

Wálter Nunes e Solange Azevedo

A prisão de Jaqueline Alcântara de Moraes na quinta-feira 22 revela mais que uma história de amor bandido entre uma advogada e um dos maiores traficantes de droga no país – Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar. Eles se casaram em setembro e passaram a lua-de-mel na cadeia. Jaqueline foi presa pela Polícia Federal como a número dois na organização criminosa. Ela faz acordos com fornecedores de cocaína, administra as finanças e até confere a mercadoria. Com a mulher de Beira-Mar, os policiais encontraram US\$ 200 mil. Ainda na quinta-feira, outros dez integrantes da quadrilha foram detidos em São Paulo, no Paraná e em Mato Grosso do Sul. As investigações começaram há um ano e meio. Segundo a polícia, foi comprovado que Beira-Mar continuava controlando a operação de venda de drogas mesmo depois de ter sido preso, em 2001, na Colômbia. Nesse período, ele foi transferido de penitenciária mais de dez vezes. Desde julho, está no superpresídio de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O negócio de Beira-Mar pode ter diminuído, mas não cessou. Afinal, um presídio de segurança máxima e controles rigorosos é pouco para conter o crime organizado no Brasil?

A reportagem de ÉPOCA pôde comprovar que, mesmo rígidas, as regras de um presídio VIP deixam brecha para que o crime continue sendo comandado a partir de uma cela. Pelas investigações da PF, Beira-Mar conseguiu driblar a segurança com a mesma estratégia de sempre: usar advogados como mensageiros. Não é de hoje que os serviços de “pombo-correio” dos advogados são a principal comunicação dos líderes com outros presos e com seus cúmplices fora da cadeia. Em maio de 2002, uma força-tarefa da Polícia Civil e do Ministério Público de São Paulo prendeu três advogados ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), a maior organização criminosa paulista. O próprio Beira-Mar é adepto dos pombos-correios há tempos. No começo de 2004, agentes da Polícia Federal de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, prenderam em flagrante Paulo Roberto Cuzzuol, um dos advogados do traficante. Ele foi detido em companhia da mulher, com US\$ 320 mil. Beira-Mar chegou a receber num único mês a visita de 24 advogados.

Mulheres de presos também são poderosas aliadas. Em São Paulo, além de servir como pombos-correios, elas são usadas para movimentar as contas bancárias do PCC. Elas são vistas como as melhores tesoureiras e as mais confiáveis.

No presídio de Campo Grande, onde Beira-Mar parecia inofensivo até a semana passada, fugir é tarefa impossível. ÉPOCA comprovou que cada visitante é fotografado e que a impressão de todos os dedos das suas mãos é cadastrada. Telefones celulares não passam da portaria. Dois detectores de metais e aparelhos de raios X, iguais aos instalados em aeroportos, conferem se há objetos escondidos nas solas dos sapatos. Alegando constrangimento, advogados reclamaram recentemente para a direção do presídio de “excessos de medidas de segurança”. Consideravam indigno ter de ficar descalço para entrar no presídio. A direção não aceitou as reclamações.

Hoje, há 101 detentos no presídio, considerado o mais moderno e seguro do país. Além de Beira-Mar, ele abriga a elite do crime organizado: o traficante colombiano Juan Carlos Ramirez Abadía, o bicheiro João Arcanjo Ribeiro (o Comendador) e o mentor do assalto ao Banco Central de Fortaleza, José Reinaldo Girotti (o Alemão). Para vigiá-los, 242 funcionários se revezam em turnos. Há sempre 55 agentes de plantão. Cada movimento dentro da cadeia é vigiado. Sensores de movimento e calor cobrem cada parte do prédio. Câmeras de vídeo estão espalhadas por toda a parte, exceto nas celas. Imagens de todo o prédio são acessadas simultaneamente por duas centrais de monitoramento, uma dentro do presídio e outra em Brasília.

O diretor do presídio, Severino Moreira da Silva, diz que um preso só conseguiria passar pelo esquema de segurança subornando mais de 40 funcionários, inclusive os que ficam em Brasília. Se tentar sair à força, encontrará uma série de obstáculos. Para circular entre os blocos, é preciso passar sempre por portões dispostos como gaiolas. Um agente libera um lado, enquanto o outro permanece trancado. Se os dois forem abertos simultaneamente, um sensor dispara um alarme em Campo Grande e em Brasília. Em caso de rebelião, soldados entram em ação com bombas de efeito moral e armas com balas de borracha.

Ao seguir normas rígidas de conduta, os presos perdem a posição de liderança. Andam de cabeça baixa e pedem permissão toda vez que se dirigem a um funcionário do presídio. Nas celas não há tomadas nem interruptores. A luz é acionada automaticamente às 18 horas e desligada às 22 horas. Cada detento tem direito a dois banhos por dia, nos horários em que a direção do presídio determina. A água do chuveiro é acionada de fora da cela. Da cama à mesa onde os presos fazem as refeições, tudo é de alvenaria, exceto o colchão, feito de um material antichamas. O espaço é pequeno e pouco iluminado. Quando a pesada porta de metal se fecha, uma pancada de ar bate no preso. Em seguida três barulhos secos de metal batendo indicam que a porta está sendo trancada.

A cela 62 é a do traficante Abadía. Segundo laudo psiquiátrico, ele tem claustrofobia e tendências suicidas. Para poder sair da cela, reivindica consultas com o psicólogo do presídio. Todos os dias os presos saem para o banho de sol em grupos de 13. Há atividades de lazer. Às segundas e sextas-feiras, eles jogam futebol. Às terças-feiras, xadrez, damas e dominó. Quarta-feira é dia de cinema. Os filmes da semana passada eram as comédias românticas *Casamento Grego* e *O Que Elas Pensam*. Os internos são divididos em blocos de acordo com o Estado de origem, facção, se é policial e se está em regime disciplinar diferenciado, uma espécie de castigo. De acordo com esses critérios, eles são espalhados pela prisão para que não consigam se comunicar. Mas mesmo assim os presos dão um jeito. Eles conversam através de pequenos espaços para circulação de ar. Também se falam quando vão para o banho de sol.

Para receber visitas, os presos são algemados e revistados por dois funcionários. As algemas são retiradas durante os encontros com familiares, que não podem levar alimentos ou qualquer objeto para o preso. Os visitantes que terão contato físico com o preso ficam nus e passam por uma revista em que todas as partes do corpo, inclusive as íntimas, são examinadas. Se o funcionário suspeita que o visitante esconde algo dentro do corpo, uma equipe médica é chamada para checar. Se a pessoa se recusar a fazer a revista íntima, poderá conversar com o preso através do parlatório, uma sala que separa o preso de seu interlocutor por um vidro de policarbonato, um material praticamente inquebrável. O parlatório geralmente é usado para as conversas entre os detentos e seus advogados.

Cada detento tem direito a receber visitas em um dia da semana, e elas podem ocorrer às terças ou quartas-feiras. As visitas duram três horas. Duas vezes por mês, o preso pode

usar uma hora de seu tempo para visita íntima, que acontece em salas reservadas, do lado do pátio de visitas. Foi no presídio de Campo Grande que Fernandinho Beira-Mar e Jaqueline se casaram, no dia 28 de setembro, em cerimônia celebrada por um pastor evangélico. A lua-de-mel foi na sala de visita íntima. Tão cedo o casal não se reencontrará.

### → 3 de dezembro

#### **A pista foi reprovada**

*Um laudo da PF afirma que o aeroporto de Congonhas devia ter sido fechado no dia do desastre do voo 3054*

Rodrigo Rangel

Em 18 de julho, um dia depois da tragédia com o voo 3054 da TAM em Congonhas, um jato da Polícia Federal aterrissou em São Paulo. Nele havia um grupo de peritos do Instituto Nacional de Criminalística, a divisão de perícia técnica da PF, sediada em Brasília. Quase todos engenheiros, eles passaram nove dias num quartel-general improvisado nas dependências do aeroporto de Congonhas. De lá para cá, produzem laudos técnicos para embasar o inquérito da Justiça Federal de São Paulo que investiga a tragédia. Parte do trabalho já foi incluída no inquérito, que corre sob sigilo de justiça. Ele poderá responder a uma pergunta crucial: a pista de Congonhas deveria estar fechada para pousos naquele fim de tarde, por causa da chuva? Ao contrário do que disse a Infraero, o laudo da PF, obtido por ÉPOCA, conclui que sim.

Os peritos fizeram mais de 20 testes para averiguar o coeficiente de atrito da pista nas condições de chuva em que ocorreu o acidente. O índice, representado pela letra grega  $\mu$  ( $\mu$ ), determina se o piso estava escorregadio a ponto de tornar uma aterrissagem arriscada. Para a Organização Internacional de Aviação Civil (Icao, na sigla em inglês), o coeficiente abaixo de 0,52 indica necessidade de manutenção imediata na pista. Abaixo de 0,42, o estado da pista é considerado crítico. No Brasil, a Aeronáutica adota o coeficiente de 0,50 como aceitável. Nos testes feitos pelos peritos da PF, o nível de atrito ficou aquém do padrão brasileiro em 17 ocasiões.

O aparelho usado para medir o coeficiente de atrito é chamado de Mu-meter. Em Congonhas há um deles, mas sua utilização não é freqüente. Normalmente, a Infraero usa uma técnica quase artesanal para avaliar se o aeroporto deve ou não ser fechado para pousos e decolagens. Com uma pequena régua de metal, um funcionário percorre a pista e verifica se há poças d'água com espessura superior a 3 milímetros. No dia do acidente, nem isso foi feito. O funcionário nem sequer desceu do carro. Concluiu visualmente que a água sobre o asfalto era insuficiente para interromper as operações. Menos de duas horas depois, o Airbus da TAM deslizou na pista e explodiu ao se chocar com o depósito de cargas da companhia, matando 199 pessoas.

O laudo da PF mostra ainda que a técnica da régua é falha: em todas as medições que apontaram coeficientes de atrito abaixo do limite de segurança, a lâmina d'água na pista nunca esteve maior que 3 milímetros. "*Essa prática que adotamos no Brasil é preguiçosa*", diz o brigadeiro da reserva Renato Costa Pereira, que foi duas vezes secretário-geral da Icao. Nos Estados Unidos, a legislação determina que a medição seja feita com o Mu-meter. E foi com o próprio equipamento da Infraero que os peritos chegaram à conclusão de que a pista de Congonhas estava imprópria. Ela foi reprovada também no exame de macrotextura (*leia o quadro abaixo*).

Tanto a Infraero quanto a Anac afirmam que a recém-reformada pista de Congonhas estava em condições de operar mesmo sem o grooving, as ranhuras que ajudam a escoar a água e melhorar a aderência dos pneus dos aviões. O laudo da PF contradiz essa conclusão. Nos testes feitos na pista auxiliar, com o grooving, o  $\mu$  ficou sempre acima de 0,62.

Em agosto, a Aeronáutica tentou impedir na Justiça que a PF e o Ministério Público tivessem acesso às informações levantadas pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (Cenipa), órgão da própria Aeronáutica que também investiga o desastre. Os militares argumentaram que alguns dados, se repassados, poderiam colocar em risco a segurança nacional. *“A Aeronáutica quer manter a investigação dentro de uma caixa-preta”*, diz um agente federal envolvido na apuração. Em nota, a Aeronáutica afirma: *“Nos últimos dois acidentes de grandes proporções no Brasil, as investigações do Cenipa foram prejudicadas, deixando de contar com a participação voluntária de pessoas, inibidas pela pressão imposta pelas demandas policiais”*.

A FAB afirma que não investiga acidentes para achar culpados, mas para prevenir que outros aconteçam. Quanto menos ameaçados de punição, mais os pilotos, controladores e demais envolvidos em algum acidente se sentem confortáveis para fornecer informações. Nos EUA, tragédias aéreas são investigadas por uma agência federal especializada, a National Transportation Safety Board (NTSB), mas o FBI é acionado quando há suspeita de que o acidente tenha sido criminoso. No desastre da TAM, como há um inquérito em curso, a participação da PF e do Ministério Público na investigação é obrigatória.

## → 10 de dezembro

### Aos 19 anos, ele lê mal

*Como Ítalo – o rapaz da foto –, 72% dos brasileiros ainda têm dificuldades para ler e interpretar textos*

Andréa Leal

Ítalo Santana tem 19 anos e dá aulas de violão e de teatro numa escola pública de Itaquera, na periferia de São Paulo. No momento, ele se prepara para fazer, dentro de dois meses, uma ponta numa encenação de *Hamlet*, de William Shakespeare. O papel reservado para Ítalo tem apenas duas falas, porque ele não consegue decorar textos mais longos. Apesar de estar próximo da conclusão do 3o ano do ensino médio, Ítalo também tem problemas para ler um livro até o fim. Ele já sabe que, no fim do ano, vai deixar a sala de aula com dificuldades para interpretar e relacionar as informações que lê.

Ítalo não é um caso isolado. Um levantamento do Instituto Paulo Montenegro, ligado ao Ibope, e da ONG Ação Educativa, obtido em primeira mão por ÉPOCA, revela que 45% dos brasileiros com o ensino médio completo têm apenas o nível básico de alfabetização. Em toda a população, esse número é 40%. *“Eles não são analfabetos porque lêem. Mas têm dificuldade de entender se a informação não estiver clara, explícita; não conseguem fazer inferências e relações complexas”*, afirma Ana Lúcia Lima, diretora-executiva do Instituto e coordenadora da pesquisa. Em nações com maior desenvolvimento educacional, as pessoas estão em geral plenamente alfabetizadas ao fim do ensino fundamental.

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é medido desde 2001. Ele avalia o nível de conhecimento de português e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, estejam ou não na escola. Nesse período, o Inaf, à semelhança de outros levantamentos,



detectou avanços na ampliação do acesso dos brasileiros à escola. Houve uma queda no número de analfabetos absolutos, os incapazes de escrever o próprio nome. Eram 11% entre 2004 e 2005. Caíram para 7% neste ano. "As medidas para colocar mais gente na escola estão dando resultado", diz Ana Lúcia. "Mas a melhora é muito lenta. Nessa velocidade, vamos sacrificar mais duas gerações."

O caminho recomendado pelos especialistas é acelerar os investimentos na qualidade. "É preciso melhorar a infra-estrutura das escolas e a qualificação dos professores", afirma Célio da Cunha, pesquisador da Unesco. Os problemas enfrentados por Ítalo reforçam esse diagnóstico. Apesar de aprovado pela escola, ele repetiu a 3ª série do ensino fundamental a pedido de sua mãe, porque acabou o ano sem ter aprendido a fazer contas básicas. "Muitos professores faltam e outros simplesmente não dão a matéria", diz ele. Ítalo não pretende fazer faculdade e quer tentar uma vaga no curso de formação de metalúrgicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Sabe que poderá enfrentar dificuldades em entrevistas de emprego. Mas não perdeu a esperança de conseguir ler um livro até o final. "Se um dia eu me sentar na frente de um livro e ficar até terminar, consigo", afirma. Essa batalha agora será só dele, porque os anos de escola já acabaram.

## Anexo B – Revista *Veja*

→ 4 de julho

### O dinheiro era para subornar

*Joaquim Roriz usou dinheiro de Nenê Constantino para pagar propina a juízes*

Diego Escosteguy

O senador Joaquim Roriz, flagrado em uma conversa telefônica combinando a partilha de 2,2 milhões de reais, finalmente subiu à tribuna para explicar-se na semana passada. Com um discurso pronunciado à semelhança de Odorico Paraguaçu, o inesquecível personagem de folhetim que encarnava o aspecto folclórico da política, Joaquim Roriz repetiu o que dissera antes – só que, da tribuna, adicionou algumas lágrimas e muita retórica. "Quem em sua vida nunca pediu um empréstimo a um amigo?", disse. "Será que um senador não poderia pedir um empréstimo a um amigo de longa data?", repetiu. "Imaginem se pedir dinheiro emprestado é falta de decoro. Meu Deus! A que ponto chegamos?" No discurso, Roriz disse que pediu 300.000 reais ao seu amigo e empresário Nenê Constantino, dono da Gol Linhas Aéreas, para pagar uma bezerra. Constantino entregou um cheque de 2,2 milhões, Roriz sacou o dinheiro, reteve 300.000 reais e devolveu o restante, 1,9 milhão, ao empresário. A novidade é que, se parte do dinheiro foi mesmo usada para pagar uma bezerra, outra parte teve destino explosivo – serviu para subornar juízes do Tribunal Regional Eleitoral que livraram Roriz de cassação em 2006.

Na semana passada, VEJA conversou com um político que priva da intimidade do senador e que ouviu a confissão do pagamento da propina do próprio senador – e não de terceiros. Ele conta que, no começo de fevereiro passado, Joaquim Roriz recebeu seu suplente, o ex-deputado distrital Gim Argello, em sua casa. Conversaram sobre os boatos de que a decisão pró-Roriz do TRE teria sido comprada. A certa altura, travou-se o seguinte diálogo:

**Argello** – O Agnelo (*refere-se a Agnelo Queiroz, ex-ministro e candidato derrotado ao Senado*) me disse que a decisão foi comprada. É isso mesmo?

**Roriz** – É isso mesmo. Achei que o processo não ia dar em nada, mas tivemos de resolver. Tivemos de comprar dois.

Conforme o relato do político que detalhou o assunto a VEJA sob a condição de manter-se anônimo, "comprar dois" significa subornar dois juízes do TRE. Na mesma conversa, Roriz lembrou ao interlocutor que o mandato de senador também lhe pertencia. "O mandato também é seu, você precisa me ajudar", apelou. "Tem de levantar 1,2 milhão", detalhou. Roriz não explicou se 1,2 milhão de reais era o valor total da propina dos dois juízes ou se era a parte que faltava pagar. A solução não demorou a surgir. No dia 13 de março, conforme aparece no diálogo telefônico capturado pela polícia, Roriz descontou o cheque de 2,2 milhões de Nenê Constantino e, sabe-se agora, repassou pelo menos 1,2 milhão aos juízes subornados. Isso explica por que, na conversa grampeada, Roriz se recusa a receber o dinheiro em sua própria casa, num carro-forte, e explica que a partilha dos recursos envolve outras pessoas. "O dinheiro é de muita gente", diz ele.

O caso que livrou Roriz da cassação foi julgado em 23 de outubro, mas começou no dia 19 de setembro, quando o Ministério Público o acusou de uso político da máquina pública do governo do Distrito Federal. Na época, Roriz deixara o cargo de governador para concorrer ao Senado, e a estatal de abastecimento de água, a Caesb, mudara em propagandas seu número de atendimento telefônico de 115 para 151 – número de Roriz nas urnas. O placar do julgamento no TRE estava em 3 a 2 contra Roriz. Um juiz pediu vistas e, dias depois, quando a sessão foi retomada, votou a favor de Roriz, cravando um empate em 3 a 3. Antes que o presidente do tribunal desse seu voto de Minerva, um dos juízes que votaram contra Roriz subitamente mudou de idéia. Com isso, Roriz livrou-se da cassação por 4 a 2. A virada no placar teria custado pelo menos 1,2 milhão de reais. Procurado por VEJA, o suplente Gim Argello confirmou o encontro com Roriz, mas disse que não faria comentários a respeito de pagamento de propina.

Na versão oficial de Roriz, a sobra de 1,9 milhão não virou propina para ninguém. Foi devolvida ao empresário Nenê Constantino. VEJA perguntou ao empresário o que ele fez com o 1,9 milhão de reais, mas o empresário não respondeu. Roriz, por sua vez, alega que os 300 000 reais foram usados para pagar uma bezerra, de 271 000 reais, e a sobra de 29 000 reais foi emprestada a Benjamin Roriz, seu primo, que estava com problemas de saúde na família. O problema de Roriz é que a nota fiscal que supostamente comprova o pagamento de 271.000 pela bezerra está crivada de mistérios. A nota foi emitida no dia 1º de março, o bicho foi entregue no dia 3 e o pagamento foi feito apenas no dia 14. Por que alguém entrega a mercadoria e a nota antes de receber o dinheiro? Além disso, a nota informa a venda de "04" animais, mas na versão de Roriz foi apenas uma bezerra.

Mais: na nota consta o pagamento de 532.000 reais, mas Roriz diz que obteve um desconto de 50%. O vendedor confirma. "Ele chorou muito e eu dei o desconto de 50%", diz o pecuarista Márcio Serva. Mas fica a pergunta: por que o vendedor faz uma nota com um valor superior ao real? Para pagar mais imposto? Márcio Serva não soube explicar. Por fim, a nota fiscal distribuída à imprensa vem com um cabeçalho de fax em que se lê a data de

30 de maio de 2005. Com base nessas informações, deduz-se que nessa data a nota foi enviada da empresa de Roriz para algum outro lugar – o que sugere que a nota, apresentada como sendo de agora, é muito mais antiga. Isso é fraude. Os assessores de Roriz dizem que o fax estava com defeito e informava data e hora incorretas. Apesar do acúmulo de inconsistências a respeito da nota fiscal, ainda assim não há evidência concreta de que o negócio de 271.000 reais não tenha sido feito. O que parece certo é que a parte do leão do dinheiro, o 1,9 milhão de reais restantes, não foi para as mãos do empresário Nenê Constantino, mas acabou azeitando o propinoduto de Roriz. Haverá mais lágrimas e mais retórica.

→ 4 de julho

### **Ele não larga o osso**

*Silvio Pereira, aquele do Land Rover, acusado de tráfico de influência, continua no ramo de captação de recursos*

Camila Pereira e Naiara Magalhães

O verbete Silvio Pereira ocupa lugar de destaque na enciclopédia dos escândalos que marcaram o primeiro mandato do presidente Lula. Secretário-geral do PT até 2005, ele deixou o posto depois que se descobriu que havia aceitado um carro da marca Land Rover de presente da empreiteira GDK. A empresa tinha contratos com a Petrobras, então notória área de influência do grupo do ex-ministro José Dirceu, do qual Silvinho, como é conhecido, fazia parte. Denunciado pelo Ministério Público por formação de quadrilha, peculato e corrupção, Silvinho (que a partir daí ganharia o sobrenome gaiato de "Land Rover Pereira") foi apontado pelo procurador-geral da República Antonio Fernando Souza como peça-chave no esquema de "indicações políticas espúrias" para altos cargos no governo federal. Hoje, o ex-secretário-geral do PT é um empresário. Em julho do ano passado, ele abriu uma firma no ramo de eventos, chamada DNP, juntamente com sua mulher e um irmão. O negócio vai de vento em popa.

VEJA teve acesso a documentos que mostram que, de janeiro a abril deste ano, mais da metade do faturamento da DNP, de cerca de 90.000 reais, veio, indiretamente, da... Petrobras. Como Silvinho operou esse milagre? Os 55.000 reais que a DNP embolsou da estatal nos primeiros meses do ano se referem a uma suposta participação no projeto Cinemastra de Verão, patrocinado pela petrolífera. O evento, uma exibição de filmes nacionais ao ar livre, ocorreu em fevereiro, na Praia de Camburi, em Vitória, no Espírito Santo. Oficialmente, as empresas que o idealizaram e executaram foram a TGS Consultoria e a Central de Eventos e Produções, ambas de propriedade de um mesmo dono, Julio Cesar dos Santos. Foi em nome dessas duas empresas que a DNP emitiu as notas fiscais que lhe permitiram receber, em três parcelas, os 55.000 reais da Petrobras. Nas notas, atribuem-se à empresa de Silvinho a "coordenação e produção" da mostra. A Petrobras, por meio de sua assessoria de imprensa, informa que não tinha conhecimento da participação da DNP de Silvinho na mostra e adianta não possuir "ingerência sobre profissionais ou empresas contratados para execução de projetos patrocinados pela empresa".

O empresário Julio Cesar dos Santos, dono da TGS e da Central de Eventos, foi diretor da empresa municipal de São Paulo Anhembi Turismo, hoje SPTuris, na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy. As conexões entre as suas empresas e a de Silvinho não se resumem à mostra de cinema bancada pela Petrobras. O restante do faturamento da DNP até abril deste ano também foi resultado de serviços prestados à Central de Eventos e à TGS. Além das relações comerciais, existem outros indícios que apontam para uma estreita proximidade entre as três empresas: a gerente administrativa da Central de Eventos, Vivian Perpétuo, acumula o posto de secretária de Silvio Pereira. Além disso, durante pelo menos oito meses, a Central de Eventos e a DNP compartilharam a mesma sede. Por último, há o fato de que Deborah Neistein, mulher de Silvinho e sócia apenas da DNP, contratou serviços gráficos em nome da Central de Eventos.

Três especialistas em direito comercial ouvidos por VEJA afirmam que esses detalhes sugerem que as empresas são, na verdade, uma só. Ou que, pelo menos, são sócias – apesar de o nome de Silvio Pereira figurar formalmente apenas no contrato social da DNP. Os especialistas ouvidos explicam que esse tipo de "arranjo comercial" pode ser feito com as seguintes intenções: 1) burlar o Fisco, para pagar menos impostos; 2) fraudar ou obter vantagens em processos de licitação, já que, para impedir favorecimento, os processos públicos de concorrência costumam estabelecer valores máximos de contrato com uma única empresa; 3) manter no anonimato um sócio que, por interdições legais ou éticas, não deve aparecer em determinados contratos. Pelo menos no último caso, é certo que a situação interessaria a Silvinho.

Os bons negócios do ex-secretário-geral do PT no ramo empresarial já têm reflexos no patrimônio da família. Quando deixou o cargo no partido, com um salário de 9.000 reais mensais, Silvio Pereira se viu obrigado a devolver o Land Rover que havia ganhado de presente da GDK. Agora, sua mulher, Deborah, chega para trabalhar na DNP (sempre depois das 14 horas, nunca além das 18 horas) a bordo de um Corolla Fielder prata, ano 2007 – carrão que custa 70.000 reais. Há outros dois automóveis em nome de Deborah. O casal mantém o apartamento que já possuía em São Paulo e a casa de praia de Ilhabela, avaliada em 650.000 reais. Ao desfiliar-se do PT, depois do caso do Land Rover, Silvinho anunciou que se tornaria apenas "um lutador social e um militante das causas populares" e que, para sobreviver, transformaria sua casa de Ilhabela numa pousada. Até agora, no entanto, nada indica que o ex-secretário-geral do PT esteja interessado em se dedicar ao ramo da hotelaria ou das causas populares. Bom mesmo, ao que parece, é cuidar de eventos em causa própria.

**→ 11 de julho**

### **Negócios milionários**

*Nos últimos anos, a fortuna de Renan Calheiros e de sua família não pára de crescer. Somente uma transação com a cervejaria Schincariol rendeu 17 milhões de reais de lucro aos Calheiros, num negócio crivado de estranhezas*

Otávio Cabral

O senador Renan Calheiros já presidiu mais de dez sessões do Senado desde que veio a público a revelação de suas relações promíscuas com um lobista de empreiteira. Nenhuma delas, porém, foi tão devastadora quanto a sessão de terça-feira passada. Durante duas horas e cinquenta minutos, dezessete senadores pediram a palavra – e quinze exortaram Renan Calheiros a se afastar da presidência do Senado. Os pedidos em série começaram depois que o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, informou que seu partido decidira pedir o afastamento de Calheiros, tornando-se assim o quarto partido no Senado a fazê-lo. "A posição decidida pelo PSDB é sugerir, e desta vez olhando nos seus olhos, que se afaste da presidência do Senado até o momento final das investigações", disse Arthur Virgílio, dirigindo-se a Renan Calheiros. Daí em diante, outros senadores, de sete partidos diferentes, engrossaram o coro. Sentado à cadeira de presidente, com o semblante constrangido mas simulando frieza, Calheiros falou duas vezes na sessão. Em ambas, disse que não arredaria pé do cargo e chegou a afirmar que não sabia nem do que era acusado.

"É de quebra de decoro", gritou, do plenário, o senador Demostenes Torres, do DEM de Goiás. Rememorando: Calheiros é suspeito de pedir a Cláudio Gontijo, lobista da Mendes Júnior, para pagar a pensão e o aluguel da jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha de 3 anos. Para defender-se da suspeita, o senador apresentou um calhamaço de documentos dizendo que lucrara 1,9 milhão de reais nos últimos quatro anos. Com isso, queria provar que tinha dinheiro para pagar à jornalista. Os documentos, porém, eram inconsistentes e acabaram mostrando a excepcional evolução do seu patrimônio – estimado hoje em 10 milhões de reais. A papelada revelou que o senador não tinha fazenda nem gado até 2002 e, nos últimos quatro anos, subitamente se mostrou um notável sucesso como pecuarista. Na semana passada, VEJA encontrou outro negócio no qual os Calheiros merecem medalha de ouro. Trata-se de uma fábrica de tubaína, construída em 2003, que, nas avaliações mais otimistas, vale menos de 10 milhões de reais. Em maio do ano passado, porém, os Calheiros conseguiram vendê-la à Schincariol, a segunda maior cervejaria do país, por 27 milhões de reais. Um negócio estupendo.

Em 2003, o deputado Olavo Calheiros, irmão do senador, resolveu abrir a Conny Indústria e Comércio de Sucos e Refrigerantes, em Murici, no interior de Alagoas, terra natal dos Calheiros. Ganhou, de graça, um terreno de 45.000 metros quadrados, avaliado em 750.000 reais. O doador foi a prefeitura de Murici, na época comandada por Remi Calheiros, irmão de Olavo e Renan. A prefeitura também deu à fábrica isenção por três anos no pagamento de água, insumo essencial para uma fábrica de refrigerantes. Com terreno e água de graça, Olavo bateu à porta do Banco do Nordeste, o BNB, e conversou com o gerente José Expedito Neiva Santos, que fez gestões junto ao BNDES para conceder ao deputado um empréstimo de 6 milhões de reais, com vencimento em vinte anos. O gerente Expedito Santos aceitou, como garantia do empréstimo, a escritura de uma fazenda que o Ministério Público suspeita ser falsificada. Concluído o empréstimo, o gerente, por indicação de Renan Calheiros, foi promovido a superintendente estadual do BNB em Alagoas.

Com fábrica instalada, água e terreno de graça e dinheiro para pagar em duas décadas, a Conny, ainda assim, foi um completo fracasso. Três anos depois, só vendia refrigerantes na região de Murici. Tinha apenas 0,1% do mercado nordestino. Devia 150.000 reais em contas de luz, não pagava o empréstimo e já devia 9,9 milhões de reais ao BNDES. A situação era tão lamentável que a fábrica recorria contra dívidas irrisórias. Entrou com ação judicial para

não pagar a anuidade de 1.600 reais ao Conselho Regional de Química. Também foi à Justiça para não pagar 3.600 reais por ano de taxa de fiscalização ao Ibama, o órgão que cuida do meio ambiente. Sofria até ação de cobrança do Inmetro, que fiscaliza o padrão e a qualidade dos produtos no país. O Inmetro cobrava 900 reais da fábrica dos Calheiros. Com as contas no vermelho e prestes a fechar as portas, a fábrica conseguiu ser negociada por 27 milhões de reais. Olavo pagou as dívidas – e embolsou 17 milhões de reais, limpinhos, conforme a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que autorizou o negócio.

Na época, a Schincariol explicou que comprara a fábrica para expandir sua presença no mercado nordestino. Pagou um preço exorbitante. Um especialista no setor ouvido por VEJA diz que se constrói uma fábrica semelhante à da Conny com 10 milhões de reais – menos da metade do que a Schincariol desembolsou. Em junho passado, a mesma Schincariol comprou a Indústria de Bebidas de Igarassu, no interior de Pernambuco, que fabrica a cerveja Nobel. A Igarassu é maior do que a fábrica dos Calheiros, tem 10% do mercado de Pernambuco e capacidade para produzir 5 milhões de litros por mês, contra 4,5 milhões da fábrica dos Calheiros. Ainda assim, mesmo sendo maior e mais importante, a Igarassu saiu por 10 milhões de reais. Em janeiro passado, a cervejaria Baden Baden, de Campos do Jordão, no interior paulista, famosa por fabricar cerveja artesanal, também foi adquirida pela Schincariol. A Baden Baden faturava 5,5 milhões por ano e vinha aumentando sua participação no mercado de produtos sofisticados. Saiu por 30 milhões de reais, apenas um pouco a mais do que a Conny dos Calheiros. A pergunta que fica é: por que a Schincariol pagou tanto à família Calheiros?

As atividades do senador Renan Calheiros em Brasília podem ser uma pista. Depois que a fábrica em Murici foi vendida, o senador interessou-se pelas dificuldades da Schincariol em Brasília, já que, um ano antes, seus cinco dirigentes haviam sido presos pela Polícia Federal sob acusação de sonegação de 1 bilhão de reais. O senador esteve pelo menos três vezes no Ministério da Justiça para saber dos desdobramentos da Operação Cevada, que prendeu os donos da cervejaria. Também andou visitando a cúpula do INSS, que planejava executar dívidas previdenciárias de cerca de 100 milhões de reais da Schincariol. As dívidas, como que por mistério, não foram executadas até hoje. Ou melhor: o INSS executou, sim, mas apenas uma dívida de 49.700 reais. Renan Calheiros andou, também, pela Receita Federal, onde chegou a falar sobre uma multa milionária que o órgão aplicaria à Schincariol. Sabe-se lá por quê, até hoje a empresa não sofreu multa milionária nem a cobrança do 1 bilhão de reais sob suspeita de sonegação. Melhor que isso: a Receita, em vez de manter a contabilidade da dívida centralizada, pulverizou-a pelos seis estados onde a Schincariol tinha fábrica na época. Isso complica e retarda uma cobrança de dívida.

Na semana passada, depois da sessão do Senado em que os parlamentares pediram o afastamento de Renan Calheiros, o Conselho de Ética voltou a trabalhar, escolhendo três relatores para o caso. Decidiram completar a perícia da Polícia Federal sobre a papelada dos negócios do senador e analisar a evolução do seu patrimônio. A venda da fábrica em Murici, formalmente, está fora da investigação porque foi um negócio do deputado Olavo Calheiros, e não do senador. No entanto, os negócios de ambos se entrecruzam o tempo todo. Um compra fazenda do outro. Um arrenda terras para o outro. O gado de um anda na fazenda do outro, e vice-versa. Os dois também se revezam no Congresso quando se trata de

despejar dinheiro na obra do Porto de Maceió, tocada pela empreiteira Mendes Júnior. Em 2001, 2002 e 2003, o deputado fez emendas para a Mendes Júnior. Nos anos seguintes, 2004 e 2005, foi a vez do senador. Sob esse aspecto, a modesta fábrica de tubaína em Murici que conseguiu ser negociada por 27 milhões de reais poderia despertar a atenção dos membros do Conselho de Ética. A suspeita que o negócio desperta é a seguinte: será que, além de usar o lobista da Mendes Júnior, o próprio senador Renan Calheiros se converteu num lobista da cervejaria Schincariol? Ninguém sabe, mas há duas certezas na história. Uma delas é que a cervejaria tem apreço pela família Calheiros, tanto que foi a principal financiadora da campanha do deputado Olavo Calheiros e do seu outro irmão, o deputado Renildo Calheiros. Ambos receberam 200.000 reais da empresa. A outra certeza é que os irmãos atuam como líderes da bancada da cerveja, composta de 41 parlamentares que defendem os interesses do setor. A Schincariol diz que vai começar em breve a fabricar o suco Skinka em Murici, mas prefere não fazer nenhum comentário sobre sua relação com o senador Renan Calheiros e seus irmãos deputados.

## → 18 de julho

### **Um buraco chamado Sivam**

*O sistema que custou 1,7 bilhão de dólares vive em pane, traz riscos para a aviação e não é capaz de vigiar a Amazônia*

Leonardo Coutinho

O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) foi criado em 1997 para que a Aeronáutica pudesse monitorar o espaço aéreo da Amazônia. O governo investiu 1,7 bilhão de dólares para que o sistema fosse capaz de controlar as rotas de jatos comerciais, o percurso de aeronaves militares, detectar aviões de traficantes e contrabandistas que entram no país, mensurar a devastação ambiental e até mesmo levar telefone a povoados isolados. Em 2002, os dados dos seus radares passaram a ser partilhados pelo Cindacta 4, que cuida do tráfego aéreo no norte do país, e pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que monitora as florestas. A confiabilidade do Sivam foi colocada em xeque pela primeira vez há dez meses, quando o vôo 1907 da Gol colidiu com o jato Legacy. As investigações mostraram que, embora o sistema não tivesse contribuído para a ocorrência, havia buracos negros no céu da Amazônia – áreas que os radares não alcançam. Desde então, VEJA visitou seis instalações do Sivam, entrevistou controladores de vôo, militares, pilotos, reuniu fotografias, gravações e documentos confidenciais sobre o sistema. A conclusão a que se chega a partir desse material é estupeficante: o Sivam é incapaz de vigiar a Amazônia.

O sistema não opera em condições minimamente aceitáveis para a aviação comercial nem para fins militares. Seus radares sofrem panes constantes. Quando isso acontece, as telas mostram aviões que não existem e informam de forma errada o rumo e a velocidade das aeronaves que estão, de fato, no espaço aéreo. Um relatório da Aeronáutica obtido por VEJA revela que, no início da década, essas panes eram toleradas, porque "poucas aeronaves voavam na região". Desde então, o tráfego aéreo aumentou e a frequência das falhas também. Um exemplo do risco pelo qual passam as pessoas que sobrevoam a Amazônia é o episódio ocorrido em 27 de março último, na sede do Cindacta 4, em Manaus. Por vinte segundos, o console de controle de vôos indicou que um Airbus A330 da TAM havia colidido

no ar com um Boeing 737-800 da Gol entre as cidades de Sinop, em Mato Grosso, e Cachimbo, no Pará. Antes de indicar o desastre, o sistema apontou mais de 100 mudanças repentinas de velocidade, proa e altitude, como se os jatos fizessem acrobacias. Todas as informações eram falsas, inclusive a do acidente. Mas, quando o alarme soou, o controlador de vôo que monitorava os aviões entrou em choque. "O perigo está em um controlador ignorar um perigo real, devido à constante sinalização de alarmes falsos", alerta o documento do Comando da Aeronáutica.

Em 19 de abril, menos de um mês depois, o sistema voltou a entrar em colapso. Dos 25 radares da Amazônia, dezesseis apresentavam falhas graves. Os defeitos foram expostos em uma reunião dos controladores de vôo do Cindacta 4. Um deles filmou o encontro (*assista em [www.veja.com.br/videos](http://www.veja.com.br/videos)*). Em situações em que os equipamentos não funcionam, como naquele dia, o Sivam (que, lembre-se, custou 1,7 bilhão de dólares) entra no que se chama "operação não-radar": os aviões passam a sobrevoar a Amazônia quase que completamente às cegas e são guiados apenas por rádio. Essas falhas no sistema de controle aéreo têm as causas mais variadas, que vão desde a falta de regulação dos radares até as fortes chuvas que atingem a região e interferem na transmissão de dados.

Além dos riscos que oferece à aviação comercial, o Sivam é completamente ineficiente para fins de defesa aérea. Os radares não são capazes de acompanhar a rota de aeronaves que trafegam abaixo de 3.000 metros. Nessa altitude, os aviões só são detectados se voarem sobre os radares. Isso ocorre porque a área de cobertura dos radares têm amplitude restrita (*veja o quadro*). Como monomotores e bimotores, os aviões preferidos por traficantes e contrabandistas, geralmente voam em baixa altitude, o sistema não consegue flagrar o trânsito de mercadorias ilícitas na Amazônia. O major-brigadeiro Álvaro Pinheiro da Costa, vice-diretor do Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea), reconhece o problema: "Com a ajuda de um GPS, pilotos de aeronaves ilegais conseguem voar em altitudes que tornam impossível detectá-los". O Comando da Aeronáutica chegou a armar um esquadrão de aviões supertucanos com mísseis para interceptar e, eventualmente, derrubar os aviões dos invasores. Mas, como o sistema é incapaz de identificá-los, o esquadrão nunca interceptou nenhuma aeronave. Por falta de uso, a maior parte dos supertucanos acabou sendo transferida da Amazônia para Goiás.

A Aeronáutica calcula que, para cobrir todo o espaço aéreo da Amazônia, seria necessário instalar mais 625 radares, além dos 25 que já estão em operação. Como isso é muito caro, os militares apelaram para uma gambiarra: deslocaram os radares existentes para cidades nas quais se vende combustível de aviação. Com essa medida, conseguem rastrear pequenos aviões que fazem rotas legais. Isso não coíbe, porém, o tráfego de aeronaves de criminosos, que se abastecem em bases clandestinas. Além de operar com radares quebrados e incapazes de flagrar invasores, o Sivam sofre com o abandono. Em Tabatinga, cidade amazonense que faz fronteira com a Colômbia e é uma das principais portas de entrada de cocaína no Brasil, foi erguida uma base do sistema para ajudar no patrulhamento da região. Ela deveria receber informações dos radares e repassá-las à Polícia Federal. O governo construiu um prédio, comprou equipamentos eletrônicos, mas alguém se esqueceu de instalar a antena para receber o sinal de satélite. Resultado: a base foi abandonada.



Os terminais de comunicação instalados em pontos remotos da floresta, como aldeias indígenas, comunidades isoladas e postos de fronteira, tiveram a mesma sorte. Os Vsats, compostos de telefone e computador com conexão à internet via satélite, deveriam servir de canal de comunicação para que índios, ribeirinhos e policiais que trabalham no interior informassem problemas como crimes ambientais e tráfico de drogas. Dos 665 aparelhos instalados, pelo menos 400 estão fora de operação. Esquecido, mal administrado e cheio de defeitos, o Sivam está prestes a entrar no folclore. Já caminha a passos largos para se tornar o curupira do século XXI: muitos ouviram falar, uns dizem que já viram, mas ninguém põe a mão no fogo pela sua existência.

## → 8 de agosto

### **Sociedade Secreta**

*O presidente do Senado, Renan Calheiros, usou laranjas e pagou vivo, parte em dólares, para virar sócio oculto de uma empresa de comunicação em Alagoas*

Alexandre Oltramari

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, é um homem milionário. Dono de fazendas, casa na praia, apartamento, carros de luxo e os valorizados bois de Murici, seu patrimônio oficial é estimado em cerca de 10 milhões de reais. Descobriu-se agora que a fortuna do senador é ainda maior. Além de pecuarista, Renan é um empresário emergente do ramo das comunicações. Ele é dono de duas emissoras de rádio em Alagoas que valem cerca de 2,5 milhões de reais e, até dois anos atrás, foi sócio de um jornal diário cujo valor é de 3 milhões. Pouca gente em Alagoas conhece essas atividades do senador. E por uma razão elementar: os negócios de Renan são clandestinos, irregulares, forjados de modo a manter o anonimato dos envolvidos. Para que isso fosse possível, a compra das emissoras de rádio e do jornal foi colocada em nome de laranjas, formalizada por meio de contratos de gaveta e paga com dinheiro vivo – às vezes em dólares, às vezes em reais. Tudo feito à margem da lei, com recursos de origem desconhecida, a participação de funcionários do Senado e, principalmente, visando a garantir que a identidade do verdadeiro dono, o senador Renan Calheiros, ficasse encoberta.

VEJA teve acesso a documentos que mostram como o senador criou uma empresa de comunicação, incorporou emissoras de rádio e escondeu tudo isso da Receita Federal, da Justiça Eleitoral e do Congresso Nacional. No fim de 1998, Renan Calheiros planejava se candidatar ao governo de Alagoas nas próximas eleições, mas encontrava resistências, principalmente de um ex-aliado, o ex-presidente Fernando Collor, que lhe fazia uma oposição implacável em suas emissoras de rádio, TV e por meio do maior jornal do estado, a *Gazeta de Alagoas*. Renan Calheiros soube que outro empresário do ramo, Nazário Pimentel, estava querendo se desfazer de um jornal e de uma rádio e vislumbrou a possibilidade de montar seu próprio império de comunicação, comprando o grupo O Jornal, que detinha a concessão de uma rádio, a atual Rádio Correio, e o segundo jornal mais lido do estado, *O Jornal*. O grupo estava avaliado em 2,6 milhões de reais. Como o valor era alto demais, Renan Calheiros decidiu procurar um sócio para a empreitada. O escolhido foi o usineiro João Lyra, sogro de Pedro Collor, cujas denúncias acabaram resultando no impeachment do

irmão Fernando Collor. Lyra gostou da idéia. Calheiros e Lyra fizeram um acordo pelo qual cada um entraria com a metade. Renan, portanto, ficou de pagar 1,3 milhão de reais – mais do que o patrimônio total que ele declarava possuir à época. Como Calheiros não tinha todo o dinheiro disponível no momento, ficou combinado que o usineiro lhe emprestaria 700.000 reais, quantia que o senador, depois, saldaria em parcelas mensais.

Renan Calheiros cumpriu o que foi acertado e saldou a dívida ao longo de 1999. Mas nunca usou banco, cheques ou transferências eletrônicas. A exemplo do que fez no caso do pagamento da pensão de sua filha, quando pediu o apoio de um lobista de empreiteira, ele, de novo, utilizou como tesoureiro um intermediário com envelopes cheios de dinheiro. Dessa vez, o pagador das mensalidades foi o assessor legislativo Everaldo França Ferro, funcionário de confiança do gabinete do senador. O assessor fez entregas em dinheiro vivo que totalizaram 700.000 reais. Na maioria das vezes, Everaldo Ferro fez os pagamentos em Brasília, mas houve casos em que marcou encontros em São Paulo e em Alagoas. As entregas não tinham regularidade absoluta. Renan Calheiros chegava a atrasar dois meses. Certa vez, pediu paciência ao sócio Lyra, justificando que o dinheiro estava vindo do Rio Grande do Sul. Indício de que havia alguém financiando a empreitada do senador? Talvez. Chama atenção também a moeda utilizada por Renan Calheiros. "O dinheiro às vezes chegava em dólares, às vezes em reais", confirma um dos envolvidos na negociação. Procurado, Everaldo Ferro não quis dar entrevista. Lotado no gabinete de Renan Calheiros há anos, o assessor é responsável pela agenda política do senador junto aos ministérios. Em outras palavras, ele acompanha a liberação de emendas, marca audiências, conversa com empreiteiros. Por causa dessa desenvoltura, o assessor está às voltas com a Polícia Federal. Everaldo Ferro foi flagrado conversando com o empreiteiro Zuleido Veras, da Gautama, o amigo de Renan Calheiros que foi preso sob a acusação de corrupção e fraude em licitações. A polícia suspeita que os dois falavam da liberação de dinheiro para uma obra-fantasma em Alagoas.

Com os 700.000 reais emprestados do usineiro, Renan Calheiros precisava conseguir os 650.000 reais restantes. Não se sabe de onde saiu o dinheiro, mas seu portador foi o empresário Tito Uchôa, primo do senador. Entre março e junho de 1999, Tito Uchôa levou os 650.000 reais ao dono do grupo O Jornal, Nazário Pimentel, em quatro parcelas, sendo a primeira de 350.000 reais e três outras de 100.000 reais cada uma, conforme cópias de recibos obtidos por VEJA. Em um dos recibos, datado de março, está descrito que o pagamento é pela cessão de cotas da Empresa Editora O Jornal e da Rádio Manguaba do Pilar, atual Rádio Correio dos Calheiros. Será que os 650.000 reais pertenciam ao empresário e primo Tito Uchôa? Na ocasião, Tito Uchôa nem empresário era. Dava expediente na Delegacia Regional do Trabalho e tinha um salário de 1 390 reais. Fora as referências à origem geográfica do dinheiro – o Rio Grande do Sul –, Renan Calheiros nunca comentou nada sobre a fonte de tantos recursos. Dessa forma, com um contrato de gaveta, laranjas e pilhas de dólares e reais em envelopes pardos, o senador iniciou sua incursão no mundo empresarial das comunicações.

A sociedade secreta de Renan Calheiros e João Lyra era ambiciosa. Usando a influência política que tinha no governo federal, Renan planejou montar uma rede de emissoras espalhadas por Alagoas a partir das outorgas de concessões públicas que suas relações conseguiriam garimpar em Brasília. Para servir como uma espécie de holding do grupo e ao

mesmo tempo manter o anonimato, eles criaram a JR Radiodifusão - "J" de João e "R" de Renan -, que seria a dona das novas concessões que viriam de Brasília. Apesar de a empresa ter as iniciais dos dois, os donos oficiais eram laranjas. Da parte do senador, o laranja era Carlos Ricardo Santa Ritta, funcionário de seu gabinete em Brasília e ex-tesoureiro de sua campanha. Da parte de João Lyra, o representante era o corretor de imóveis José Carlos Paes, seu amigo de Maceió. A sociedade durou até março de 2005. Divergências na maneira de administrar o grupo levaram Renan Calheiros e João Lyra a se separar. O usineiro ficou com *O Jornal* e Renan Calheiros, com a Rádio Correio e a empresa JR Radiodifusão. As evidências sobre o patrimônio oculto do senador percorrem caminhos oficiais a partir da separação.

Documentos registrados na Junta Comercial de Alagoas revelam que, em março de 2005, quando se deu o fim da sociedade, o corretor José Carlos Paes, o representante de João Lyra, deixa a JR. Em seu lugar, Renan Calheiros coloca o primo e empresário Tito Uchôa, o mesmo que servira de pombo-correio do negócio original. Dois meses depois, nova alteração contratual. Carlos Santa Ritta, o laranja-funcionário do gabinete, transfere sua participação na JR para Renan Calheiros Filho, o Renanzinho, filho do senador. Como estava previsto desde o início, a interação dos negócios empresariais do senador Calheiros com a política deu resultados. Em junho do ano passado, o Ministério das Comunicações liberou à JR a concessão de uma rádio FM para operar na cidade de Joaquim Gomes, no interior de Alagoas. É a Rádio Porto Real. A outorga foi aprovada pelo Congresso, presidido por Renan Calheiros, no dia 13 de abril deste ano. Apesar de ter o filho do senador e o primo do senador como sócios na época da concessão, a JR continua até hoje registrada no Ministério das Comunicações em nome dos laranjas José Carlos Pacheco Paes e Carlos Ricardo Nascimento Santa Ritta. Ou seja, do ponto de vista formal, o Ministério das Comunicações e o Congresso concederam uma rádio FM a duas pessoas sem nenhuma relação familiar com o senador Renan. Na prática, a sociedade montada com dólares obtidos sabe-se lá como e oriundos de sabe-se lá onde e que hoje pertence oficialmente ao filho e ao primo do senador é bem tratada pelo Congresso presidido pelo senador. Antes disso, em dezembro do ano passado, o governo federal concedera à JR uma outorga para operar uma emissora FM na cidade de Água Branca, também em Alagoas. A autorização foi rejeitada pela Câmara dos Deputados por falhas na documentação e devolvida ao Executivo. Assim, ao menos por enquanto, Renan Calheiros é proprietário de apenas duas emissoras - a Rádio Correio e a Rádio Porto Real -, cujo valor de mercado beira os 2,5 milhões de reais.

VEJA localizou o antigo dono do grupo *O Jornal*, Nazário Ramos Pimentel. Ele disse que vendeu suas empresas apenas a João Lyra, mas admitiu que toda a negociação foi feita com o senador Renan Calheiros. "Renan me procurou falando do interesse do doutor João em comprar a rádio e o jornal. Aí, depois de uns três, quatro meses de conversa, fechamos a negociação", lembra Pimentel. Qual o valor do negócio? "Não lembro bem, mas somente as rotativas do jornal custavam algo em torno de 1 milhão de reais." Segundo o empresário, o senador atuou como uma espécie de intermediário. "Eu sabia que havia um interesse pessoal dele, principalmente na rádio, mas a compra foi fechada pelo doutor João." A participação de Renan Calheiros no negócio é tão evidente que a proposta comercial de venda da rádio e do jornal foi entregue "em mãos" ao senador, e não ao usineiro. O senador pode até alegar que fez apenas o papel de intermediário no negócio, mas isso não explica o

milagre de ter feito com que as empresas acabassem nas mãos dele próprio – ou melhor, de seu filho e seu primo...

Procurado por VEJA, Renan Calheiros não quis se manifestar. O usineiro João Lyra, que hoje é adversário político do senador, também não quis falar. Mandou dizer por meio de sua assessoria que os negócios entre ele e Renan Calheiros são privados e que, por isso, não tinha nada a comentar sobre a sociedade que manteve ao longo de sete anos. Na semana passada, outros negócios estranhos envolvendo o senador viraram alvo de investigação no Congresso. O PSOL protocolou um pedido de abertura de processo para apurar se ele fez lobby a favor da cervejaria Schincariol junto a órgãos do governo. A Schincariol comprou uma fábrica de refrigerantes da família Calheiros em Alagoas por 27 milhões de reais, valor muito superior ao de mercado, conforme revelou VEJA. Renan, antes do negócio, fez um périplo pela Receita e pelo INSS em busca de informações sobre multas e dívidas da empresa. Na mesma representação, o partido pede que o Conselho de Ética investigue se Renan Calheiros participou de grilagem de terras em Alagoas, denúncia que está sendo investigada pelo Ministério Público e provocou intervenção no Cartório de Registro de Imóveis de Murici, onde teria ocorrido a fraude. Por último, as investigações sobre a origem do dinheiro que o senador usou para pagar a pensão de sua filha sofreram um novo revés. O Frigorífico Mafrial, que Renan Calheiros alega estar na origem de sua fortuna agropecuária, foi assaltado na noite de quarta-feira. Documentos que seriam importantes para a perícia da Polícia Federal teriam sido levados por ladrões. Uma dessas coincidências muito comuns em Alagoas.

## → 15 de agosto

### **Frágil como papel**

*A Justiça brasileira é incapaz de manter presos assassinos confessos e corruptos pegos em flagrante. Na origem da impunidade está a própria lei*

Marcelo Carneiro

O episódio do mensalão não foi apenas o mais grave escândalo ocorrido no governo Lula – foi também o mais impudente. A título de lembrança, apenas algumas das cenas de corrupção explícita que ele revelou: empresário carequinha que com uma mão recebia rios de dinheiro do governo e com a outra distribuía bolos de notas a aliados desse mesmo governo; deputados saindo de bancos com malas recheadas de reais ou entrando furtivamente em quartos de hotel para repartir o butim; marqueteiro confessando em rede nacional que recebeu pagamento do PT proveniente de caixa dois e o depositou em conta no exterior... Pois bem: esse escândalo – definido pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, como resultado da ação de uma "organização criminoso" chefiada pelo ex-ministro José Dirceu – acaba de completar seu segundo aniversário sem que haja um único punido.

Do ponto de vista legal, seus quarenta implicados quase não foram incomodados: a denúncia apresentada contra eles pelo Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal não foi sequer apreciada. Do ponto de vista prático, a vida dos mensaleiros também pouco

mudou. Quer dizer, em alguns casos mudou, sim – mas para melhor. Marcos Valério, por exemplo, o lobista carequinha, ganhou cabelos, e seus tentáculos agora estão no campo. Hoje, vende gado à Europa, arrenda uma fazenda que abriga seus cavalos de raça e continua morando na casa que ocupa meio quarteirão em Belo Horizonte e foi reformada no capricho. José Dirceu, o "chefe do organograma delituoso", na definição do procurador Antonio Fernando, virou "consultor de empresas" e chega a embolsar 150.000 reais por mês com as "consultas" que dá. Perdeu o cargo, mas não os hábitos do poder: só circula em carro com motorista e frequenta restaurantes caros, onde é visto sempre com um charuto cubano na mão. Para completar, acha que pode dar lição de moral. Outros, como o deputado federal José Janene – ex-líder do PP e sacador de 4,1 milhões de reais das contas de Marcos Valério –, não perderam nem mesmo as funções nas quais foram flagrados com a mão na botija do valerioduto. Aposentado pela Câmara com um salário integral de 12.800 reais, Janene foi reeleito em abril primeiro-tesoureiro do PP. Isso mesmo. O homem que, em nome de seu partido, recebeu milhões de reais não declarados à Justiça Eleitoral continua dirigindo a legenda – e no cargo de gestor de finanças.

Os mensaleiros – que a ex-deputada Angela Guadagnin "homenageou" com sua tristemente famosa dança da pizza – são apenas a face mais gritante de um mal que, no Brasil, já se tornou endêmico: a impunidade – produto resultante da soma de um trabalho policial precário com um código processual anacrônico e um sistema judiciário labiríntico. Para ilustrar o fenômeno, VEJA investigou o desfecho de dez operações deflagradas pela Polícia Federal entre outubro de 2003 e dezembro de 2004. Além do fato de terem ocorrido há um mínimo de dois anos e meio, todas as ações selecionadas envolveram a prisão de políticos, empresários ou funcionários públicos por acusação de corrupção ou desvio de dinheiro. Juntas, elas produziram 245 prisões. Decorridos três anos, em média, o que a reportagem apurou sobre o resultado dessas operações é desalentador. Em apenas três delas o inquérito resultou em julgamento, mesmo assim só em primeira instância. Nos julgamentos, 64 pessoas foram condenadas, mas apenas duas permanecem hoje na cadeia: o juiz João Carlos da Rocha Mattos e sua ex-mulher, Norma Regina Cunha, ambos pegos na Operação Anaconda.

Ressalte-se que, embora a PF tenha cometido diversas falhas em inquéritos (o que, algumas vezes, comprometeu seriamente o andamento do processo, como o que teve origem na Operação Vampiro), no que se refere às dez operações analisadas por VEJA, ela é a que menos culpa tem pela situação. O fato de parte dos detidos ter sido liberada logo em seguida à prisão não significa necessariamente ineficiência policial. Muitas dessas prisões são temporárias – duram apenas cinco dias, prorrogáveis por mais cinco – e têm por finalidade ajudar a investigação, evitando que o suspeito prejudique a coleta de provas ou intimide testemunhas, por exemplo. O pífio resultado das operações da Polícia Federal está diretamente ligado a outro problema, este da esfera judicial.

Como grande parte das ações da PF produz indiciados com direito a foro privilegiado – caso de políticos e altos servidores públicos –, os processos em que eles estão envolvidos seguem diretamente para os tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal. Ocorre que os ministros desses tribunais só costumam julgar recursos – não estão habituados a comandar a instrução do processo, que inclui a audiência de testemunhas e a produção de provas. A necessidade de fazê-lo, somada à quantidade

extraordinária de trabalho que se acumula nas mesas dos ministros, faz com que toda ação que chega a esses tribunais acabe mofando por anos nas gavetas. Isso explica por que, passados dezessete meses, a denúncia do mensalão não foi nem sequer apreciada. Na semana passada, o STF anunciou que isso finalmente deve ocorrer no próximo dia 22.

Em relação ao trabalho da polícia, é sobretudo nos crimes violentos que ela mostra seu mais alto grau de ineficiência. Em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, menos de 2% dos casos de homicídio apurados resultam na condenação do assassino. Em países como Japão e Inglaterra, esse índice chega a 90%. Uma pesquisa ainda inédita, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência, ligado à Universidade de São Paulo, examinou 345.000 boletins de ocorrência registrados em delegacias paulistas. De acordo com os resultados, apenas 22 000 desses boletins (6%) viraram inquérito. Ou seja, resultaram em algum trabalho de investigação por parte da polícia. O restante, presume-se, teve como destino o arquivo morto das delegacias. "Isso mostra que boa parte da impunidade se produz a partir do trabalho da própria polícia", diz o sociólogo Sérgio Adorno, coordenador da pesquisa.

A lógica da impunidade, no Brasil, independe da natureza do crime em questão. Tanto nos delitos de corrupção quanto nos chamados crimes do colarinho-branco e ainda nos que implicam violência contra a pessoa, como o homicídio, ela segue o mesmo roteiro: começa com a precariedade da investigação policial e continua na fase processual – quando entram em cena advogados contratados a peso de ouro não para atestar a inocência dos clientes, mas para protelar a todo custo seu julgamento (*veja quadro*). É o que ocorre com a ação envolvendo Edemar Cid Ferreira, o dono do Banco Santos, que teve a falência decretada em 2005. Denunciado por lavagem de dinheiro, desvio de recursos e evasão de divisas, Edemar – ou melhor, seu batalhão de advogados – fez de tudo para tumultuar o processo. E conseguiu. Numa ação em que ele e seu filho são réus, por exemplo, a defesa chegou a enviar pelo menos 32 requerimentos à Justiça, a maioria sem a menor relevância para o processo. Como o juiz deve dar um parecer sobre cada um dos pedidos, que incluem oitiva de testemunhas e novas perícias, o vai-e-vem burocrático dessas intervenções é altamente eficiente para atrasar o julgamento da ação.

Em dezembro do ano passado, Edemar foi condenado em primeira instância, mas seus defensores conseguiram um habeas corpus junto ao STF. Esse costuma ser o grand finale da impunidade: mesmo condenados, os criminosos continuam soltos, graças à infinidade de recursos a que têm direito. No Brasil, até assassinos confessos podem recorrer de uma sentença em liberdade. O caso mais conhecido é o do jornalista Antonio Pimenta Neves, que, em agosto de 2000, matou a tiros sua ex-namorada Sandra Gomide. Mesmo depois de ser condenado e fugir, obteve um habeas corpus que lhe permite ficar em liberdade até o seu julgamento no STF. Pimenta Neves levou seis anos para ser julgado em primeira instância e não deve receber uma sentença definitiva antes de 2011. Enquanto isso, o assassino confesso e condenado continuará livre. E o Brasil seguirá sendo o país da impunidade.

→ 15 de agosto

“Renan foi um bom sócio”

*Usineiro confirma sociedade com o presidente do Congresso em rádio e jornal e diz que usou laranjas a pedido do senador*

Alexandre Oltramari

Fatos são coisas teimosas. Eles resistem a desaparecer em meio à névoa das versões fabricadas por assessores e especialistas em recuperar a imagem de políticos dilacerada pela revelação de suas condutas impróprias. Confrontado com a demonstração de que é o verdadeiro dono de uma empresa de comunicação em Alagoas, o senador Renan Calheiros se limitou a dar sua versão negando a propriedade. Formalmente, Renan está certo. Mas só formalmente. A empresa JR Radiodifusão foi comprada pelo senador, mas está registrada em nome de dois laranjas – um primo de Renan, Tito Uchôa, e o filho, Renan Calheiros Filho, o Renanzinho. Na semana passada, o usineiro João Lyra, que foi sócio de Renan durante cinco anos, falou pela primeira vez sobre o assunto, e a teimosia dos fatos mais uma vez prevaleceu. Em entrevista a VEJA, ele confirmou que Renan Calheiros era dono de metade de uma sociedade secreta montada entre os dois para comprar uma emissora de rádio e um jornal em Alagoas, que mais tarde deu origem à JR Radiodifusão. Renan investiu 1,3 milhão de reais no negócio, parte paga em reais, parte em dólares. Nada disso – a origem do dinheiro, a sociedade, a rádio, o jornal – foi declarado pelo senador à Receita Federal ou à Justiça Eleitoral. Em 2005, a sociedade foi desfeita.

**Veja** – *Como era sua sociedade com o senador Renan Calheiros?*

**Lyra** – Renan foi um bom sócio. Todos os compromissos que assumi comigo ele honrou. Foi bom enquanto durou.

**Veja** – *O senhor se refere a compromissos financeiros?*

**Lyra** – Sim. Inclusive financeiros. Na compra das rádios e do jornal ele pagou tudo direitinho. Não tenho do que me queixar do senador.

**Veja** – *O senhor nunca teve curiosidade de saber de onde vinha o dinheiro do Renan? Pagamentos em dólar costumam chamar atenção...*

**Lyra** – Sinceramente, no decorrer da minha vida, nunca me preocupei muito com as coisas dos outros. Cada um deve responder pelo que faz.

**Veja** – *Além das empresas de comunicação, que outros tipos de negócio havia entre o senhor e o senador Renan?*

**Lyra** – Eram negócios privados. Não gostaria de me estender sobre eles.

**Veja** – *Por que Renan não quis aparecer como sócio na compra do jornal e da rádio?*

**Lyra** – Ele me disse que não tinha como aparecer publicamente à frente do negócio, mas não explicou as razões. Por isso, pedi para colocarmos tudo em nome de laranjas. Eu topei.

João Lyra e Renan Calheiros tornaram-se desafetos políticos, mas foram muito íntimos no passado. Enquanto durou a sociedade secreta, de 1999 a 2005, a relação entre os dois era tão próxima que o usineiro chegou a colocar à disposição do senador um jatinho e um helicóptero da frota de uma de suas empresas, a LUG Táxi Aéreo. VEJA teve acesso a uma

planilha de controle da empresa em que estão listadas todas as viagens que o senador Calheiros fez nesse período, assim como o roteiro, o nome dos passageiros, o custo do voo e o responsável pelo pagamento. No total, o senador usou 23 vezes as aeronaves de João Lyra. Os dados da contabilidade da LUG indicam que o gasto foi de pouco mais de 200.000 reais. O senador não desembolsou um único tostão. As despesas foram todas contabilizadas em nome das usinas Laginha e Taquara, ambas pertencentes a João Lyra. Os jatos e os helicópteros foram usados pelo senador para levar colegas, ministros e senadores a atividades políticas em Alagoas e também a eventos sociais. Em 25 de junho de 2005, três meses depois do fim da sociedade entre Renan e Lyra, o senador ainda usou o jato Hawker 800XP, prefixo PR-LUG, para viajar de Brasília a Belo Horizonte, onde participou da festa de casamento de uma das filhas de Lyra. A bordo, além de Renan, estavam sua mulher, Verônica Calheiros, e colegas do partido. O grupo retornou a Brasília no dia seguinte, no mesmo avião. A viagem custou 50.000 reais. Procurado por VEJA, Renan não se manifestou.

Desfeita a sociedade, em março de 2005, Renan Calheiros perdeu as caronas nos aviões, mas prosperou no ramo das comunicações. A JR Radiodifusão, que tinha Carlos Santa Ritta, um assessor de Renan no Senado, como sócio-laranja, passou a ser controlada pelo primo, Tito Uchôa, e por Renanzinho. A partir de então a empresa recebeu quatro outorgas do Ministério das Comunicações, comandado pelo PMDB de Renan Calheiros desde 2004. A última, que autoriza a JR a operar uma rádio FM na cidade de Água Branca pelos próximos dez anos, foi assinada na semana passada pelo próprio Renan Calheiros. No cadastro da Anatel, a agência reguladora das telecomunicações, a JR ainda pertence a Tito Uchôa e Carlos Santa Ritta, os laranjas iniciais do senador. Renanzinho não aparece como proprietário. Os laranjas do senador Renan, aliás, continuam escondidos. Procurados, não dão entrevista. Santa Ritta, que é funcionário do gabinete em Brasília, não tem sido mais visto ali. Ele costuma dar expediente na cidade de Jequiá da Praia, a 60 quilômetros de Maceió, onde sua mulher, Rosinha Jatobá, é prefeita pelo PMDB. Já o primo Tito Uchôa, que sete anos atrás era funcionário da Delegacia Regional do Trabalho e tinha um salário de 1.390 reais, hoje é "dono" de várias empresas – das famosas rádios a locadora de veículos, agência de turismo e um jornal. Ele responde a processo por improbidade administrativa, superfaturamento e fraude em licitações.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de um inquérito para investigar a relação de Renan Calheiros com um lobista da empreiteira Mendes Júnior que pagava suas despesas pessoais. Na terça-feira, o STF aceitou o pedido e determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senador. Na quarta-feira, uma nova investigação foi aberta contra Renan no Conselho de Ética para saber se ele fez lobby no governo para beneficiar a cervejaria Schincariol, que comprou uma fábrica de refrigerantes de sua família por valor superior ao de mercado. Na quinta-feira, o corregedor do Senado, Romeu Tuma, decidiu investigar se Renan utilizou laranjas para obter concessões de rádio em Alagoas. Uma reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, publicada na sexta-feira, mostrou que o senador Calheiros comprou uma fazenda usando, de novo, o primo Tito Uchôa como testa-de-ferro.

Acuado, Renan Calheiros foi à tribuna pela primeira vez depois dos escândalos envolvendo seu nome, que começaram em maio. Não explicou nada a respeito das acusações a que responde e constrangeu os colegas que voltaram a pedir seu afastamento da presidência do



Congresso. Por fim, atacou o Grupo Abril, que publica VEJA, questionando a legitimidade da associação da TVA com a Telefônica. Em nota oficial, a Abril informou que a transação foi aprovada pela Anatel em 18 de julho passado, depois de nove meses de análises. Abandonado por seu próprio partido (nos bastidores o PMDB já articula um nome para substituí-lo), largado pelo governo (o presidente Lula mandou um recado de que gostaria que a situação no Senado se resolvesse o mais rápido possível) e minado pela oposição (que vai obstruir as sessões enquanto ele permanecer na presidência), o senador vai afundando a cada dia no poço de areia movediça criado por sua própria conduta, marcada pelo apreço por favores de empreiteiras, negócios escusos e sociedades secretas.

## → 15 de agosto

### Crimes na floresta

*Muitas tribos brasileiras ainda matam crianças – e a Funai nada faz para impedir*

Leonardo Coutinho

A fotografia acima foi tirada numa festa de aniversário realizada em 7 de julho em Brasília. Para comemorar os seus 12 anos, a menina Hakani pediu a sua mãe adotiva, Márcia Suzuki, que decorasse a mesa do bolo com figuras do desenho animado *Happy Feet*. O presente de que ela mais gostou foi um boneco de Mano, protagonista do filme. Mano é um pingüim que não sabe cantar, ao contrário de seus companheiros. Em vez de cantar, dança. Por isso, é rejeitado por seus pais. A história de Hakani também traz as marcas de uma rejeição. Nascida em 1995, na tribo dos índios suruuarrás, que vivem semi-isolados no sul do Amazonas, Hakani foi condenada à morte quando completou 2 anos, porque não se desenvolvia no mesmo ritmo das outras crianças. Escalados para ser os carrascos, seus pais prepararam o timbó, um veneno obtido a partir da maceração de um cipó. Mas, em vez de cumprirem a sentença, ingeriram eles mesmos a substância.

O duplo suicídio enfureceu a tribo, que pressionou o irmão mais velho de Hakani, Aruaji, então com 15 anos, a cumprir a tarefa. Ele atacou-a com um porrete. Quando a estava enterrando, ouviu-a chorar. Aruaji abriu a cova e retirou a irmã. Ao ver a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina entre o ombro e o peito. Tomado de remorso, o velho suruuarrá também se suicidou com timbó. A flechada, no entanto, não foi suficiente para matar a menina. Seus ferimentos foram tratados às escondidas pelo casal de missionários protestantes Márcia e Edson Suzuki, que tentavam evangelizar os suruuarrás. Eles apelaram à tribo para que deixasse Hakani viver. A menina, então, passou a dormir ao relento e comer as sobras que encontrava pelo chão. "Era tratada como um bicho", diz Márcia. Muito fraca, ela já contava 5 anos quando a tribo autorizou os missionários a levá-la para o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, em São Paulo. Com menos de 7 quilos e 69 centímetros, Hakani tinha a compleição de um bebê de 7 meses. Os médicos descobriram que o atraso no seu desenvolvimento se devia ao hipotireoidismo, um distúrbio contornável por meio de remédios.

Márcia e Edson Suzuki conseguiram adotar a indiazinha. Graças a seu empenho, o hipotireoidismo foi controlado, mas os maus-tratos e a desnutrição deixaram seqüelas. Aos

12 anos, Hakani mede 1,20 metro, altura equivalente à de uma criança de 7 anos. Como os suruuarrás a ignoravam, só viria a aprender a falar na convivência com os brancos. Ela pronunciou as primeiras palavras aos 8 anos. Hoje, tem problemas de dicção, que tenta superar com a ajuda de uma fonoaudióloga. Um psicólogo recomendou que ela não fosse matriculada na escola enquanto não estivesse emocionalmente apta a enfrentar outras crianças. Hakani foi alfabetizada em casa pela mãe adotiva. Neste ano, o psicólogo autorizou seu ingresso na 2ª série do ensino fundamental.

A história da adoção é um capítulo à parte. Mostra como o relativismo pode ser perverso. Logo que retiraram Hakani da aldeia, os Suzuki solicitaram autorização judicial para adotá-la. O processo ficou cinco anos emperrado na Justiça do Amazonas, porque o antropólogo Marcos Farias de Almeida, do Ministério Público, deu um parecer negativo à adoção. No seu laudo, o antropólogo acusou os missionários de ameaçar a cultura suruuarrá ao impedir o assassinato de Hakani. Disse que semelhante barbaridade era "uma prática cultural repleta de significados".

Ao contrário do que acredita o antropólogo Almeida, os índios da tribo não decidem sempre da mesma forma. Em 2003, a suruuarrá Muwaji deu à luz uma menina, Iganani, com paralisia cerebral. A aldeia exigiu que ela fosse morta. Muwaji negou-se a executá-la e conseguiu que a tribo autorizasse seu tratamento em Manaus. Médicos da capital amazonense concluíram que o melhor seria encaminhar Iganani para Brasília. Antes disso, porém, foi necessário driblar a Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão vetou sua transferência com o argumento de que um índio isolado não poderia viver na civilização. Só voltou atrás quando o caso foi denunciado à imprensa. Agora, Iganani passa três meses por ano em Brasília. Aos 4 anos, consegue caminhar com o auxílio de um andador. Estaria melhor se a Funai permitisse que ela morasse continuamente em Brasília. Há dois anos, os suruuarrás voltaram a enfrentar uma mãe que se recusava a matar a filha hermafrodita, Tititu. A tribo consentiu que a menina fosse tratada por brancos. Em São Paulo, ela passou por uma cirurgia corretora. Sem a anomalia, Tititu foi finalmente aceita pela aldeia.

O infanticídio é comum em determinadas espécies animais. É uma forma de selecionar os mais aptos. Quando têm gêmeos, os sagüis matam um dos filhotes. Chimpanzés e gorilas abandonam as crias defeituosas. Também era uma prática recorrente em civilizações de séculos atrás. Em Esparta, cidade-estado da Grécia antiga que primava pela organização militar de sua sociedade, o infanticídio servia para eliminar aqueles meninos que não renderiam bons soldados. Um dos seus mais brilhantes generais, Leônidas entrou para a história por ter liderado a resistência heróica dos Trezentos de Esparta no desfiladeiro de Termópilas, diante do Exército persa, em 480 a.C. Segundo o historiador Heródoto, Leônidas teria sido salvo do sacrifício apesar de ter um pequeno defeito em um dos dedos da mão porque o sacerdote encarregado da triagem pressentiu o grande futuro que o bebê teria.

Entre os índios brasileiros, o infanticídio foi sendo abolido à medida que se aculturavam. Mas ele resiste, principalmente, em tribos remotas – e com o apoio de antropólogos e a tolerância da Funai. É praticado por, no mínimo, treze etnias nacionais. Um dos poucos levantamentos realizados sobre o assunto é da Fundação Nacional de Saúde. Ele contabilizou as crianças mortas entre 2004 e 2006 apenas pelos ianomâmis: foram 201.

Mesmo índios mais próximos dos brancos ainda praticam o infanticídio. Os camaiurás, que vivem em Mato Grosso, adoram exibir o lado mais vistoso de sua cultura. Em 2005, a tribo recebeu dinheiro da BBC para permitir que lutadores de judô e jiu-jítsu disputassem com seus jovens guerreiros a luta *huka-huka*, parte integrante do ritual do Quarup, em frente às câmeras da TV inglesa. Um ano antes, porém, sem alarde, os camaiurás enterraram vivo o menino Amalé, nascido de uma mãe solteira. Ele foi desenterrado às escondidas por outra índia, que, depois de muita insistência, teve permissão dos chefes da tribo para adotá-lo.

Há três meses, o deputado Henrique Afonso (PT-AC) apresentou um projeto de lei que prevê pena de um ano e seis meses para o "homem branco" que não intervier para salvar crianças indígenas condenadas à morte. O projeto classifica a tolerância ao infanticídio como omissão de socorro e afirma que o argumento de "relativismo cultural" fere o direito à vida, garantido pela Constituição. "O Brasil condena a mutilação genital de mulheres na África, mas permite a violação dos direitos humanos nas aldeias. Aqui, só é crime infanticídio de branco", diz Afonso. Ao longo de três semanas, VEJA esperou por uma declaração da Funai sobre o projeto do deputado e as histórias que aparecem nesta reportagem. A fundação não o fez e não justificou sua omissão. Extra-oficialmente, seus antropólogos apelam para o argumento absurdo da preservação da cultura indígena. A Funai deveria ouvir a índia Débora Tan Huare, que representa 165 etnias na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira: "Nossa cultura não é estável nem é violência corrigir o que é ruim. Violência é continuar permitindo que crianças sejam mortas".

## → 22 de agosto

### A sombra do estado policial

*Ministros do STF denunciam as suspeitas de que estão sendo grampeados – e apontam o dedo para a banda podre da Polícia Federal*

Policarpo Junior

Criado com o nome de Casa da Suplicação do Brasil em 1808, o Supremo Tribunal Federal já enfrentou momentos duros em seus dois séculos de história. Já foi vítima de dramáticas deformações, como aconteceu nas décadas de 1930 e 1940, quando Getúlio Vargas nomeava ministros sem consultar ninguém, e já esteve emparedado pela ditadura militar iniciada em 1964, que chegou a expulsar três ministros da corte. Agora, é a primeira vez que, sob um regime democrático, os integrantes do Supremo Tribunal Federal se insurgem contra suspeitas de práticas típicas de regimes autoritários: as escutas telefônicas clandestinas. Sim, beira o inacreditável, mas os integrantes da mais alta corte judiciária do país suspeitam que seus telefones sejam monitorados ilegalmente. Nas últimas semanas, VEJA ouviu sete dos onze ministros do Supremo – e cinco deles admitem publicamente a suspeita de que suas conversas são bisbilhotadas por terceiros. Pior: entre eles, três ministros não vacilam em declarar que o suspeito número 1 da bruxaria é a banda podre da Polícia Federal. "A Polícia Federal se transformou num braço de coação e tornou-se um poder político que passou a afrontar os outros poderes", afirma o ministro Gilmar Mendes, numa acusação dura e inequívoca.

As suspeitas de grampos telefônicos estão intoxicando a atmosfera do tribunal. Na quinta-feira passada, o ministro Sepúlveda Pertence pediu aposentadoria antecipada e encerrou seus dezoito anos de tribunal. Poderia ter ficado até novembro, quando completa 70 anos e teria de se aposentar compulsoriamente. Muito se especulou sobre as razões de sua aposentadoria precoce. Seus adversários insinuam que a antecipação foi uma forma de fugir das sessões sobre o escândalo do mensalão, que começam nesta semana, nas quais se discutirá o destino dos quadrilheiros – entre eles o ex-ministro José Dirceu, amigo de Pertence. A mulher do ministro, Suely, em entrevista ao blog do jornalista Ricardo Noblat, disse que a saída de seu marido deve-se a problemas de saúde. O ministro, no entanto, diz que as suspeitas de que a polícia manipula gravações telefônicas aceleraram sua disposição em se aposentar. "Divulgaram uma gravação para me constranger no momento em que fui sondado para chefiar o Ministério da Justiça, órgão ao qual a Polícia Federal está subordinada. Pode até ter sido coincidência, embora eu não acredite", afirma.

Os temores de grampo telefônico com patrocínio da banda podre da PF começaram a tomar forma em setembro de 2006, em plena campanha eleitoral. Na época, o ministro Cezar Peluso queixou-se de barulhos estranhos nas suas ligações e uma empresa especializada foi chamada para uma varredura. Ela detectou indícios de monitoramento ilegal nos telefones de Peluso e do ministro Marco Aurélio Mello e na linha de fax do ministro Marcelo Ribeiro, do Tribunal Superior Eleitoral. Com a divulgação do caso, a PF entrou em cena. Em apenas nove dias, com agilidade incomum, os agentes concluíram que não havia grampo e indiciaram o dono da empresa por falsa comunicação de crime. "Fui interrogado durante três dias pela PF", diz o empresário Enio Fontenelle, que reafirma a existência de indícios de grampos. Havia interesse de um candidato ou partido por causa da eleição, tema de que tratavam os ministros Marcelo Ribeiro e Marco Aurélio? Alguém na Polícia Federal queria monitorar o ministro Peluso, que na época cuidava de uma das ações da Polícia Federal, a Operação Furacão?

Recentemente, as suspeitas se robusteceram. O ministro Marco Aurélio Mello recebeu uma mensagem eletrônica de um remetente anônimo. O missivista informava que os telefones do ministro estavam grampeados e que policiais ofereciam as gravações em Campo Grande. O mesmo estaria acontecendo com conversas telefônicas do ministro Celso de Mello. Em outros tempos, uma denúncia anônima e tão pouco circunstanciada não receberia atenção. No clima atual, Marco Aurélio pediu uma investigação. O caso foi investigado, mas a Polícia Federal – ela, de novo – concluiu que a mensagem era obra de estelionatários fazendo uma denúncia falsa. Há três meses, quando trabalhava com a Operação Navalha, o ministro Gilmar Mendes adquiriu a convicção pessoal de que seus telefonemas são monitorados. "O procurador Antonio Fernando me ligou avisando que a operação era complexa e precisava manter algumas prisões", lembra o ministro. Ele respondeu que não podia manter certas prisões por inadequação técnica. "Pouco depois, uma jornalista me telefonou perguntando se eu ia mesmo soltar todos os presos." Surpreso, o ministro ligou para o procurador, que lhe garantiu não ter comentado o assunto com ninguém. Conclui Mendes: "Estavam me acompanhando pelo telefone".

Com a libertação de alguns detidos na Operação Navalha, o ministro Gilmar Mendes julga ter conquistado em definitivo a antipatia da banda podre da Polícia Federal – e suspeita que, a partir daí, começou a ser perseguido. "Apareceram notas em jornais e sites de notícias

dizendo que eu estava soltando alguns dos presos porque um dos envolvidos era meu amigo. Plantaram que havia conversas gravadas que provavam isso", rememora. Publicou-se inclusive que o nome do ministro estava na lista das autoridades que receberam mimos da empreiteira Gautama, que coordenava a ladroagem investigada pela Operação Navalha. "Recebi telefonemas de jornalistas garantindo que a Polícia Federal tinha confirmado que meu nome estava na lista", diz. Na tal lista, constava o nome de Gilmar Melo Mendes, um engenheiro que não tinha nada a ver com o ministro do STF, exceto pela homonímia. "Isso foi uma canalhice da polícia para tentar me intimidar", acusa o ministro. Ele levou o caso ao ministro da Justiça, Tarso Genro, e pediu providências à presidente do STF, Ellen Gracie. Diz o ministro: "Quando a Justiça começa a ter medo de conceder um habeas corpus, o problema é da sociedade. Esse medo hoje já é perceptível".

É farta a crônica de grampos clandestinos no Brasil, inclusive nas mais altas esferas do poder. Já se encontrou grampo dentro do próprio gabinete presidencial no Palácio do Planalto (João Figueiredo, 1983). Já se soube de presidente da República cuja residência estava inteiramente monitorada (Fernando Collor, 1992, Casa da Dinda). Já se ouviu a voz grampeada de um vice-presidente da República a cantarolar palavras melosas para uma jornalista casada (Itamar Franco, 1992). Já houve presidente da República grampeado autorizando o uso de seu nome nos bastidores do leilão das teles (Fernando Henrique Cardoso, 1998). A fartura de casos pode levar à idéia de que a grampolândia é simplesmente um dado inevitável da vida nacional. Na verdade, esse pensamento tolerante contribui para minimizar o problema e, com isso, perpetuá-lo. Os sinais de que uma banda podre da Polícia Federal está querendo intimidar os ministros da mais alta corte do Poder Judiciário brasileiro são gravíssimos – e sugerem que o país pode estar sendo presa das garras invisíveis de um embrionário estado policial.

"O estado policial é a negação das liberdades, indiferente de posição social ou hierarquia. É uma antítese do sistema democrático", diz o ministro Celso de Mello, cuja preocupação pessoal com grampos telefônicos é quase nula. O ministro fala pouco ao telefone fixo, não usa celular, mas se revolta com o clima de intimidação no Supremo. "É intolerável essa atmosfera que vivemos, com a conduta abusiva de agentes ou órgãos entranhados no aparelho de estado. A interceptação telefônica generalizada é indício e ensaio de uma política autoritária", diz o ministro. "O Judiciário não pode ficar refém de ações policiais, sob pena de, acusado, acabar autorizando atos arbitrários", afirma Cezar Britto, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e um dos primeiros a denunciar vestígios de um estado policial no país. "Se o magistrado decide a favor dos estados e da União, ele está certo. Se decide a favor do cidadão, é acusado de receber propina. A lógica perversa segundo a qual o estado sempre tem razão, e os cidadãos nunca, é um símbolo maior desse estado policial", diz o advogado.

Os abusos no comportamento da PF, no entanto, não se esgotam nas suspeitas de grampo ilegal. Também há suspeitas de manipulação do conteúdo de gravações feitas legalmente. Pela lei, os policiais precisam transcrever todo o diálogo telefônico monitorado, e não apenas um resumo. "Hoje, pinça-se o que a polícia quer e o que acha que deve ser informado. Os juízes decidem com base em extratos. Isso é muito arriscado", diz o ministro Marco Aurélio. Num caso em exame no Supremo, a PF informou o resumo de uma conversa telefônica, legalmente monitorada, entre um ministro do STJ e sua amante. Confrontando-

se o extrato com a íntegra das gravações, descobriu-se que o motorista do ministro é quem estava falando com a amante. Em outro caso temerário, o perito Ricardo Molina, especialista em fonética forense, encontrou indícios de que a PF pode ter fraudado, possivelmente por meio de uma montagem, um diálogo que serviu de prova contra um juiz, acusado de negociar sentenças judiciais. "Não há segurança sobre a autenticidade das gravações", afirma Ricardo Molina.

Com sua experiência no ramo, o perito conta que já encontrou gravações da PF com duração inferior à registrada na conta telefônica. Só há duas hipóteses para explicar esse descompasso: ou a companhia telefônica registrou que o telefonema teve uma duração maior do que a real ou a Polícia Federal eliminou um trecho do telefonema. Em outro caso, um doleiro denunciou que fora extorquido pela polícia e, como indício probatório, disse que, pelo telefone, narrara o caso a sua mulher. Como o doleiro estava grampeado, bastava à Justiça requerer a gravação. Em contato com a companhia telefônica, a Justiça soube que, de fato, o doleiro falara com sua mulher no dia e hora informados por ele, mas a polícia, por "problemas técnicos", eliminara a gravação dos arquivos... Os ministros do Supremo também reclamam de que agentes federais vazam para a imprensa conversas telefônicas – legais, nesse caso – para constrangê-los. Houve o caso que tanto abateu Pertence. Em janeiro passado, veio a público um diálogo entre um advogado e um lobista, ambos sob investigação da PF, no qual se sugeria que Pertence receberia 600.000 reais para tomar determinada decisão. Era mentira, mas a suspeita demorou a se dissipar. "Eu virei uma noite lendo comentários na internet. Chamaram-me de tudo que é nome. É muito dolorido", diz ele. "O que mais me preocupa é que setores do Ministério Público e da polícia usam a imprensa como instrumento de desmoralização. O efeito é criar um fato consumado."

Dos sete ministros ouvidos por VEJA, apenas Eros Grau e Cármen Lúcia Antunes Rocha não suspeitam de grampos em seus telefones. "Há uma suspeita generalizada de que nossos telefones são grampeados. De minha parte não há o que esconder, mas temos de medir as palavras com fita métrica", diz o ministro Carlos Ayres Britto. "Hoje, você não sabe mais quem está ouvindo suas conversas", conta o ministro Marco Aurélio. "Um dia minha irmã ligou para falar do espólio de meu pai. Repeti várias vezes que os valores se referiam ao espólio. Era para quem estivesse ouvindo entender. Se um ministro do STF tem de tomar essas cautelas, o que não sofre um juiz de primeira instância?" Nem é preciso descer aos níveis inferiores da Justiça. No Superior Tribunal de Justiça, que também fica em Brasília, o ministro Felix Fischer não autorizou a prisão de alguns investigados. Em seguida, começaram a aparecer notas na imprensa de que seu filho, um advogado, estaria sendo investigado sob suspeita de venda de sentenças. Felix Fischer chamou o delegado do caso, acusou a PF de tentar intimidá-lo e só não lhe deu uns sopapos porque foi contido pelos presentes.

As suspeitas de comportamento criminoso da banda podre da Polícia Federal não podem servir para desacreditar as ações policiais dos últimos tempos. No atual governo, a Polícia Federal já fez centenas de operações e tem mostrado um vigor digno de aplauso. As falhas que acontecem aqui e ali têm sido usadas para que alvos legítimos das investigações deflagrem a velha campanha de desmoralizar a polícia, apenas como meio de se livrarem eles próprios de investigações. "A força que a Polícia Federal vem adquirindo institucionalmente está sendo conquistada porque em regra tem cumprido a lei", afirma o

ministro da Justiça, Tarso Genro. "Os eventuais erros ou injustiças que a PF tenha cometido foram originários dela não como instituição policial, mas de pessoas que ainda não se integraram plenamente na ética pública de um estado democrático de direito", completa o ministro. O ideal é que as "pessoas desintegradas" sejam identificadas e devidamente punidas. Só assim se pode impedir que a sombra de um estado policial se projete sobre o estado democrático tão duramente conquistado.

## → 29 de agosto

### **Ocupar e arruinar**

*Radicais do PT criam o MST das fábricas e usam o dinheiro das empresas ocupadas em proveito próprio*

Duda Teixeira, de Joinville

Invasões de terras, de repartições públicas, de universidades – num país que garante impunidade à violência política, é natural o surgimento de um grupo de lunáticos ansiosos por pavimentar o caminho da revolução com a tomada de fábricas. Desde 2002, militantes da Esquerda Marxista, facção radical do PT, tomaram posse de cinco indústrias em São Paulo e Santa Catarina e formaram o Movimento das Fábricas Ocupadas. Na empresa em que a ocupação foi mais prolongada, a Cipla, tradicional fabricante de produtos plásticos em Joinville, isso significou quatro anos e sete meses de irregularidades administrativas, desvio de fundos e violência política.

Três meses atrás, a Cipla sofreu intervenção judicial, ordenada porque os patrões socialistas descontavam o INSS do salário dos empregados, mas não o repassavam à Previdência Social. Recibos de compras, comprovantes de transferências bancárias, cópias de e-mail e outros papéis encontrados pelo interventor revelam uma administração perniciosa, que sistematicamente desviou recursos para atender a objetivos políticos e particulares. No interior das fábricas, funcionários eram coagidos a freqüentar aulas sobre a ideologia comunista, a ler a respeito da Revolução Russa de 1917 ou a contribuir com ações políticas de outros sindicatos ou com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob ameaça de perder o emprego.

A proximidade com o MST não é sem propósito. Tomar uma fábrica é um ato fora da lei da mesma forma que invadir uma fazenda. Nas empresas ocupadas o controle acionário não passou oficialmente para as mãos dos trabalhadores. Na Cipla, sob concordata desde 1994, a dívida tributária ultrapassava 312 milhões de reais e os salários não eram honrados. Membros do Ministério Público Federal, da Delegacia Regional do Trabalho, do governo estadual, da Câmara dos Vereadores e do sindicato da categoria decidiram entregar a administração da fábrica a uma comissão de funcionários. Foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville que indicou o radialista Carlos Castro, da Esquerda Marxista do PT, para membro da comissão. Por sua vez, Castro abriu a porta da empresa para que fosse tomada pelos militantes de sua facção política.

"O objetivo da comissão era salvar a empresa e os empregos, mas o que se seguiu foi pura politicagem", diz Reinaldo Schroeder, presidente do sindicato, que rompeu com a

administração esquerdista da fábrica em fevereiro de 2003. A meta imediata do Movimento das Fábricas Ocupadas é a estatização das empresas sob administração dos funcionários. "Nós queremos ser trabalhadores como os da Petrobras e do Banco do Brasil", disse a VEJA Serge Goulart, líder máximo do movimento e, durante o período de ocupação, coordenador administrativo da Cipla. Ex-corretor de imóveis em Florianópolis, Goulart é fundador e membro do Diretório Nacional do PT. Descontentes com a falta de entusiasmo do governo Lula em estatizar uma fábrica de assentos de vasos sanitários, os militantes adotaram Hugo Chávez como patrono. No ano passado, a Cipla recebeu três lotes de matérias-primas da Pequiven, a estatal petroquímica venezuelana, no valor de 2,5 milhões de reais, em condições camaradas de pagamento.

O assalto ao caixa da empresa foi feito de diversas formas. Foram contratados 28 petistas, entre eles líderes estudantis, agricultores e um garçom ligados à Esquerda Marxista. Um sitiante, presidente do Sindicato Rural de Araquari, cidade próxima, foi empregado como auxiliar administrativo em 2003 ganhando 1.690 reais. Em abril deste ano, era gerente com salário de 5.316 reais. Nessa condição, empregou dois irmãos, uma cunhada, uma prima e um sobrinho. Funcionários eram coagidos a doar parte do salário a uma certa Associação Ferreirinha, criada para financiar projetos políticos, que também recebia 0,5% do faturamento da empresa. Comprovantes de depósito revelam que o dinheiro ia direto para a conta bancária de Goulart. Recibos mostram que a Cipla pagou 16.633 reais pela instalação de um sistema de segurança na casa de Goulart em Florianópolis. A empresa custeou ainda passagens de avião para militantes do MST e do sindicato dos ferroviários. "A companhia estava deficitária e os impostos não eram pagos. Não havia dinheiro sobrando para gastos desse tamanho", diz o interventor Rainoldo Uessler. Perito de Florianópolis especializado em recuperar empresas, ele está no comando da Cipla e de outras duas fábricas que estiveram sob ocupação da Esquerda Marxista do PT. Sua missão é prejudicada por sabotagens praticadas pelos militantes remanescentes nas fábricas.

Os petistas alegam que a ganância foi aprovada em reuniões de funcionários. Fiéis ao previsto nos manuais comunistas, as assembléias eram convocadas apenas para legitimar decisões já tomadas pelos dirigentes. O voto era aberto, e quem não comparecia às assembléias ou manifestava oposição recebia a visita de militantes e tinha de se explicar. "Se alguém era contra, ia direto para o paredão. Todos tínhamos medo de demissão", diz José Nazareno de Oliveira, 47 anos, técnico em eletromecânica na Cipla. Mais de 230 empregados foram demitidos durante a ocupação, a maioria por razões políticas. No auge da tensão, os dirigentes ordenaram a fabricação de quarenta cassetetes de madeira e manoplas de plástico. Aulas de artes marciais começaram a ser ministradas para um grupo seletivo de jovens. Para os empregados, foi um sinal de que todos estavam correndo perigo.

Atualmente apenas uma indústria, a Flaskô, em Sumaré, no interior de São Paulo, continua sob controle do Movimento das Fábricas Ocupadas. A ordem de intervenção judicial foi emitida em maio, mas não pôde ser concretizada porque o interventor foi agredido ao tentar entrar na empresa. Nas três fábricas de Joinville sob intervenção, a maioria dos funcionários aprova a nova situação. A esperança é que seja decretada a falência das firmas. Dessa forma, poderiam formar cooperativas e assumir a administração das empresas. No Brasil, há 409 cooperativas assim. Os empregados pagam um aluguel pelo uso da fábrica até que



ela vá a leilão e possa saldar suas dívidas. Os funcionários querem fazer exatamente isso, dessa vez, sem a intromissão de militantes comunistas.

## → 19 de setembro

### **Ainda chefe, mas de outra turma da pesada**

*É o que aponta um relatório da Polícia Federal em que José Dirceu é tratado como lobista em um esquema de tráfico de influência*

Juliana Linhares

A Operação Perestroika, a mais recente investigação da Polícia Federal, trouxe à tona o submundo do futebol. Com base em escutas telefônicas, a PF descobriu que, desde 2004, os dirigentes do Corinthians paulista, um dos clubes de futebol mais populares do Brasil, faziam de tudo para esconder a origem do dinheiro que abastecia os cofres do clube. Oficialmente, os recursos eram da empresa MSI, uma off-shore com sede em Londres e sócios ocultos. Mas, nas conversas gravadas, fica claro que o verdadeiro dono da bola é o magnata russo Boris Berezovsky, enroladíssimo em seu país natal. As escutas levaram o Ministério Público Federal de São Paulo a denunciar, em julho, oito pessoas por crimes que vão de lavagem de dinheiro a formação de quadrilha. Os dirigentes corintianos são acusados de realizar pagamentos a jogadores em contas não declaradas no exterior. Mas a coisa não parou por aí. VEJA teve acesso a um segundo relatório produzido pela Polícia Federal em 12 de julho deste ano, dois dias após a denúncia oferecida pelo Ministério Público. Nele, são descritas as atividades de uma turma da pesada que, conectada à quadrilha que maculava a história do Corinthians, praticava "tráfico de influência, advocacia administrativa e favorecimento pessoal". O chefe dessa turma é ninguém menos que José Dirceu, o comandante do bando do mensalão.

O relatório em questão é uma decorrência das investigações sobre o Corinthians. Lista uma série de outros crimes descobertos ao longo dessa investigação e sugere que eles também sejam devidamente apurados. Dirceu entrou na mira da PF porque esteve no centro de uma operação de lobby que chegou ao gabinete da Presidência da República. Em parceria com amigos petistas, ele tentou fazer com que Berezovsky conseguisse se instalar no Brasil, na condição de asilado político. Berezovsky, que vive na Inglaterra, não pode pisar na Rússia, onde é acusado de fraudes financeiras e até assassinato. O magnata, cuja fortuna é estimada em 10 bilhões de dólares, diz que é tudo mentira. Alega ser perseguido pelo presidente Vladimir Putin. Fosse um gatuno brasileiro, Berezovsky poderia culpar também a "mídia golpista" russa.

De acordo com agentes que participaram da investigação, o trabalho do ex-ministro-chefe da Casa Civil para a máfia que tomou de assalto o Corinthians começou depois de um incidente ocorrido em maio de 2006. Nessa ocasião, Berezovsky foi detido pela PF durante uma viagem a São Paulo e teve de prestar um depoimento de oito horas sobre a parceria MSI/Corinthians. Em seguida, as remessas da MSI começaram a rarear. Isso alarmou os dirigentes do clube, que então contataram Dirceu e seus petistas para uma dupla missão: fazer gestões no governo federal para evitar outros contratemplos em visitas futuras do russo ao Brasil e, ainda, conseguir a condição de asilado político para Berezovsky, o que

eliminar de uma vez por todas os problemas do magnata com a Justiça brasileira. A essa altura, as fraudes no Corinthians já eram alvo de investigação, no âmbito do Ministério Público de São Paulo. Os promotores José Reinaldo Carneiro e Roberto Porto foram os primeiros a suspeitar que Berezovsky era o verdadeiro dono dos 32 milhões de dólares investidos pela MSI no clube. Foi a partir de uma apuração iniciada pelos promotores que a polícia conseguiu finalmente desbaratar a máfia instalada no Corinthians. Além disso, Carneiro e Porto descobriram que, em 2004 e 2005, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) havia produzido relatórios listando crimes financeiros praticados por Berezovsky na Rússia. Ainda assim, Dirceu operou no Palácio do Planalto para que se fizesse vista grossa ao prontuário do bilionário.

A nova turma da pesada de Dirceu tem, entre seus integrantes, o jornalista Breno Altman, amigo do ex-ministro e colaborador da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. Coube a Breno manter contatos com uma peça-chave no esquema: Renato Duprat. Ex-dono de uma empresa de planos de saúde, Duprat era o elo entre a MSI e os corinthianos. Foi ele quem apresentou o iraniano Kia Joorabchian, representante da MSI no Brasil (e apontado como laranja de Berezovsky), ao presidente do Corinthians, Alberto Dualib. No relatório da PF, há a informação de que Breno manteve contatos com Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal da Presidência, para tratar do asilo ao russo. Outro alto funcionário do governo contatado foi José Antonio Dias Toffoli, chefe da Advocacia-Geral da União.

Além de Breno, havia mais uma peça importante na turma da pesada: o deputado estadual do PT paulista Vicente Cândido. Aliado de Dirceu na corrente Campo Majoritário, a maior do partido, Cândido fez gestões para que o próprio Lula recebesse Berezovsky no Palácio do Planalto. Felizmente, não foi bem-sucedido. Mas o deputado chegou a ir a Londres para participar de reuniões com o russo, sob a justificativa de que Berezovsky teria interesse em investir no país nas áreas de energia e aviação. Sabe-se que Dirceu queria participar de eventuais negócios fechados pelo russo no Brasil. Outro petista que trabalhou por Berezovsky, de acordo com a PF, foi Hélio Madalena. Entre abril de 2003 e junho de 2005, Madalena dirigiu o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, órgão ligado à Casa Civil, então presidida por Dirceu.

Com a denúncia apresentada à Justiça, os projetos de Dirceu e companhia envolvendo Berezovsky naufragaram. Mas esse não era o único negócio no qual a turma da pesada apostava. O relatório da PF diz textualmente que Dirceu atuava como "lobista", "aparentemente praticando tráfico de influência". E dá como exemplo os contatos entre o ex-ministro-chefe da Casa Civil e Darc Costa, que já ocupou a vice-presidência do BNDES. A conversa, acompanhada pela PF, aconteceu quando Darc já não exercia esse cargo. A idéia era que Dirceu fosse apresentado a um empresário que tinha firmado um contrato de 40 milhões de dólares com a República Dominicana. Dirceu tem ótimas relações com o presidente do país, Leonel Reyna, a quem já apresentou projetos na área de exportação do etanol brasileiro.

O outro negócio de Breno Altman é mais obscuro. De acordo com a PF, o jornalista alardeava ter influência sobre juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, já que "os juízes são indicados por Brasília". A polícia só conseguiu obter informações sobre

essas atividades porque pediu autorização judicial para grampear Dirceu e Breno. A PF tomou essa decisão ao perceber que o trabalho da dupla para os cartolas do Corinthians tinha um forte odor de ilegalidade. A nova turma da pesada de Dirceu não foi denunciada pelos crimes apurados pela Polícia Federal. Isso não quer dizer que escapou da Justiça. "Os fatos que não estão relacionados diretamente ao Corinthians ainda terão uma apuração específica", avisa o procurador Rodrigo de Grandis, um dos autores da denúncia do caso MSI.

## → 26 de setembro

### **Renan ameaça os petistas**

*O senador diz que não deixa a presidência, desafia quem pede sua saída e constrange parlamentares com suas chantagens*

Otávio Cabral

O senador Renan Calheiros escapou do primeiro processo de cassação com a ajuda dos parlamentares do PT e o aval do governo. Em troca, assumiu o compromisso de se afastar da presidência do Congresso até a conclusão dos outros três processos que tramitam contra ele no Conselho de Ética. Na semana passada, depois de um breve descanso em Maceió, Renan voltou à presidência. Ele negou que tivesse feito algum acordo. Mas fez e, pior, não cumpriu.

Os petistas, com razão, espernearam. O sempre discreto senador Tião Viana, vice-presidente do Congresso, reagiu: "A curto prazo, o cenário é de crise intensa; a disposição de Renan de se manter no comando da Casa causará problemas ao governo". Depois foi a vez de Aloizio Mercadante, o mais ativo defensor da absolvição de Renan e fiador do acordo: "O melhor para o senador Renan é que ele se licencie da presidência do Senado. Eu já disse isso reservadamente a ele, mas hoje me associo a todos os que pensam dessa forma". O presidente Lula, de quem Renan esperava uma manifestação de apoio mais contundente, continuou dizendo que o caso é um problema interno do Senado.

Para não cumprir o acordo, Renan Calheiros apontou para o peito dos aliados do PT sua arma predileta: a chantagem. Renan é dono de um arquivo de informações que, usadas irresponsavelmente contra seus colegas de Parlamento, podem ser devastadoras. Ele começou a fazer vazsar para a imprensa segredos que podem arranhar a imagem dos petistas. A primeira vítima foi exatamente o senador Tião Viana, tão zeloso na tarefa anterior de absolver Renan. Assessores de Renan cuidaram de divulgar que Viana mantinha uma funcionária-fantasma em seu gabinete.

A corda entre os petistas e Renan Calheiros começou a esticar já na segunda-feira passada. Renan foi procurado em seu gabinete pelo próprio Tião Viana, portador de uma mensagem partidária: os petistas exigiam seu afastamento imediato, conforme o combinado. Renan disse que não arredaria o pé da presidência e fez ameaças veladas. Tentou mostrar que uma cisão com os petistas não interessaria a ninguém – muito menos a ele, Tião Viana. No dia seguinte, o jornal *Correio Braziliense* publicou que o petista mantinha uma funcionária-fantasma em seu gabinete. Sylvania Gomes Timóteo, segundo o departamento pessoal do

Senado, recebia mais de 6.000 reais de salário, mas nunca apareceu para trabalhar. Ela batia ponto na sede nacional do PT, em Brasília, onde assessora o tesoureiro do partido. Constrangido, Tião foi obrigado a dar explicações sobre o caso. Entre os petistas não há dúvidas de que a denúncia saiu do gabinete de Renan. "Não vou entrar no mérito agora nem acusar sem provas. Mas vou descobrir o autor dessa injustiça", afirma Viana. Não era propriamente uma injustiça, tanto que Tião Viana demitiu a funcionária-fantasma.

Renan Calheiros montou seu dossiê com informações comprometedoras contra os colegas usando a estrutura funcional do Senado – atitude indecorosa que, sozinha, já seria causa para abertura de um processo administrativo contra Calheiros. Logo após a revelação de que ele tinha as despesas pessoais pagas por um lobista de empreiteira, o senador começou a preparar sua artilharia de defesa. Convocou a seu gabinete o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, a secretária da Mesa, Cláudia Lyra, e o primeiro-secretário, senador Efraim Morais. Distribuiu tarefas a cada um deles. Agaciel foi encarregado de listar todas as contratações feitas pelos senadores. Efraim recebeu a missão de escarafunchar a prestação de contas da verba indenizatória que os parlamentares recebem a cada mês e elaborar uma relação de todas as viagens oficiais feitas por cada um dos senadores. Cláudia Lyra fez um mapeamento de projetos de interesse dos senadores junto ao governo. Renan ainda pediu a assessores do gabinete que reunissem detalhes dos processos criminais que tramitam na Justiça contra cada um dos senadores. Em um computador, Renan acrescentou aos arquivos dados de sua própria memória das relações com o governo, em que não faltam histórias de favores, nem sempre lícitos, prestados a alguns colegas. A munição reunida, segundo assessores do presidente, poderia levar um terço dos senadores ao Conselho de Ética. Seria um trunfo para Renan provar que não é pior do que ninguém no Senado.

A oposição acredita que pelo menos dez senadores do PSDB e do DEM tenham votado pela absolvição de Renan Calheiros motivados pelo que consta sobre eles nas fichas do presidente do Congresso. Agora, o arsenal está apontado para a testa dos petistas que ameaçam se rebelar. Além de Tião Viana, outros três senadores do PT estão na mira de Renan. O ex-líder do governo, Aloizio Mercadante, surpreendeu todos ao pedir votos contra a cassação do presidente do Congresso. Mercadante tinha lá seus compromissos com o governo, mas Renan deu uma ajudazinha. Fez chegar a Mercadante a notícia de que ele guarda reminiscências de uma certa reunião ocorrida no fim do ano passado, logo depois da eleição presidencial, da qual participaram, além do próprio Renan, líderes do PSDB e do Democratas. Mercadante teve assessores envolvidos no escândalo do chamado "dossiê dos aloprados", e a oposição queria pedir a abertura de um processo contra ele no Conselho de Ética. Com sua habilidade negocial, Renan conseguiu convencer os líderes a desistir da idéia. "Ele pode estar usando isso contra mim, mas nunca lhe pedi que me defendesse. Não fui denunciado, não existe nenhuma prova do meu envolvimento", diz Mercadante.

Na ficha que Renan guarda sobre a senadora petista Serys Slhessarenko está registrada outra história de gratidão. Serys foi apontada como um dos parlamentares envolvidos na máfia dos sanguessugas. Seu genro, funcionário do gabinete em Brasília, recebeu dinheiro da empresa beneficiada com verbas do Orçamento liberadas a partir de emendas apresentadas pela senadora petista. Renan articulou com sucesso para livrar a senadora de um processo de cassação e nunca revelou os detalhes do que sabe sobre o envolvimento dos petistas com os sanguessugas. "Renan nunca me ajudou e eu nunca precisei de ajuda,

porque sou inocente", diz Serys. A líder do partido, Ideli Salvatti, uma canina defensora de Calheiros, é o alvo mais precioso das ameaças do senador. Renan já mandou dizer à senadora que instalará a CPI das ONGs assim que Ideli ou o PT derem sinal de que mudaram de lado. Ideli tem ligações umbilicais com petistas de ONGs envolvidas em desvios e financiamentos irregulares de campanhas em Santa Catarina, seu berço político. Na semana passada, em reunião da bancada do PT, oito dos doze senadores do partido defenderam que se fizesse uma manifestação formal pelo afastamento de Renan. Mas Ideli, ainda exercendo o papel de diligente defensora de Calheiros, convenceu os colegas a desistir da proposta em nome da "paz no Senado". Um confronto verdadeiro do PT com Renan Calheiros seria letal para o senador. Mas os senadores do PT estão dispostos a pagar o ônus para suas imagens que a artilharia de Renan pode provocar? Tomara que sim. O Brasil agradeceria.

### → 3 de outubro

#### **O caixa 2 da turma de Ideli**

*Entidade fundada por petistas e ligada à líder do PT no Senado é suspeita de desviar dinheiro público*

Ricardo Brito e Otávio Cabral

O Senado vai instalar nesta semana uma CPI para investigar entidades e organizações não-governamentais suspeitas de desviar recursos públicos. Somente nos últimos oito anos, o governo destinou 33 bilhões de reais às chamadas ONGs por meio de convênios e emendas parlamentares. Seria uma forma ágil e eficiente de fazer chegar às comunidades mais carentes os programas sociais. Sem fiscalização adequada, muitas dessas organizações se transformaram em máquinas de fraudes que enriquecem seus dirigentes e financiam campanhas políticas regionais. Em Santa Catarina, a Polícia Federal está investigando um caso exemplar. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) recebeu 5 milhões de reais para promover cursos de treinamento profissional. Parte do dinheiro, já se sabe, foi parar na campanha política de um deputado do PT. Para justificarem os gastos, os dirigentes da federação falsificaram planilhas e criaram alunos-fantasma. O que mais chama atenção no caso, porém, é o eixo entre os principais envolvidos na fraude. Todos são correligionários, amigos ou assessores da senadora catarinense Ideli Salvatti, líder do PT no Senado.

A investigação da polícia se concentra em dezoito convênios firmados entre a Fetraf e os ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, da Agricultura e da Pesca – que lhe destinaram 5,2 milhões de reais entre maio de 2003 e março de 2007. O inquérito, que já tem mais de 300 páginas, recolheu provas que permitem concluir que a federação usou uma tecnologia de fraude muito conhecida desde os tempos em que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares era um simplório conselheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Usando a influência política, os dirigentes conseguem prioridade em assinatura de convênios com órgãos públicos. Há no esquema sempre um parlamentar amigo que, por meio de emendas, assegura recursos no Orçamento para os tais programas sociais. Nos ministérios, correligionários em postos-chave são os responsáveis pela seleção das parcerias. Depois, cabe às entidades escolhidas superfaturar contratos, inventar serviços e embolsar o

dinheiro, às vezes tudo, às vezes apenas uma parte para simular que alguma coisa foi feita. A Fetraf, segundo a polícia, seguiu à risca essa cartilha.

A Fetraf foi criada em 2001 por petistas ligados à senadora Ideli Salvatti, mas sua importância social só começou a ser reconhecida depois do governo Lula. Um dos convênios já esmiuçados pela polícia foi assinado em 2003 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que liberou 1 milhão de reais para a entidade promover o treinamento de trabalhadores rurais em Chapecó, interior de Santa Catarina. Na época, o coordenador da entidade chamava-se Dirceu Dresch, um petista do grupo político de Ideli Salvatti. Dois mil trabalhadores rurais participaram do curso. A maioria, descobriu-se agora, era fantasma. Para fazer de conta que o curso existiu, a Fetraf apresentou uma lista de estudantes, com nome, CPF e endereço dos alunos. A polícia foi checar e descobriu que muitos não existiam, outros nunca ouviram falar do curso, alguns nem sequer moravam na região e os poucos que disseram ter freqüentado aulas – pessoas ligadas à federação, é claro – assinavam a mesma lista de presença várias vezes. Nos outros dezessete convênios assinados com a instituição, a história se repetiu. VEJA localizou no interior de Santa Catarina o agricultor Jackson Luiz Oldra. Segundo a polícia, ele foi usado pela federação para "captar" alunos para o curso de técnicas de plantio e colheita para jovens. Sua tarefa para conseguir o diploma de jovem agricultor era pegar as listas em branco na sede da federação, em Chapecó, e devolvê-las completamente preenchidas. "Peguei assinatura até com meu avô e minha avó", conta o rapaz, que já foi intimado a depor na PF. "A gente faz as coisas para ajudar e acaba se metendo em rolo", reclama. Para o Ministério do Trabalho, Ernesto, de 67 anos, e Ana, de 63, constam das estatísticas como "jovens" agricultores. A federação embolsou o dinheiro.

Os convênios exibem outras fraudes grotescas. Para dar aulas a alunos-fantasma, nada mais natural que se chame um professor com conhecimentos especiais. Um dos convocados para a missão exibe um currículo surpreendente. Marcelino Pedrinho Pies foi contratado em abril do ano passado para coordenar um curso destinado a pequenos agricultores, recebendo 4.000 reais por mês. O professor Marcelino tem um salário maior que o de muito doutor de universidade, mas seu currículo também é ímpar. Na mesma época da contratação, ele fez um acordo com a Justiça para doar cestas básicas a uma instituição de caridade. Voluntário? Não. Marcelino, ex-tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul, confessou que usou dinheiro do valerioduto para pagar dívidas eleitorais do partido em 2002 quando o candidato ao governo era Tarso Genro, hoje ministro da Justiça. O dinheiro da Fetraf, que deveria estar formando trabalhadores, vem sendo usado para subsidiar também a pena de criminosos. A Polícia Federal estima que, no mínimo, 60% dos recursos destinados a treinar os trabalhadores acabaram nos bolsos ou nas campanhas políticas dos marcelinos da federação. Há evidências que sugerem isso – e muito mais.

Dirceu Dresch, ex-líder da Fetraf no período em que foi assinada a maioria dos convênios, conseguiu se eleger deputado estadual pelo PT no ano passado. Antes disso, ele foi coordenador das campanhas de Ideli Salvatti. Eles pertencem à mesma corrente política do partido. Em 2002, Ideli candidatou-se ao Senado e Dresch a deputado estadual. Fizeram campanha juntos. Ela venceu a disputa e ele não se elegeu. No ano passado, Ideli, que desistiu de se candidatar ao governo em favor do então ministro da Pesca, José Fritsch (com quem a Fetraf assinou um convênio), deu uma mãozinha a Dresch, inclusive destacando

Lizeu Mazzioni, um de seus assessores em Brasília, para coordenar a campanha. Ideli e Dresch são sócios na indicação do delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário Jurandi Teodoro Gugel, que assinou doze convênios com a Fetraf e ocupou o cargo até julho passado. Antes do ministério, Gugel era assessor lotado no gabinete de Ideli. Em novembro de 2004, Dirceu, Jurandi e Lizeu estiveram juntos em uma reunião na antiga sede da Fetraf, onde discutiram o apoio político da federação e seus filiados a uma eventual campanha de Ideli ao governo. Em troca, a senadora apresentaria emendas para sindicatos e prefeituras amigas da federação.

A campanha de Ideli ao governo não prosperou, mas as tratativas sobre as emendas continuaram. Documentos em poder da polícia revelam que, em 12 de setembro de 2005, o então coordenador de política sindical da Fetraf, Daniel Kothe, e o chefe-de-gabinete de Ideli em Brasília, Paulo Argenta, discutiram as formas de viabilizar os recursos para a federação. Em uma mensagem eletrônica trocada entre os dois gabinetes, chegaram a combinar até o destino das emendas. "Ficamos no aguardo dos encaminhamentos necessários para efetivarmos a aplicação desses recursos na base", escreveu Daniel Kothe, que substituiu Dirceu Dresch como líder da Fetraf-Sul. A mensagem deixa claro que as estratégias de ação da entidade e os projetos financeiros passaram pelo gabinete de Ideli. Os fatos mostram que a relação entre a senadora e o grupo que controla a federação é muito estreita. Além de Jurandi e Lizeu, já houve mais gente do gabinete ligada à Fetraf. Cleci Dresch, mulher do deputado Dresch, foi funcionária do gabinete da senadora até março deste ano. O que ela fazia? "Nunca fui a Brasília. Eu quero que você converse com o meu marido", limitou-se a dizer. O deputado Dresch não quis conversar. Um ex-auxiliar dele confirmou à polícia que parte do dinheiro desviado da federação foi usada em sua campanha política. "Os indícios de fraude e desvio de dinheiro são muito fortes", confirma o delegado Misael Mazzetti, da Polícia Federal.

A proximidade entre a senadora Ideli Salvatti e representantes de ONGs suspeitas não é novidade. Há outro alvo da CPI que também fica em Santa Catarina, também é comandado por gente ligada a Ideli e também tem uma carteira de milhões de reais em convênios com o governo. Assim como a Fetraf, a Unitrabalho recebeu 18 milhões de reais entre 2003 e 2006 para qualificar trabalhadores. A ONG chamou atenção no ano passado, quando o seu dirigente maior, Jorge Lorenzetti, ex-churrasqueiro do presidente Lula, amigo da senadora e funcionário do comitê de reeleição, foi flagrado em uma operação para comprar um dossiê contra adversários. Nunca se descobriu a origem do dinheiro apreendido com o grupo. A senadora Ideli emprega em seu gabinete Natália Lorenzetti, filha do ex-churrasqueiro petista. Procurada, a senadora não quis se pronunciar. Por intermédio de sua assessoria, mandou dizer que não tem nenhuma relação formal nem com a Fetraf nem com Dresch, e que as emendas que apresentou visaram apenas a beneficiar a agricultura familiar. Mandou dizer ainda que nunca foi citada pela Justiça ou pelo Ministério Público em irregularidade alguma envolvendo a Fetraf ou qualquer outra entidade. É verdade. Ainda não foi.

**→ 10 de outubro**

### **O jogo sujo de Renan Calheiros**

*O senador manda espionar a vida de adversários do PSDB e do DEM*

## Policarpo Junior e Otávio Cabral

Para salvar seu mandato, o senador Renan Calheiros já usou a tática de constranger e ameaçar colegas do Parlamento com a divulgação de informações supostamente comprometedoras. Fez isso com dois respeitáveis senadores, Pedro Simon e Jefferson Peres, transformando-os em alvos de boatos sórdidos. Repetiu a fórmula com os petistas Tião Viana e Ideli Salvatti, aliados fiéis que pensaram em se rebelar contra a permanência dele no cargo e acabaram acuados por denúncias de irregularidades. Às vésperas de enfrentar três outros processos no Conselho de Ética, Renan Calheiros é flagrado em outro movimento clandestino e espúrio: a espionagem de senadores. VEJA apurou que Calheiros montou um grupo de arapongas e advogados para bisbilhotar a vida de seus adversários. Na mira estão dois dos principais oponentes do presidente do Congresso: o tucano Marconi Perillo e o democrata Demostenes Torres. Ambos tiveram a vida privada devassada nos últimos três meses. A ousadia chegou ao ponto de, há duas semanas, os arapongas planejarem instalar câmeras de vídeo em um hangar de táxi aéreo no Aeroporto de Goiânia para filmar os embarques e os desembarques dos parlamentares. O objetivo era tentar flagrar os senadores em alguma atividade ilegal para depois chantageá-los em troca de apoio. O plano só não foi em frente porque o dono do hangar não concordou em participar da operação.

O grupo de espionagem é comandado pelo ex-senador Francisco Escórcio, amigo, correligionário e assessor direto de Renan Calheiros. No dia 24 passado, o assessor se reuniu em Goiânia com os advogados Heli Dourado e Wilson Azevedo. Discutiram uma estratégia para criar uma situação que comprometesse os senadores Perillo e Demostenes. "Vamos ter de estourá-los", sentenciou Escórcio. Um dos advogados disse que a melhor maneira de constranger os senadores opositoristas era colher imagens deles embarcando em jatos particulares pertencentes a empresários da região. Um dos presentes lembrou que os vôos eram feitos a partir do hangar da empresa Voar, cujo proprietário é o ex-deputado Pedro Abrão, um ex-peemedebista. Na mesma noite, Abrão foi convidado a ir a um escritório no centro de Goiânia. Lá, na presença dos advogados, ouviu a proposta diretamente de Francisco Escórcio: "Nós precisamos de sua ajuda para resolver um problema para Renan", disse Escórcio. Os dois já se conheciam do Congresso Nacional. "Queremos instalar câmeras de vídeo para gravar Perillo e Demostenes usando seus aviões." E completou: "Quero ver a cara deles depois disso, se eles (*os senadores*) vão continuar nos incomodando". Abrão ouviu a proposta e ficou de estudar. Depois, preocupado, narrou o estranho encontro a um amigo.

Ex-governador de Goiás, Perillo está em seu primeiro mandato. Na reta final do processo que investigava o envolvimento de Calheiros com o lobista de empreiteira, foi Perillo que apresentou a tese vencedora de que o voto no Conselho de Ética deveria ser aberto. Já Demostenes Torres, ex-promotor público, é hoje um dos mais destacados parlamentares da oposição. Não é a primeira vez que ele, titular do Conselho de Ética, é vítima de arapongas. Em junho passado, logo depois das primeiras denúncias contra Calheiros, Demostenes foi um dos primeiros a defender com veemência a instalação do processo por quebra de decoro. Os arapongas de Renan passaram a investigá-lo desde então. Sem cerimônia, estiveram na cidade de Rio Verde, no interior de Goiás, onde moram pessoas próximas a Demostenes. Lá, procuraram amigos e amigas que já fizeram parte da intimidade do senador. Uma dessas pessoas chegou a receber uma oferta para gravar um depoimento. Os



arapongas se apresentavam como advogados, tinham sotaque carregado e, ao que parece, estavam muito interessados em fazer futrica. Não escondiam que o objetivo era intimidar o senador.

Na semana passada, Demostenes Torres e Marconi Perillo foram procurados por amigos em comum e avisados da trama dos arapongas de Renan. Os senadores se reuniram na segunda-feira no gabinete do presidente do Tribunal de Contas de Goiás, onde chegaram a discutir a possibilidade de procurar a polícia para tentar flagrar os arapongas em ação. "Essa história é muito grave e, se confirmada, vai ser alvo de uma nova representação do meu partido contra o senador Renan Calheiros", disse o tucano Marconi Perillo. "Se alguém quiser saber os meus itinerários, basta me perguntar. Tenho todos os comprovantes de vôos e os respectivos pagamentos." Demostenes Torres disse que vai solicitar uma reunião extraordinária das lideranças do DEM para decidir quais as providências que serão tomadas contra Calheiros. "É intolerável sob qualquer critério que o presidente utilize a estrutura funcional do Congresso para cometer crimes", afirma Demóstenes.

Francisco Escórcio foi contratado em novembro do ano passado pelo senador Calheiros como assessor técnico da Presidência. Antes, trabalhou com o ex-ministro José Dirceu no cargo de assessor especial da Casa Civil. Despacha em uma sala a poucos metros de Renan e ganha um salário de 9.301 reais. O que ele faz? "Faço o que Renan me mandar fazer", disse a VEJA. Escórcio, o advogado Heli Dourado e seu sócio Wilson Azevedo foram ouvidos simultaneamente sobre o plano para bisbilhotar os senadores. Escórcio afirmou que esteve em Goiânia no dia 24 "para pegar umas fotos", que se reuniu com o advogado Heli Dourado e "outras pessoas" num escritório e que, por acaso, o empresário Pedro Abrão "apareceu por lá e eu até disse que ele estava bem magrinho". Heli Dourado confirma que esteve reunido com Escórcio "para discutir um processo judicial de interesse da família Sarney" e garante que "Pedro Abrão não participou da conversa". Wilson Azevedo, seu sócio, diz que "estive com Escórcio há uns dez dias num encontro informal" e que não vê Pedro Abrão "há uns seis anos". Pedro Abrão, por sua vez, confirma que os senadores usam seu hangar, que conhece os personagens citados, mas que não participou de nenhuma reunião. O empresário, que já pesou mais de 120 quilos, fez uma cirurgia de redução de estômago e está bem magrinho, como disse Escórcio. Renan Calheiros não quis falar.

## → 31 de outubro

### **Baixaria na reta final**

*Dossiê tenta constranger relator do processo contra Renan Calheiros*

Otávio Cabral

O senador Jefferson Péres está sendo submetido a todo tipo de constrangimento desde que aceitou relatar o processo que investiga a participação de Renan Calheiros numa sociedade secreta que comprou veículos de comunicação em Alagoas. Espalharam boatos sobre sua vida pessoal, inventaram histórias sobre seu comportamento e difundiram casos que, se verdadeiros, colocariam sua credibilidade e isenção em xeque. O nível de sordidez e maldade contra Jefferson Péres atingiu o ápice na semana passada. Senadores receberam um dossiê com acusações pesadas contra o colega amazonense. O material – um envelope

pardo contendo um DVD e uma folha de papel – chegou pelo correio ao gabinete de alguns parlamentares. VEJA teve acesso a esse material. O vídeo, de cinco minutos de duração, questiona a imagem de correção do senador e sugere que Péres estaria envolvido numa fraude financeira contra uma siderúrgica na década de 70 – caso que já havia sido alvo de insistentes boatos espalhados por assessores de Renan Calheiros desde o início das investigações. O restante do conteúdo do dossiê é tão grosseiro que não merece citação.

A tentativa de intimidar Jefferson Péres chegou ao absurdo de o senador – investigador – se ver obrigado a passar os últimos dias empenhado em produzir documentos para comprovar a própria inocência, como se ele fosse o investigado. Péres requisitou certidões à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e à direção do Senado. A Abin lhe enviou um ofício informando que não há nem nunca houve apuração, documento ou fotografia que possam comprometer sua integridade moral. O Senado atestou que ele nunca pediu passagens aéreas para quem quer que seja e que também não emprega parentes em seu gabinete. Assessores do senador Renan Calheiros, pouco antes do julgamento do primeiro pedido de cassação, insinuavam que Jefferson Péres empregava a esposa e usava sua cota de passagens para trazer amigos a Brasília. A mulher do senador, Marlídice, realmente ajuda Péres, mas não recebe salário. Não passava, portanto, de mais uma alevisia contra o senador. No caso da siderúrgica, ele diz que foi investigado apenas por ser um dos diretores da empresa e nem sequer foi indiciado. "Essas baixarias não vão mudar uma linha do meu relatório", adverte o parlamentar. "Não tenho nada para esconder e, por isso, ninguém vai conseguir me constranger."

O dossiê em vídeo é a agressão mais explícita que apareceu até hoje contra um senador não aliado a Renan Calheiros. Desde a revelação de que o então presidente do Congresso usava um lobista de empreiteira para pagar suas despesas pessoais, estabeleceu-se no Senado um vale-tudo para tentar preservar o mandato de Renan. O senador, que está licenciado da presidência, usou e abusou da estrutura do Congresso para levantar informações que pudessem comprometer os adversários, e não se furtou a usá-las. Foi assim, por exemplo, que o presidente em exercício do Senado, o petista Tião Viana, se viu obrigado a demitir uma assessora-fantasma que era contratada por seu gabinete, mas que na verdade trabalhava na sede do PT. O nível da baixaria foi descendo na mesma medida em que subiam as possibilidades de Renan perder o mandato. O caso mais rumoroso até então era a descoberta do plano para espionar os senadores Demostenes Torres, do DEM, e Marconi Perillo, do PSDB, executado, sem sucesso, por Francisco Escórcio, assessor de Renan Calheiros na presidência, demitido logo depois do escândalo. O vídeo contra o senador Jefferson Péres inaugura uma nova e abjeta etapa desse jogo sujo. Agora, as chantagens, ameaças e constrangimentos são armas utilizadas às claras, inclusive sem a preocupação de ocultar os autores.

O senador Jefferson Péres tem sob sua responsabilidade o caso que contém, tecnicamente, o maior número de evidências de quebra de decoro contra Renan Calheiros. Há documentos, recibos e testemunhas mostrando que o presidente licenciado comprou na clandestinidade, usando laranjas, um grupo de comunicação. Parte dele, inclusive, hoje se encontra em nome de seu filho, Renanzinho (*veja o quadro ao lado*). Surgiu até uma nova testemunha da participação do senador no negócio. O antigo contador da empresa, José Amilton Barbosa, revelou que Renan realmente participava da administração do grupo (*veja*

entrevista na pág. 59). O caso pode levar o senador Calheiros a perder o mandato – e é por isso que seus aliados decidiram partir para o tudo ou nada. No dossiê contra o senador Péres há impressões digitais da tropa de elite de Renan Calheiros. O vídeo, por exemplo, foi produzido em 2004, durante as eleições municipais em Manaus, por uma equipe de televisão chefiada pelo empresário Egberto Batista. Para quem não se lembra, Egberto é um especialista em forjar denúncias contra adversários. É de sua autoria um dos episódios mais infames de que se tem notícia na política brasileira. Na campanha presidencial de 1989, Batista produziu uma entrevista com Mirian Cordeiro, mãe de uma filha do então candidato Lula. Era uma fraude.

Egberto Batista é irmão do também empresário Gilberto Miranda, que interrompeu sua lua-de-mel para ir a Brasília, em setembro, tentar convencer senadores a votar a favor de Renan Calheiros no processo que pedia sua cassação no caso do lobista. Os argumentos heterodoxos de Gilberto Miranda ajudaram a absolver o senador. Agora, é o videodenúncia que pretende intimidar Jefferson Péres. Aliás, não é a primeira vez que o caso da siderúrgica amazonense é usado para tentar estrangê-lo. Em 2001, o senador já era membro do Conselho de Ética e, como agora, analisava denúncia contra o então presidente do Congresso, Jader Barbalho. Como se sabe, Jader renunciou ao mandato para não ser cassado. Antes disso, porém, enviou a Manaus uma equipe de televisão para registrar o suposto envolvimento de Péres com a falência da siderúrgica e, com isso, tentar intimidá-lo. O hoje deputado Jader Barbalho, amigo de Gilberto Miranda – o irmão de Egberto –, é uma espécie de conselheiro-mor de Renan Calheiros. "Não duvido que essa baixaria seja coisa do Renan e de seus asseclas", diz o senador Jefferson Péres. Talvez seja mera coincidência.

## "O SENADOR ERA DONO DE METADE"

O economista José Amilton Barbosa dos Santos, de 38 anos, ocupava um posto estratégico entre 1999 e 2005 – período em que o senador Renan Calheiros e o usineiro João Lyra mantiveram uma sociedade secreta em um grupo de comunicação em Alagoas. Ele era o supervisor contábil das empresas comandadas pelo senador e pelo usineiro. Em maio passado, dois anos depois de desfeita a sociedade, Santos foi demitido do grupo, hoje comandado apenas por Lyra. O contador é uma testemunha importante da participação do senador Renan Calheiros no negócio, no qual ele insiste em negar qualquer envolvimento. Na semana passada, ele falou ao editor Alexandre Oltramari.

**O QUE O SENHOR SABE SOBRE A VENDA DO GRUPO O JORNAL?** Entrei na empresa no dia 1º de julho de 1999 e saí em maio passado. Quando ocorreu a negociação, eu era supervisor contábil das empresas.

**O SENHOR SABIA PARA QUEM O GRUPO O JORNAL ESTAVA SENDO VENDIDO?**

Sim. Para o senador Renan Calheiros e para o grupo João Lyra.

**COMO O SENHOR FICOU SABENDO DISSO?**

Depois da venda, em 1999, O Jornal passou a ter dois diretores administrativos e financeiros. Um deles, que representava o grupo João Lyra, era Sérgio Luís Ferreira. O

outro, do lado do senador Renan Calheiros, era José Queiroz de Oliveira. Os dois me falaram que os donos do negócio eram o senador e o grupo João Lyra.

**O EMPRESÁRIO NAZÁRIO PIMENTEL, ANTIGO DONO DO GRUPO O JORNAL, CHEGOU A REVELAR AO SENHOR QUE O EMPREENDIMENTO ESTAVA SENDO VENDIDO A RENAN CALHEIROS E A JOÃO LYRA?**

Sim. Nazário Pimentel, José Queiroz, Sérgio Luís... Todo mundo sabia que o senador era dono de metade do jornal e da rádio.

**EXISTEM RECIBOS QUE MOSTRAM QUE UM PRIMO DE RENAN CALHEIROS, TITO UCHOA, FEZ PAGAMENTOS A NAZARIO PIMENTEL EM RAZÃO DA COMPRA DO GRUPO. O SENHOR CONHECE ELE?**

Sim. Um dia ele ligou e me pediu que entregasse a ele toda a documentação contábil das empresas. Fui lá e a entreguei pessoalmente.

**O SENHOR ESTÁ DISPOSTO A CONTAR AO SENADOR JEFFERSON PÉRES, RELATOR DO PROCESSO CONTRA RENAN CALHEIROS NO CONSELHO DE ÉTICA, TUDO O QUE SABE?**

Com certeza.

→ 28 de novembro

**Um alerta no ar**

*Estudo do Banco Mundial mostra que o programa antitabaco empacou e recomenda cigarro mais caro*

Ronaldo Soares

O programa brasileiro de combate ao cigarro colecionou uma série de avanços ao longo das últimas duas décadas. O país foi o primeiro no mundo a proibir, nas embalagens, o uso de palavras que poderiam levar o consumidor a uma falsa idéia de segurança. Eram termos como "light" e "baixos teores". Também se destacou por fazer constar nos maços fotografias pavorosas sobre os males do fumo à saúde. Foram os primeiros passos de uma campanha que teve no banimento da propaganda do tabaco seu ponto forte. Nos primeiros sete anos conseguiu reduzir o consumo per capita de cigarros em 33,6%. Com medidas e resultados assim, o programa, criado em 1987, deu ao país uma posição de liderança na luta contra o tabagismo. Mas as notícias agora já não são tão animadoras. Ao completar duas décadas, acaba de sair do forno a primeira grande avaliação sobre sua eficácia. Um estudo do Banco Mundial, ao qual VEJA teve acesso com exclusividade, concluiu que o programa empacou. Desde 1994 ele não produz nenhum impacto significativo. O consumo per capita naquele ano era de 1.220 unidades e hoje se encontra em 1 200. Pior, nada indica que será reduzido. A estagnação é preocupante. O tabaco é responsável por 200 000 mortes por ano no Brasil. Para vencer essa guerra, serão necessárias armas mais poderosas. A estratégia sugerida pelo estudo é mirar diretamente o bolso dos fumantes.

O trabalho tem entre seus autores a epidemiologista Vera Luíza da Costa e Silva, uma das maiores especialistas do mundo no controle do tabagismo, e o economista Roberto Iglesias,

consultor do Banco Mundial. "O modelo atual do programa pode ter atingido um ponto de saturação", diz Vera Luíza. O que eles recomendam agora é a elevação do preço do cigarro, através do aumento das alíquotas de imposto. Nos anos 90, o maço de cigarros populares custava, em média, 2,45 reais. Hoje está em torno de 2,27 reais. Os pesquisadores perceberam que a queda do preço se deu em razão da redução do peso do imposto sobre produtos industrializados (IPI) no preço do cigarro. Nos anos 90, ele representava 41% do preço final do maço. Atualmente, equivale a 20%. "É um paradoxo. Um país que aumenta sua carga tributária reduz o peso do IPI justamente num produto que causa tantos males à sociedade", diz Roberto Iglesias. A estratégia de preços já foi testada com sucesso em outros países. Na década de 90, o Reino Unido aumentou em mais de 50% o preço médio do cigarro popular. Com isso, reduziu o consumo na mesma proporção. O estudo, que será apresentado nesta semana num congresso internacional promovido pelo Instituto Nacional de Câncer, mostra que o Brasil tem um dos preços mais baixos no segmento de cigarros populares na América Latina.

O combate ao tabagismo tem idas e vindas. Os governos lutam contra as fabulosas verbas de marketing da indústria e a dependência química causada pela nicotina tragada com a fumaça. Nos últimos anos, o que se viu no Brasil foi uma guerra de guerrilha. A cada ação do governo correspondeu uma reação do setor. Um jogo de xadrez no qual a restrição de uma forma de propaganda levava as empresas a buscar novos caminhos, cada vez mais inventivos. A redução de preços fez parte desse arsenal. O estudo do Banco Mundial mostra que é hora de o governo descer os tanques. Nos planos do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, há pelo menos três ações programadas. Ele defende o aumento do preço, sim, mas para a formação de um fundo que financiaria as despesas do sistema de saúde com as doenças decorrentes do tabagismo. Quer também ampliar o atendimento aos dependentes de nicotina. Além disso, tentará proibir totalmente o consumo em lugares públicos, em um projeto que será apresentado ao presidente Lula nas próximas semanas. Diz o ministro: "O desafio é endurecer a estratégia atual. Temos de virar o jogo".

## → 5 de dezembro

### **Espionagem oficial**

*Polícia do Senado é acusada de contratar detetives particulares para investigar a vida de senador adversário do então presidente Renan Calheiros*

Otávio Cabral

O senador Marconi Perillo, do PSDB de Goiás, foi alertado sobre a trama há um mês. Sua vida estava sendo devassada por um grupo de detetives particulares. Ex-governador do estado, o senador tomou duas providências. Primeiro, ele pediu à polícia de Goiás que investigasse. Depois comunicou o caso ao corregedor do Senado, Romeu Tuma. Discreto, Perillo atribuiu a história a razões provincianas. Estava enganado. Os policiais goianos descobriram um autor bem mais notório e razões bem diferentes para o triste episódio. Dois escritórios de detetives – um em Brasília e outro em Goiânia – haviam sido contratados para bisbilhotar a vida do senador. Estavam orientados a identificar desde supostos negócios fraudulentos realizados entre o parlamentar e empresários até a existência de contas

bancárias dele no exterior. Seguindo o rastro dos arapongas, os investigadores goianos descobriram algo ainda mais escandaloso: a espionagem foi contratada pelo próprio Senado Federal. Segundo relato dos agentes, a Polícia do Senado acionou um conhecido escritório de espionagem política de Brasília – a Central Única Federal dos Detetives do Brasil – para levantar as informações financeiras de Marconi Perillo. Os telefones do senador foram grampeados e violaram seu sigilo bancário e fiscal. A invasão de privacidade está sendo investigada, em sigilo, pela Polícia Federal.

"É o fim do mundo alguém usar a estrutura do Senado para investigar ilegalmente os senadores", disse o senador Perillo. É o segundo caso envolvendo o senador tucano com espionagem nos últimos dois meses. No primeiro, também revelado por VEJA há oito semanas, o então assessor da presidência do Senado, Francisco Escórcio, foi pilhado planejando instalar câmeras de vídeo no hangar do Aeroporto de Goiânia. Ele pretendia filmar os senadores Demóstenes Torres e Marconi Perillo embarcando em jatos supostamente cedidos por empresários para depois usar as imagens como arma de chantagem. Os senadores são defensores da cassação do mandato do presidente licenciado do Congresso, Renan Calheiros. Escórcio era auxiliar direto de Renan. Foi demitido para salvar as aparências. O caso de agora começou exatamente no mesmo período, e os policiais suspeitam que ambos façam parte da mesma operação. Em outubro passado, Marconi Perillo recebeu um telefonema do governador de Goiás, Alcides Rodrigues. O governador disse que tinha informações concretas de que o senador era alvo de uma investigação ilegal. Um policial aposentado contou ter sido contatado por um escritório de detetives profissionais. Eles lhe ofereceram dinheiro para ajudar na apuração e na montagem de um dossiê contra Perillo.

O senador Perillo procurou o secretário de Segurança do Estado, Ernesto Roller, e o diretor da Polícia Civil, delegado Marcos Martins. Pediu a ambos que investigassem o caso com discrição. A polícia desvendou parte da trama. Seguindo a cadeia de contatos dos arapongas, descobriu que o policial aposentado foi procurado pela detetive Luzia Aparecida Tanganelli. Sem saber que estava sendo investigada, ela, por sua vez, revelou que estava prestando serviços a uma agência de Brasília. Os policiais descobriram em Brasília que o contratante final era a Polícia do Senado. O resultado da investigação, realizada pelo serviço reservado da polícia de Goiás, foi repassado ao senador Marconi Perillo na semana passada. VEJA teve acesso às principais conclusões da polícia goiana:

- Foi um agente da Polícia do Senado, não identificado, quem procurou o escritório de detetives de Brasília. Os arapongas usariam os serviços de ex-policiais federais.
- Os detetives brasileiros contrataram o escritório Agatha & Holmes, em Goiânia, que tem como representante Luzia Tanganelli, conhecida pelo apelido de "Cleópatra" e por usar informações colhidas ilegalmente para chantagear.
- A missão dos arapongas goianos era descobrir se Marconi Perillo tinha participação societária oculta nas empresas Perdigão e Schincariol, ambas instaladas em Goiás durante seu governo.

- Quebraram o sigilo fiscal e bancário do senador para tentar investigar a existência de uma suposta conta milionária em um banco dos Estados Unidos.

- O plano também previa a interceptação dos telefones do senador. Os policiais listaram os nomes, os endereços e os telefones dos principais personagens envolvidos na trama.

Resta um mistério não esclarecido pelos investigadores goianos. Afinal, qual seria o interesse da Polícia do Senado na vida pessoal de Marconi Perillo? O senador tem uma suspeita: "Eu tive uma atuação destacada no caso Renan Calheiros, no Conselho de Ética, na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário. Não tenho provas concretas, mas não descarto que essa coisa abominável possa ter sido causada pela minha atuação em defesa da cassação de Renan Calheiros". O senador Marconi Perillo, de fato, teve uma participação capital no Conselho de Ética. Foi sua a manobra que implodiu um plano dos aliados de Renan Calheiros para arquivar no nascedouro o processo que investigou as relações do senador com um lobista de empreiteira. Também foi Perillo o autor do requerimento que estabeleceu o voto aberto no Conselho de Ética, decisão que irritou Renan Calheiros e seus aliados.

Na quinta-feira passada, VEJA esteve nos dois escritórios apontados pela polícia goiana como responsáveis pela espionagem. Em Brasília, o detetive Edilmar Lima, o dono da Central Única dos Detetives, teve uma reação curiosa ao ser perguntado se havia sido contratado pelo Senado para bisbilhotar a vida de Marconi Perillo: "Como essa história vazou? Esse caso é sigiloso, é perigoso". Isso é uma confirmação? "Se fiz ou não esse serviço, não posso falar. Todo contrato que eu assino tem uma cláusula de sigilo muito rigorosa. Se assumir que isso é verdade ou mentira, vou estar queimando meu nome e posso ser processado pelo cliente", respondeu o araponga. Em mais de uma hora de entrevista em seu escritório, o detetive explicou como trabalha, relatou casos de seus treze anos de carreira, mas, indagado várias vezes, em nenhum momento negou o envolvimento com a espionagem contra o senador tucano. Muito pelo contrário. "Se trabalhei nesse caso, não fiz nada ilegal. É lícito investigar, a lei está ao meu lado, posso investigar até o presidente da República. O que é crime é o uso indevido do resultado da investigação", explicou. Edilmar afirma também que conhece muita gente no Congresso e que executou, e ainda executa, trabalhos para deputados e senadores. Foi assim no caso Perillo? "Onde há fumaça há fogo. Você é esperto, entendeu muito bem o que eu falei", disse ele.

Edilmar disse que cobra entre 100 000 e 120 000 reais para fazer levantamentos sobre políticos importantes. O detetive não revela se conhece ou foi procurado por alguém ligado à Polícia do Senado. Ele, porém, confirma que conhece Luzia Tanganelli. Tem, inclusive, o telefone da detetive na agenda de seu celular. "Ela é uma dos mais de 300 colaboradores que temos em todo o Brasil", diz. Luzia vive num prédio de classe média em Goiânia, onde também funciona seu escritório. Ela negou qualquer participação no episódio e, o mais curioso, disse que nem sequer conhece o detetive Edilmar Lima. "Não conheço e nunca ouvi falar dessa pessoa", garante. Num primeiro momento, ela diz que sobrevive da pensão alimentícia repassada pelo ex-marido. Depois, admite que faz alguns trabalhos esporádicos para localizar pessoas e endereços na condição de representante de uma firma de São José do Rio Preto, no interior paulista. VEJA apurou que foi o ex-marido de Luzia, Abdul Sebba, um ex-delegado, ex-deputado estadual e aliado político de Perillo, quem fez chegar ao

governador de Goiás as primeiras informações sobre a espionagem. Procurado, Sebba disse que não tinha nada a declarar.

O diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo, negou qualquer envolvimento do órgão. Segundo ele, a polícia legislativa nunca contratou empresas para realizar qualquer tipo de investigação. Já o corregedor do Senado, Romeu Tuma, confirmou que pediu à Polícia Federal para abrir inquérito, logo que tomou conhecimento do caso. O corregedor só soube do envolvimento da polícia legislativa na semana passada e disse que vai convidar o senador Marconi Perillo a prestar depoimento já nesta terça-feira – dia em que o plenário do Senado vai julgar Renan Calheiros por quebra do decoro parlamentar. O senador é acusado de usar laranjas e dinheiro ilícito para comprar duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, conforme VEJA revelou há quatro meses. Entalado em uma fossa de irregularidades, ainda assim ele está confiante na absolvição. Conta hoje com a simpatia e a cumplicidade de boa parte dos colegas – apesar de mais um escândalo a rondar sua biografia.

## → 12 de dezembro

### As sombras do passado

*Brigas, traições, inveja, dinheiro e macumba... A ex-primeira-dama Rosane Collor conta pela primeira vez os bastidores de uma das mais corruptas presidências da história*

Alexandre Oltramari

Ninguém assistiu à ascensão e queda do ex-presidente Fernando Collor de uma posição mais privilegiada que a de Rosane Malta Collor. Nascida em Canapi, no sertão alagoano, Rosane casou-se com Collor aos 19 anos de idade, quando ele ainda era um inexpressivo deputado federal por Alagoas. Collor, como se sabe, elegeu-se governador do estado e, três anos depois, atingiu o ápice da carreira de qualquer político – a Presidência da República. Rosane estava ao lado de Collor quando ele subiu a rampa do Palácio do Planalto e, quase três anos depois, também o acompanhava, de mãos dadas, quando ele deixou o governo e entrou para a história como o primeiro presidente a sofrer um processo de impeachment. Rosane Collor nunca contou publicamente o que testemunhou então. Na semana passada, quinze anos depois, ela rompeu o silêncio. Separada de Collor há três anos, não se sente mais obrigada a ocultar segredos dos tempos de primeira-dama. Em entrevista a VEJA, ela conta detalhes dos momentos mais tensos do governo do marido na ótica de uma ex-esposa. Rosane fala da relação do ex-presidente com o tesoureiro entesourador Paulo César Farias, o PC, conta como ele reagiu às denúncias do irmão, diz que teve medo de Collor tentar o suicídio e detalha as incursões do primeiro-casal no terreno da magia negra. O depoimento de Rosane revela ainda um lado desconhecido da personalidade do ex-presidente: ciumento, ele mantinha a esposa sob permanente vigilância e, certa vez, chegou a acusá-la de manter um caso extraconjugal. Não eram raras as situações em que, contrariado, tinha explosões de fúria que levaram a mulher a suspeitar de que alguma coisa pudesse estar interferindo em seu comportamento. O casal ficou três meses separado durante a Presidência. Rosane Collor só se nega a falar, por enquanto, de um assunto: o destino dos milhões de dólares que a parceria entre o hoje senador Fernando Collor e PC Farias teria produzido.



**Veja** – *A saída do presidente Collor e da senhora do Palácio do Planalto, há quinze anos, foi o maior desafio institucional enfrentado pelo país desde a volta à democracia. Como foram os minutos que antecederam aquele momento?*

**Rosane** – Quando a Câmara dos Deputados votou o impeachment, eu estava na Casa da Dinda. Fernando pediu para ficar sozinho no gabinete presidencial. Não queria ninguém na sala dele. Ele me ligava a cada minuto, a cada voto. Dizia: "Quinha, esse cara jantou aí em casa, falou que votaria contra e acaba de votar a favor". No último voto, quando viu que não havia mais jeito, ele me disse: "Está perdido". Pedi para ele ter calma e não fazer nenhuma besteira. Em seguida, determinei a um assessor que não o deixassem só e que o trouxessem para casa.

**Veja** – *O que ele lhe disse quando chegou em casa?*

**Rosane** – Fernando desceu do helicóptero, beijou meu rosto e começou a chorar. Passamos uma noite terrível. Dormimos apenas uma hora. Ele estava destruído. Dois dias depois, voamos até o Palácio do Planalto para a cerimônia oficial da saída da Presidência. Havia manifestantes vaiando e gritando palavrões horríveis. O cerimonial ficou com medo de que arremetassem ovos e tomates. Queriam que saíssemos pelos fundos. Queriam humilhá-lo mais ainda.

**Veja** – *O presidente e a senhora embarcaram em um helicóptero e foram para a Casa da Dinda. O que conversaram nesse trajeto?*

**Rosane** – Fernando me disse que tinha um último desejo. Queria ver uma escola que estava sendo construída nas proximidades da Casa da Dinda. Estávamos sentados no banco de trás do helicóptero. Fernando fez esse pedido. Sem nem consultar o piloto, o ajudante pediu desculpas e informou que não havia gasolina. Fernando chorou. Foi o momento em que ele teve consciência de que não era mais presidente da República.

**Veja** – *Entre a saída do Planalto, em setembro de 1992, e a renúncia ao mandato, em dezembro do mesmo ano, passaram-se três meses. Como foi esse período?*

**Rosane** – Trocamos a noite pelo dia. Dormíamos às 6 horas da manhã e acordávamos à 1 da tarde. Fernando passou esse tempo todo trabalhando em sua defesa. Não saíamos de casa. Passamos a tomar remédios para dormir. Ele perdeu 14 quilos e eu, 10. Também comecei a temer pela vida dele.

**Veja** – *Como assim? O presidente pensou em se suicidar?*

**Rosane** – Fiquei com muito medo de que isso pudesse acontecer. Fernando era muito forte, mas ficou arrasado. Quando ele se levantava para ir ao banheiro, eu ia atrás. Tinha medo de que ele fizesse uma besteira. Havia duas ou três armas em casa. Mandeí esconder tudo.

**Veja** – *Qual foi o momento mais difícil?*

**Rosane** – Foi quando o Pedro Collor fez as denúncias contra a gente. Além do caráter político, havia uma questão familiar muito importante em jogo. A mãe do Fernando, dona Leda Collor, morreu por causa disso. Dona Leda tinha pressão alta e tomava remédios controlados.

**Veja** – *Pedro Collor desconfiava que o presidente assediava sua mulher, Thereza. A senhora acha que foi essa a razão que o levou a denunciar o irmão?*

**Rosane** – Não acredito nisso. Eles se desentendiam desde que nasceram. Pedro, assim como Fernando, tinha um temperamento muito forte. Eles simplesmente não conseguiam conviver. Não lembro de um Natal que Fernando tenha passado com a família dele em 21 anos de casamento. Além disso, o Paulo César Farias montou um jornal em Maceió para concorrer com o jornal que pertencia à família do Fernando e era dirigido pelo irmão. Isso deixou o Pedro irado. Ele achava que o Fernando estava por trás do jornal do Paulo César.

**Veja** – *E não estava?*

**Rosane** – Estava. Algumas vezes o Fernando queria colocar uma matéria no jornal e o Pedro não permitia. Ele tinha inveja do irmão.

**Veja** – *A senhora e o presidente passaram um período rompidos durante o governo. Collor inclusive fez questão de aparecer em público sem aliança. O que ocorreu?*

**Rosane** – Aconteceram duas coisas ao mesmo tempo. Fernando passou a reclamar do meu trabalho na Legião Brasileira de Assistência (LBA). Aos 25 anos, comecei a chamar a atenção da mídia. Os artistas gostavam de mim, e dele, não. Ele começou a ter muito ciúme. Ficou maluco quando publicaram uma foto minha de biquíni. Ele era tão ciumento que me ensinou a cumprimentar as pessoas com o braço firme e esticado, para evitar que alguém tentasse beijar o meu rosto.

**Veja** – *O presidente, então, nunca desconfiou que a senhora mantinha um relacionamento extraconjugal?*

**Rosane** – Num certo dia, ele chegou em casa à noite e me disse que havia uma fita na qual eu aparecia falando com um rapaz. Lidei com esse problema com a verdade. A tal fita nunca apareceu. Não havia condições práticas de eu manter um caso extraconjugal. Eu era vigiada 24 horas. Talvez por um minuto isso tenha passado na cabeça dele. Não mais que isso. Mas não foi por esse motivo que ele tirou a aliança. A razão principal foi mesmo o meu trabalho na LBA. Ele queria que eu cuidasse mais da casa. Por isso, passamos três meses separados.

**Veja** – *Logo depois da separação, a senhora teve de deixar a presidência da LBA sob denúncias de corrupção. Foi coincidência?*

**Rosane** – Um dia, ao chegar para trabalhar, encontrei a minha sala de trabalho arrombada. Reviraram todo o gabinete. Até hoje não sei se alguém entrou lá cumprindo ordens do presidente da República. Fui absolvida de todas aquelas acusações.

**Veja** – *A senhora disse que o presidente era muito ciumento. Ele a agrediu fisicamente alguma vez?*

**Rosane** – Não, mas já quebrou uma mesa de madeira após uma discussão. Às vezes nem era só por ciúme. Ele tinha muita raiva do que saía na imprensa. Quando soube que VEJA publicaria a matéria com as denúncias do Pedro Collor, ele deu murros na parede e derrubou tudo o que havia sobre a sua mesa de trabalho. Disse todos os palavrões possíveis. Falou que iria se vingar e que o Pedro pagaria por aquilo.

**Veja** – *Collor sempre se declarou um católico praticante. Mas eram fortes os rumores de que ele freqüentava terreiros de macumba. Isso chegou a acontecer?*

**Rosane** – Aconteceu. Eu e Fernando de fato participamos de trabalhos espirituais. Alguns chegaram a ocorrer na Casa da Dinda, mas eu não gostava muito. Pedi para acabar com

isso lá em casa. Aí os trabalhos começaram a ser feitos numa casa vizinha, cedida por um amigo.

**Veja** – *Com que frequência isso ocorria?*

**Rosane** – Não lembro. Mas recordo que isso se intensificou no último ano de governo, quando começamos a ter mais dificuldades em Brasília.

**Veja** – *Havia sacrifício de animais?*

**Rosane** – Sim.

**Veja** – *O presidente participava?*

**Rosane** – Sim. Mas era uma coisa horrível. Nem gosto de lembrar.

**Veja** – *A senhora chegou a freqüentar essa casa?*

**Rosane** – Fui lá algumas vezes. Eu não gostava de assistir ao sacrifício de animais. Passava mal sempre que via sangue.

**Veja** – *Como vocês faziam para freqüentar esses cultos sem chamar atenção?*

**Rosane** – Era sempre de madrugada.

**Veja** – *Qual era o objetivo desses rituais?*

**Rosane** – Fernando pedia proteção. Pedia que todo mal que alguém lhe desejasse voltasse para a pessoa que o estava amaldiçoando.

**Veja** – *O presidente tinha mania de perseguição?*

**Rosane** – Ele achava que sempre havia alguém querendo prejudicá-lo. Tinha muita raiva da imprensa.

**Veja** – *É verdade que o presidente era usuário de drogas?*

**Rosane** – Ele nunca fez nada na minha frente. Mas houve uma época em que todo mundo só falava disso. Até as minhas amigas começaram a me perguntar. Fernando apresentava alterações de humor muito bruscas. Às vezes, quando ficava bravo, ele dava socos e batia com a cabeça na parede. Uma vez ele quebrou a porta da casa da mãe por causa de um acesso de raiva. Passei a ficar desconfiada. Perguntei-lhe algumas vezes se usava drogas. Ele sempre me disse que não. Como ele gostava muito de beber, achei que poderia ser efeito da bebida.

**Veja** – *Como era sua rotina como primeira-dama?*

**Rosane** – Havia um lado glamouroso que era maravilhoso. Conheci príncipes e princesas, reis e rainhas, viajei pelo mundo e convivi com gente que jamais imaginaria, como a princesa Diana e a Barbara Bush. Mas também havia um lado muito difícil.

**Veja** – *Qual é o sabor do poder?*

**Rosane** – Ter dinheiro não é a mesma coisa que ter poder. Todo o dinheiro do mundo não poderia comprar um jantar com a princesa Diana. Eu já fui recebida em jantar por ela. Na Espanha, fomos hóspedes do rei Juan Carlos, esse que acabou de mandar Hugo Chávez calar a boca. Nos Estados Unidos, fomos hóspedes do George e da Barbara Bush. Ela

sempre me mandava cartas e chegou a me enviar um livro que fez para o seu cachorrinho. Ela tinha um carinho especial por mim.

**Veja** – *Foi muito difícil voltar a levar uma vida normal depois do impeachment?*

**Rosane** – Conseguimos dar a volta por cima. Em Miami, pudemos levar uma vida normal. Eu e Fernando dirigíamos o próprio carro. Jogávamos tênis, estudávamos inglês, almoçávamos juntos e viajavamos bastante. Ele montou um escritório num prédio luxuoso, onde costumava passar as tardes.

**Veja** – *Qual era, afinal, a relação entre Collor e Paulo César Farias, o PC Farias?*

**Rosane** – Paulo César era homem de confiança do Fernando. Era ele quem cuidava de todas as questões financeiras. Ninguém entrega a tarefa de arrecadar dinheiro para sua campanha a alguém em quem não confia. Mas isso não significa que ele vivia na minha casa. Não convivíamos. Era uma relação profissional.

**Veja** – *Collor sempre garantiu que nunca mais voltou a ver o tesoureiro PC Farias depois de tomar posse como presidente. Isso é verdade?*

**Rosane** – Ele e Paulo César tomaram café-da-manhã juntos algumas vezes na Casa da Dinda depois da posse. Também se encontraram várias vezes fora dali.

**Veja** – *Durante o governo Collor, uma frase de PC Farias que ficou famosa dizia o seguinte: "Madame está gastando demais". Quando a senhora descobriu que PC Farias pagava despesas pessoais da senhora e de sua família?*

**Rosane** – Fiquei sabendo disso pelo noticiário. Eu não sabia nem o que era fantasma. É muito difícil saber que até o seu dentista é pago por outra pessoa. Fernando me dizia que nada do que estavam falando era verdade. Tudo o que eu queria o meu marido me dava. Para mim, até então, o dinheiro era dele. Ele era muito fechado sobre a relação que mantinha com o Paulo César.

**Veja** – *Como o presidente reagiu à notícia da morte de PC Farias?*

**Rosane** – Estávamos no Taiti. Primeiro, ele ficou chocado. Depois, ficou com muito medo de ser acusado de ter mandado assassinar o Paulo César.

**Veja** – *Por que vocês não foram ao enterro dele?*

**Rosane** – Nessa época, eles já tinham pouco contato. Lembro apenas de ele ter ligado para um dos irmãos se solidarizando.

**Veja** – *A prisão de PC Farias na Tailândia deixou o presidente preocupado?*

**Rosane** – Ficou apreensivo.

**Veja** – *A senhora acha que Collor errou ao receber dinheiro de PC Farias?*

**Rosane** – Eu nunca soube exatamente que tipo de acordo regulava as relações financeiras entre Fernando e Paulo César.

**Veja** – *A senhora, então, achava que o presidente era um homem muito rico?*

**Rosane** – Sempre achei que o Fernando fosse rico. Quando moramos em Miami, ele me deu um Porsche de presente. Tínhamos uns dez cartões de crédito. Também guardávamos

dinheiro em um cofre da casa. Quando voltamos ao Brasil, continuamos vivendo maravilhosamente bem. A minha mesada era de 40 000 reais. Passávamos o réveillon em Angra dos Reis com ilha alugada, com segurança, mordomo e até helicóptero. Também costumávamos esquiar em Aspen. Com a nossa separação, em 2005, descobri que Fernando tem uma renda mensal declarada de 25 800 reais.

**Veja** – *Entre o impeachment, em 1992, e a sua eleição para o Senado, no ano passado, o ex-presidente praticamente não trabalhou. Como ele bancava seus gastos pessoais com uma renda de 25 800 reais?*

**Rosane** – Não posso falar sobre isso.

**Veja** – *Estima-se que a parceria entre PC Farias e o ex-presidente tenha deixado um saldo de 60 milhões de dólares em contas secretas no exterior. A senhora tem alguma idéia de onde foi parar esse dinheiro?*

**Rosane** – Não posso falar sobre isso.

**Veja** – *A senhora acredita que o presidente tenha contas secretas no exterior?*

**Rosane** – Não posso falar sobre isso.

**Veja** – *A senhora não pode responder porque não sabe ou porque tem medo de sofrer alguma retaliação?*

**Rosane** – Não posso falar sobre isso.

"Madame está gastando demais."

A célebre frase do ex-tesoureiro Paulo César Farias sintetiza as estripulias financeiras que marcaram os quase três anos de governo do ex-presidente Fernando Collor. "Madame" era como PC se referia a Rosane Collor. O presidente, como se sabe, caiu – mas Rosane continuou vivendo em grande estilo. Mudou-se para uma casa de 1,5 milhão de dólares em Miami, dirigia um Porsche reluzente e seguiu roteiros turísticos exóticos e caros. Há três anos, porém, a vida de Rosane mudou. Ela foi expulsa da mansão em que vivia com Collor em São Paulo, teve as jóias confiscadas pelo ex-marido e a mesada de 40 000 reais reduzida para uma pensão de 5.200 reais. Rosane encontrou alívio para as dores da alma e do bolso na religião. Virou evangélica, passou a freqüentar a igreja duas vezes por semana e hoje não sai de casa sem a *Bíblia*. A ex-primeira dama tem buscado energias na fé para o embate que trava com o ex-presidente, nos bastidores e na Justiça, pelo patrimônio que acumularam durante 21 anos de casamento.

Desde que se separou de Collor, em 2005, Rosane luta para ter as jóias e a mesada de volta. Também tenta obter um naco do patrimônio pessoal do ex-presidente. Porém, antes de se casar com Collor, Rosane assinou um documento abrindo mão de todos os bens que o casal acumulasse a partir dali. Outra dificuldade é que, apesar de levar uma vida de alto padrão, o hoje senador Fernando Collor comprovou que sua renda é de apenas 25 800 reais por mês. Com a pensão, além de bancar suas despesas, Rosane também arca com os custos da mansão de Maceió em que vivia com o ex-presidente e onde temporariamente continua morando. Ela tem três empregados e dois seguranças pagos pelo ex-marido, mas agora faz pessoalmente as compras no supermercado. Collor deixou para a ex-mulher um

Chrysler ano 1997. Como estava com os pneus carecas, Rosane recentemente os trocou por outros, de segunda mão. Ainda assim, não utiliza o carro porque o ar-condicionado está estragado. Rosane não esconde a suspeita de que o ex-presidente tenha um imenso patrimônio financeiro guardado. Eis a sua aposta.